

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

MARIA LAURA CARDOSO SILVEIRA

ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO: um estudo de caso do crescimento econômico
no município de Extrema

Belo Horizonte

2022

MARIA LAURA CARDOSO SILVEIRA

ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO: um estudo de caso do crescimento econômico
no município de Extrema

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientador: Alexandre Queiroz Guimarães

Belo Horizonte

2022

S587o Silveira, Maria Laura Cardoso.
Origens do desenvolvimento [manuscrito] : um estudo de caso do crescimento econômico no município de Extrema / Maria Laura Cardoso Silveira. – 2022.
[12], 132 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022.

Orientador: Alexandre Queiroz Guimarães

Bibliografia: f. 125-138

1. Crescimento econômico – Extrema (MG). 2. Desenvolvimento econômico – Sul de Minas. I. Guimarães, Alexandre Queiroz. II. Título.

CDU 338.92(815.1)

ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

MARIA LAURA CARDOSO SILVEIRA

ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO: um estudo de caso do crescimento econômico no município de Extrema

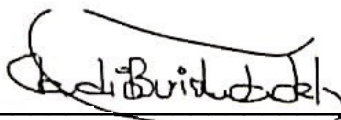
Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental



Prof. Dr. Alexandre Queiroz Guimarães (Orientador) – Fundação João Pinheiro



Prof. Dr. Reinaldo Carvalho de Moraes (Avaliador) – Fundação João Pinheiro



Prof. Dr. Cláudio Burian Wanderley (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar esse agradecimento sem antes manifestar a vasta e abundante felicidade que me acompanhou ao longo dos anos enquanto graduanda na Escola de Governo. Este trabalho encerra não somente quatro anos de estudos, dedicação e crescimento, mas também uma fase maravilhosa de minha vida.

À pesquisa aqui elaborada, gostaria de agradecer primeiramente ao Prof. Dr. Alexandre Queiroz Guimarães, pela orientação e apoio ao longo do trabalho. A ideia por trás desta pesquisa surgiu ainda ao final de 2021, e seu acompanhamento e experiência foram primorosos à sua concretização. Em adendo, agradeço também ao corpo de servidores da Fundação João Pinheiro, pela disponibilidade e apoio durante o processo de elaboração da monografia.

Dedico também meus agradecimentos à equipe da Superintendência de Desenvolvimento de Potencialidades Regionais (SDPR) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE-MG), órgão em que realizei estágio acadêmico durante aproximadamente um ano e meio. O trabalho na SEDE-MG me permitiu identificar o interesse profissional pela área do desenvolvimento em amplo sentido, sendo o contato com os municípios e órgãos de fomento um dos principais motivadores desta pesquisa. Estendo especial gratidão às chefias e colegas de trabalho que, durante minha passagem pela SDPR, colaboraram diretamente para a consecução desta monografia.

Agradeço também àqueles que foram entrevistados durante essa pesquisa, em especial ao Diretor de Investimentos da Invest Minas, Adriano Carvalho, pelo apoio oferecido na busca por dados, informações e pontos de contato no município de Extrema.

Ainda, agradeço a todos os colegas do XLI CSAP, pessoas amadas, amigos e familiares, pela rede de apoio construída ao longo desta caminhada que breve se encerra. Que a paixão pelo saber continue a ser o motor da jornada.

[...] Minas em mim: Minas comigo. Minas.
(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Nos últimos anos, municípios mineiros concentrados na região do Sul de Minas apresentaram resultados notórios na atração de investimentos e desenvolvimento industrial, sendo o município de Extrema frequentemente citado como exemplo de sucesso na área: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este possui a maior taxa ocupação da região e o segundo maior Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) do estado de Minas Gerais. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo compreender os fatores que propiciaram o supracitado crescimento econômico do município de Extrema nas últimas décadas enquanto estudo de caso da região do Sul de Minas, sob a ótica teórica do desenvolvimento regional. Através de pesquisa *quali-quantitativa*, são analisadas conjuntamente as percepções dos atores envolvidos nas políticas de desenvolvimento do município e os dados disponíveis relacionados à expansão da economia local. A hipótese principal desenvolvida para explicar o crescimento recente de Extrema parte dos efeitos locais advindos das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR-381) entre as décadas de 1990 e 2000.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Crescimento Econômico. Sul de Minas. Extrema.

ABSTRACT

In the past few years, many cities of Minas Gerais (Brazil) concentrated in the southern region of the state have shown remarkable results in investment attraction strategies and industrial development, of which the city of Extrema have been frequently and formally mentioned as an example of success in the field: according to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Extrema has the highest labour force participation rate in the region and the second highest Gross Domestic Product *per capita* (GDP *per capita*) of the state of Minas Gerais. Thus, this research aims to understand the factors that led to the aforementioned economic growth of the city of Extrema in recent decades as a case study of the southern region of Minas Gerais (Sul de Minas), from the theoretical perspective of regional development. Through *quali-quantitative* methodology, the perceptions of the actors involved in the former city's development policies and the available data related to the expansion of the local economy are jointly analyzed. The main hypothesis developed to explain the recent growth of Extrema stems from the locational effects arising from the infrastructure works in the Fernão Dias Roadway (BR-381) between the decades of 1990 and 2000.

Keywords: Regional Development. Economic Growth. Sul de Minas. Extrema.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Os Anéis de von Thünen	18
Figura 2 - Arranjos Hexagonais de Christaller	20
Figura 3 - Princípio da Comunicação de Lösch	21
Figura 4 - Ondas de Schumpeter	26
Figura 5 - Princípio das Causas Cumulativas de Myrdal	31
Figura 6 - Mapa de Minas Gerais por mesorregião	42
Figura 7 - Mapa geomorfológico da Zona da Mata e do Sul de Minas	43
Figura 8 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes no século XIX, região correspondente ao atual Sul de Minas	45
Figura 9 - Mercados preferenciais do Sul de Minas em 1874	49
Figura 10 - Mapa de transportes do Sul de Minas no final do século XIX	51
Figura 11 - Distribuição espacial em Minas Gerais dos ganhos de bem-estar social para o experimento da duplicação da BR-381	56
Figura 12 - Mapa topográfico de Extrema	75
Figura 13 - Dimensões e pesos do IMRS em 2018	99
Figura 14 - Posição relativa do IMRS de Extrema e de suas dimensões em relação aos demais municípios de Minas Gerais para o ano de 2018	104
Figura 15 - Evolução do contorno da área urbana de Extrema entre 1950, 1978 e 2003	108
Figura 16 - Área concedida ao Distrito Industrial I, no bairro Pessegueiro, em Extrema	109
Gráfico 1 - População residente total do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 1991 e 2021	61
Gráfico 2 - Evolução do PIB do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)	62
Gráfico 3 - Evolução da participação do PIB do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (%)	63
Gráfico 4 - VAB setorial do Sul de Minas entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)	64

Gráfico 5 - Evolução da participação do VAB do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (%)	65
Gráfico 6 - População residente total de Extrema entre 1990 e 2021	76
Gráfico 7 - População residente de Extrema, por sexo, entre 1991 e 2010	77
Gráfico 8 - População residente de Extrema, por situação territorial, entre 1991 e 2010	78
Gráfico 9 - Pirâmide etária da população residente de Extrema entre 1991 e 2010	79
Gráfico 10 - Evolução do PIB de Extrema entre 1999 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)	81
Gráfico 11 - Evolução do PIB per capita de Extrema entre 1999 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1,00)	81
Gráfico 12 - Evolução do VAB de Extrema entre 1999 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)	84
Gráfico 13 - Evolução do VAF de Extrema entre 1995 e 2021, a preços de 2021 (R\$ 1.000)	87
Gráfico 14 - Tempo médio de abertura de empresas em Extrema em comparação a Minas Gerais entre 2019 e 2021 (horas)	88
Gráfico 15 - Evolução da população ocupada em Extrema entre 1999 e 2020 (%)	90
Gráfico 16 - Evolução do pessoal ocupado total em Extrema entre 1999 e 2020 ...	91
Gráfico 17 - Evolução do salário médio mensal em Extrema entre 2008 e 2020, em salários mínimos	93
Gráfico 18 - Evolução do IMRS de Extrema e seus componentes entre 2000 e 2018	101
Gráfico 19 - Evolução do IDHM de Extrema entre 1991 e 2010	111
Gráfico 20 - Evolução das dimensões do IDHM de Extrema entre 2000 e 2010 ...	113
Gráfico 21 - Distribuição dos municípios mineiros quanto ao IEGM em 2021	117
Gráfico 22 - Evolução das receitas e despesas do município de Extrema entre 2014 e 2021, a preços de 2021 (R\$ 1.000.000)	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro comparativo dos Fatores Locacionais	23
Tabela 2 - Sistematização teórica da produção recente em economia regional	35
Tabela 3 - Blocos acadêmicos selecionados da pesquisa recente em economia regional	36
Tabela 4 - Fundos de Desenvolvimento de Minas Gerais ativos ao final da década de 1990	58
Tabela 5 - Arranjos Produtivos Locais (APL) atualmente ativos no Sul de Minas ...	67
Tabela 6 - Taxas de crescimento do PIB e PIB per capita, a preços de 2019, e população residente total em Extrema entre 1999 e 2019 (%)	83
Tabela 7 - Evolução das dimensões presentes no cálculo do IMRS entre 2000 e 2018	100
Tabela 8 - Síntese de medidas descritivas aplicadas aos valores das dimensões que compõem o IMRS de Extrema entre 2000 e 2018	102
Tabela 9 - Correlação entre o PIB de Extrema e indicadores selecionados referentes ao perfil municipal entre 1999 e 2019	120

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APL	Arranjos Produtivos Locais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CD	Centro de Distribuição
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas do IBGE
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CODEMA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EFPII	Estrada de Ferro Dom Pedro II
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Find	Fundo de Incentivo à Industrialização
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
Fundiect	Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas
GDP	<i>Gross Domestic Product</i>
GREMI	<i>Groupe de Recherche Européen Sur les Mileux</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INDI (Invest Minas)	Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISIC	<i>International Standard Industrial Classification</i>
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proe-Agroindústria	Programa de Apoio à Implantação de Agroindústrias Estratégicas
Proe-Estruturação	Programa de Estruturação Comercial de Empreendimentos Industriais Estratégicos
Proe-Indústria	Programa de Apoio à Implantação de Empreendimentos Industriais Estratégicos
Proim	Programa de Indução à Modernização Industrial
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
SEDE-MG	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
SEF-MG	Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
SEMAD-MG	Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
SEPLAG-MG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SES-MG	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
SESI	Serviço Social da Indústria
SINMEC	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE-MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
UFLA	Universidade Federal de Lavras
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAB	Valor Adicionado Bruto
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	17
2.1 Teorias locacionais	17
2.2 A influência marshalliana e schumpeteriana	23
2.3 Teorias regionais	27
2.4 Produção recente em economia regional	34
2.5 Síntese teórica	39
3 A REGIÃO DO SUL DE MINAS	40
3.1 Perfil histórico e econômico regional	41
3.2 O Sul de Minas no século XXI	59
3.3 Conclusões acerca do espaço sul-mineiro	70
4 O CASO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA	71
4.1 Formação social	72
4.2 Geografia e demografia	74
4.3 Economia	80
4.4 Mercado de trabalho	89
4.5 Planejamento governamental	94
4.6 Responsabilidade social	98
4.7 Infraestrutura	108
4.8 Desenvolvimento humano e sustentável	110
4.9 Finanças públicas	115
4.10 Conclusões acerca do crescimento econômico de Extrema	119
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
ANEXO A - Roteiro da entrevista semi-estruturada	139
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	140

1 INTRODUÇÃO

Ao se tratar de desenvolvimento regional, campo plural e rico, há de se pensar em três principais entendimentos: a ideia geral de desenvolvimento econômico, o recorte regional e a importância da política em si. Para conceituar a ideia de desenvolvimento econômico, cabe citar Bresser-Pereira:

O desenvolvimento econômico de um país ou estado-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1)

Bresser-Pereira (2008) também ressalta a paridade terminológica entre desenvolvimento e crescimento econômico, uma vez que não haveria razões para identificar um aumento da renda *per capita* sem um correspondente aumento da produtividade. Sintetizando as concepções de maior aceitação acadêmica no campo, o autor também identifica que, a partir da história do desenvolvimento, este parte essencialmente do estímulo ao progresso e do acúmulo de capital em uma determinada localidade. Nota-se que, ao longo do tempo, as formas de se mensurar o crescimento e o desenvolvimento econômico tornaram-se mais abrangentes, envolvendo diferentes esferas (nacionais e subnacionais) e indicadores capazes de avaliar o desempenho geral da economia.

Destarte, o recorte regional na teoria do desenvolvimento torna-se particularmente relevante quando se pensa na necessidade de promover um desenvolvimento sustentável a longo prazo que contemple as diferentes realidades das instâncias subnacionais de um Estado (FURTADO, 1967). O conceito de “região” é plural e não encontra consenso na literatura. Todavia, Cabugueira (2000) identifica que, nos primeiros esforços teóricos de definição do termo, havia uma preocupação em identificar uma região enquanto uma delimitação formal de um espaço detentor de homogeneidade segundo algum critério, seja este de ordem geográfica (topografia, clima), econômica (estruturas de produção), social (população, identidade territorial) ou política (fidelidade partidária). Posteriormente, aos teóricos que conceberam o conceito de região enquanto uma delimitação

funcional de um espaço polarizado, interessava identificar as relações de interdependência econômica presentes.

Assim, considerando ambas as vertentes, sintetiza-se a conceituação de região como: i) um recorte formal do espaço, dotado de homogeneidade segundo variáveis de ordem geográfica, econômica, social ou política; e ii) um recorte funcional do espaço, dotado de fortes relações de interdependência de ordem econômica segundo variáveis complexas, incluindo fluxos populacionais e de capital (LOPES, 1995).

Estabelecidas as bases para a conceituação de região enquanto recorte do campo do desenvolvimento econômico, unindo os entendimentos dos parágrafos anteriores, pode-se dizer que o desafio principal das pesquisas em desenvolvimento regional está em identificar um caminho coerente para que cada região alcance o crescimento, uma vez que estas possuem particularidades socioeconômicas e uma identidade territorial própria. Os instrumentos, ferramentas e políticas necessários à promoção do desenvolvimento em uma dada localidade devem ser, portanto, condizentes com o contexto regional.

No caso brasileiro, pesquisas acerca do desenvolvimento regional constituem campo de amplas potencialidades (DINIZ, 2017). Mais especificamente quanto ao cenário de Minas Gerais, o fato de i) se tratar da Unidade Federativa com o maior quantitativo de municípios dentre as demais e ii) possuir regiões formais diversificadas e desiguais pertencentes ao mesmo estado reforça a necessidade de se contemplar, academicamente, as análises dos resultados observados em suas economias locais.

A diversidade entre as regiões de Minas Gerais também é marcada pelas diferentes vocações econômicas das mesmas (DINIZ, 1984). Destaca-se que, na região do Sul de Minas, marcada pela economia do café no séc. XIX e pela concentração de polos industriais no séc. XX (PASCOAL, 2007), auferiu-se ao longo do tempo significativo crescimento econômico: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP), o número de municípios da região que possuíam Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)

médio alto no ano 2000 cresceu para 92,26%, reduzindo-se a zero o número de municípios com desenvolvimento médio baixo.

Localizado na região do Sul de Minas, o município de Extrema destaca-se nas últimas décadas por seus resultados alcançados na esfera econômica, possuindo a maior taxa de ocupação da mesorregião e o segundo maior PIB *per capita* do estado, segundo o IBGE. Sendo a primeira referência ao núcleo populacional da região de Extrema datada de 1788, o município obteve emancipação político-administrativa de Camanducaia em 1901, sendo também foco de imigração portuguesa, italiana e japonesa ao longo do século XIX e possuindo um histórico de movimentos separatistas na divisa com São Paulo. Os principais marcos registrados pela literatura no que tange à trajetória econômica do município são: i) a construção e duplicação da Rodovia Fernão Dias; ii) a adoção do turismo como instrumento de desenvolvimento socioeconômico na década de 1960; iii) a instalação da primeira indústria na cidade na década de 1970; e iv) a implementação de uma robusta política de atração de indústrias desde a década de 1990 (RIBEIRO, 2008).

Assim, considerando: i) o problema de pesquisa central do campo do desenvolvimento regional em identificar os caminhos que levam uma dada localidade ao crescimento; e ii) o desafio de se contemplar estudos socioeconômicos que abordem as diversas regionalidades brasileiras e, mais especificamente, mineiras, este trabalho visa realizar estudo de caso da experiência de crescimento do município de Extrema enquanto espaço amostral da região do Sul de Minas. Estabelece-se, portanto, enquanto problema de pesquisa, o questionamento acerca de quais fatores propiciaram o crescimento econômico de Extrema nas últimas décadas.

No que tange à metodologia adotada no presente trabalho, optou-se pela produção de um estudo de caso, tendo em vista obter perspectiva mais detalhada das dimensões que englobam o crescimento econômico de um município no contexto da região a que pertence. Antônio Carlos Gil (1995) ressalta o caráter flexível dos estudos de caso, apontando, contudo, quatro esferas de elementos essenciais a este formato de pesquisa: i) a delimitação de uma unidade de caso; ii) realização de coleta de dados; iii) seleção, análise e interpretação dos dados; e iv) elaboração do síntese.

Tendo isso em vista, figurando o município de Extrema enquanto unidade de caso da esfera sul-mineira, foram coletados dados de cunho qualitativo e quantitativo. Inicialmente, estabeleceu-se pesquisa bibliográfica na área do Desenvolvimento Regional de modo a produzir síntese teórica e introdutória sobre os principais conceitos no campo. A partir dos resultados da pesquisa bibliográfica teórica, foi realizada pesquisa bibliográfica direcionada à produção acadêmica recente no que concerne ao Sul de Minas e ao município de Extrema. Em paralelo, ensejou-se busca documental nos principais arquivos dos órgãos estaduais e municipais quanto aos registros históricos, políticos, administrativos e socioeconômicos que fizessem menção às trajetórias sul-mineira e extremense.

Outrossim, a partir do aprendizado obtido junto à pesquisa bibliográfica e documental supracitada, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos principais atores envolvidos no processo de desenvolvimento do município de Extrema. Tais atores foram identificados tanto na pesquisa documental em si, através de registros administrativos da Prefeitura Municipal de Extrema, quanto por indicações de servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE-MG).

O roteiro de entrevista elaborado - Anexo A - teve por objetivo destacar as perguntas centrais de maior importância ao objetivo desta pesquisa - compreender a origem do crescimento econômico de Extrema -, permitindo com maior flexibilidade a condução de uma conversa aberta, na qual os entrevistados pudessem expor coloquialmente suas experiências pessoais e observações. Ademais, tendo em vista os preceitos éticos necessários à pesquisa acadêmica, os entrevistados receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Anexo B - em momento anterior às entrevistas, audiogravadas.

Por fim, junto às entrevistas e pesquisas bibliográficas e documentais, também foram realizadas buscas nas principais bases de dados relativos às dimensões de estudo selecionadas, objetivando apurar, estatisticamente¹, a trajetória do desenvolvimento municipal em Extrema. Após a análise conjunta e

¹ Destaca-se que todas as séries históricas cujos dados tratavam de valores monetários foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), obtendo os respectivos valores reais.

sistemática de todo o material coletado, estabelece-se parecer final acerca do problema de pesquisa posto.

Este trabalho, portanto, possui três capítulos, excluídos os excertos introdutórios e conclusivos. O primeiro capítulo, fruto da pesquisa bibliográfica de cunho teórico, visa apresentar os principais conceitos no campo de Desenvolvimento Regional, oferecendo as premissas de análise necessárias a este estudo de caso. O segundo capítulo, por sua vez, trata do recorte regional a que pertence a unidade de caso escolhida, traçando panorama histórico, econômico e social da região do Sul de Minas através do material obtido via pesquisa bibliográfica e documental, além de dados estatísticos. Por fim, o terceiro capítulo apresenta o estudo de caso do crescimento econômico do município de Extrema ao longo dos últimos anos, confluindo fontes quantitativas e qualitativas.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A revisão bibliográfica aqui proposta visa abarcar os principais registros e teorias na área da economia regional. Entende-se que o desenvolvimento econômico, devendo estar atrelado ao desenvolvimento social (DAHL, 1993), é promovido em diferentes instâncias, sendo a esfera local e regional uma das mais relevantes.

Assim, o principal foco desta introdução ao desenvolvimento será a teoria econômica em desenvolvimento regional, incluindo seus conceitos fundamentais, principais autores, ideias no campo e teorias predecessoras. Primeiramente, será traçado o panorama geral das teorias locacionais e dos respectivos fatores locacionais, seguido da introdução à teoria do desenvolvimento regional, baseada nas economias e deseconomias de aglomeração marshallianas.

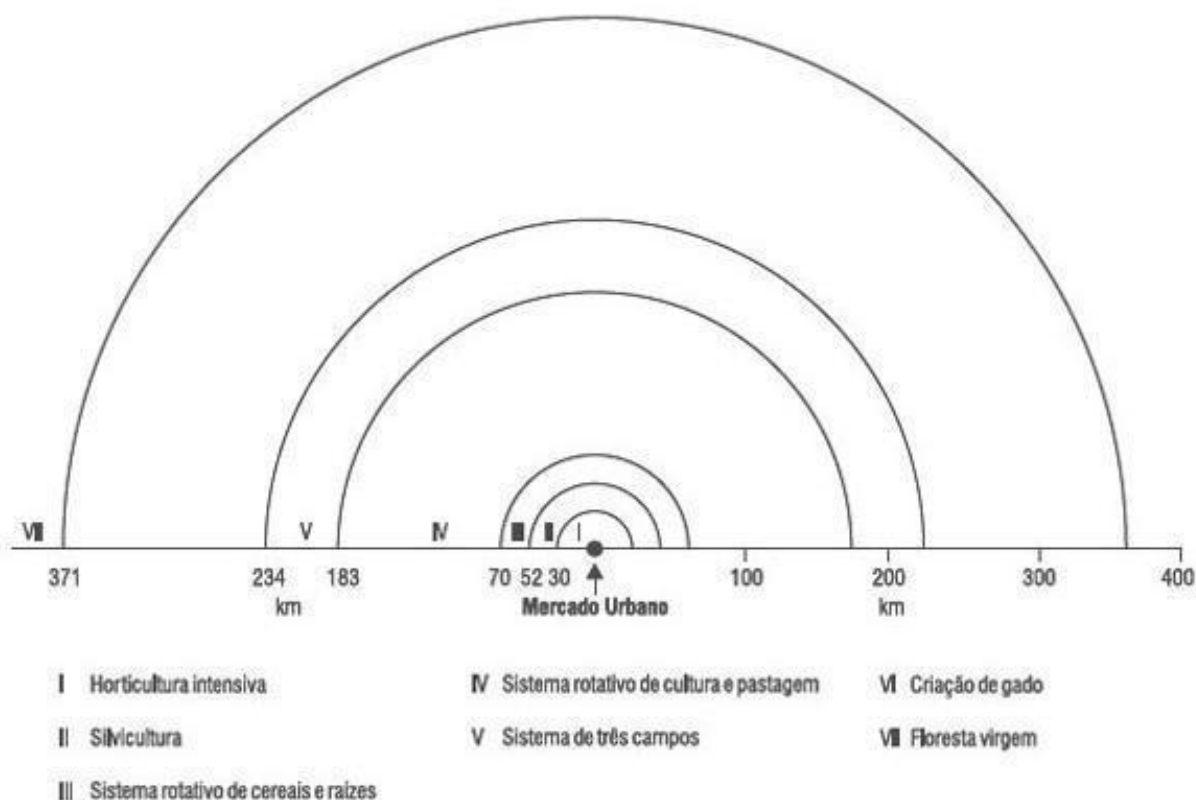
2.1 Teorias locacionais

As teorias locacionais ou localistas sedimentam os entendimentos necessários à compreensão do desenvolvimento regional. Os escritos dos autores agrupados nesse campo incluem análises acerca dos fatores que influenciam no

desenvolvimento de um determinado local. Assim, os chamados fatores locacionais constituem variáveis que impactam na escolha das empresas pelo melhor território para sediar a produção.

Pioneiro no segmento, Johann von Thünen (1966), economista alemão contemporâneo de David Ricardo, busca explicar a relação entre o posicionamento dos cultivos agrícolas e a lucratividade alcançada. Em modelo matemático conhecido como os “Anéis de von Thünen”, o teórico delimita uma distância ideal entre as atividades produtivas e o centro comercial urbano, de modo que empresas e pequenos negócios tomem decisões alocativas levando em consideração, principalmente, os custos de transporte (CRUZ, 2000).

Figura 1 - Os Anéis de von Thünen



Fonte: Cabral (2011).

Assim, conforme representação da Figura 1, von Thünen estipula que tipos diferentes de atividades agrícolas demandariam condições de solo e custos de transporte distintos entre si, fazendo com que a produção destas se distribuisse de forma ideal. Desse modo, a premissa central de von Thünen é a de que os custos de

transporte da produção agrícola seriam inversamente proporcionais à sua distância da cidade (CAVALCANTE, 2008).

O modelo de von Thünen se aplica a uma sociedade estritamente agrícola (POLÈSE, 1998), dando como fixas ao modelo hipotético as variáveis de custo de mão de obra e custos fiscais, por exemplo. Ainda assim, a tese do economista alemão sedimenta os estudos sobre as diferentes relações entre uma dada variável e a alocação produtiva dos mercados, crucial ao desenvolvimento².

Indo além das premissas delimitadas por von Thünen, o também economista alemão³ Alfred Weber (1957) introduz a Teoria Clássica da Localização Industrial, segundo a qual há uma tríade de fatores aos quais as indústrias se atentariam na escolha da localização ótima: os custos de transporte, a mão de obra e a oferta de serviços (energia, água, etc.) (NUNES; AMORIM, 2006). Notam-se como avanços à teoria de von Thünen: i) a inclusão de novos fatores de influência à alocação produtiva; ii) o foco na indústria, superando a hipótese estritamente agrícola; e iii) a consideração de fatores regionais, de aglomeração e de desaglomeração⁴, embora não tratados de forma tão enfática (FERREIRA, 1989; DINIZ, 2000).

Assumindo como fixas a localização dos mercados consumidores, das fontes de matéria-prima e da mão de obra, Weber pondera a sobreposição entre os três fatores na decisão locacional das empresas sem, no entanto, tratar de questões relativas aos ganhos de escala e à dinamização dos mercados produtivos (FUGITA; KRUGMAN; VENABLES, 2000). O autor, contudo, preconiza em seu trabalho a noção de que o desenvolvimento urbano deveria estar atrelado ao desenvolvimento social, objetivando o aumento da competitividade de uma região.

Também conceituado na escola localista, o geógrafo alemão Walter Christaller (1933) se utiliza dos princípios previamente estabelecidos por von Thünen para

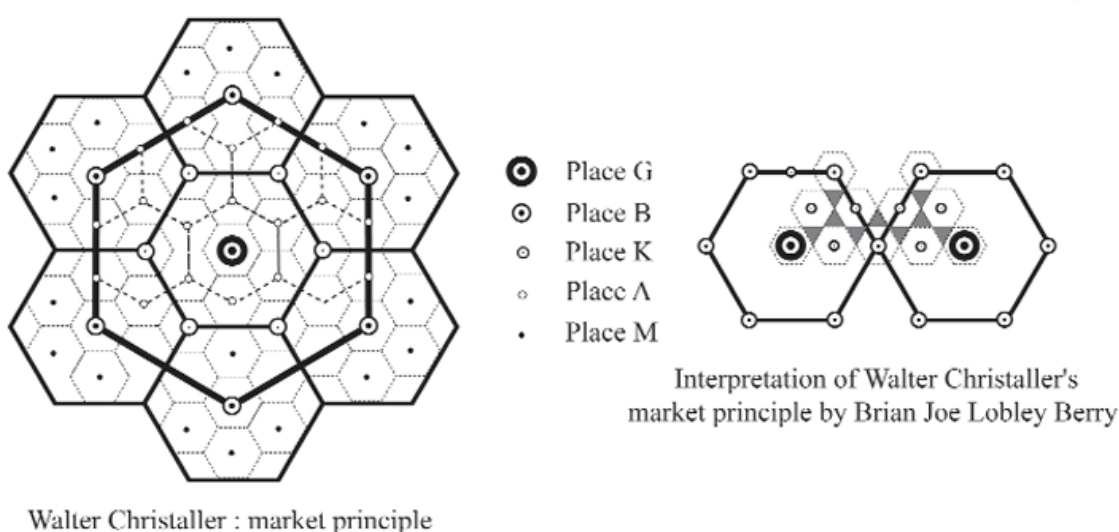
² Stutz e Warf (2004) apresentam um paralelo da aplicação dos Anéis de von Thünen à realidade, ilustrando como a distribuição geográfica dos cinturões agrícolas norte-americanos, centrados no mercado consumidor de Nova York, se assemelham ao modelo.

³ Cabe destacar que a tradição alemã nas teorias localistas iniciais do final do séc. XIX e princípio do séc. XX se deve à consolidação econômica dos Estados Nacionais, gerando ambiente propício ao desenvolvimento de estudos na área da geografia econômica (SILVA, 2009; KRUGMAN, 1998).

⁴ Fatores regionais incluem variáveis que influenciam estritamente na escolha de uma indústria por alocar-se em uma dada região (ex.: presença de matéria-prima estratégica). Por sua vez, os fatores aglomerativos ou desaglomerativos seriam aqueles que provocam, respectivamente, concentração ou dispersão de mercado em uma dada região (SILVA; SIMÕES, 2003).

formular a Teoria dos Lugares Centrais. Ao realizar estudo de caso sobre a distribuição espacial das cidades na região sul da Alemanha e seus arranjos produtivos, Christaller observou equidistância na alocação destes (CAVALCANTE, 2008). O autor estabelece, assim, o limiar⁵ ideal da localização das cidades, de modo que: i) os centros econômicos estejam concentrados a uma distância que os consumidores dispersos (população) estejam dispostos a percorrer para adquirir produtos e ii) os empreendimentos obtenham rendimentos constantes⁶ (SILVA, 1976). Portanto, haveria “[...] uma escala de produção que alcança um ótimo representado por uma demanda dividida em um espaço homogêneo” (CRUZ, 2000, p. 55). Em outras palavras, quanto maior o limiar da demanda de um produto, menor será o número de cidades capazes de concentrar sua produção, gerando arranjos hexagonais hierárquicos⁷ da distribuição dos centros urbanos em prol de diferentes mercados, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Arranjos Hexagonais de Christaller



Fonte: Nicolas (2009).

⁵ Segundo o autor, isso diz respeito ao “[...] nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço” (CAVALCANTE, 2008, p. 16).

⁶ Conceito advindo da microeconomia que define situação na qual um aumento na quantidade de insumos gera um aumento proporcional na produção.

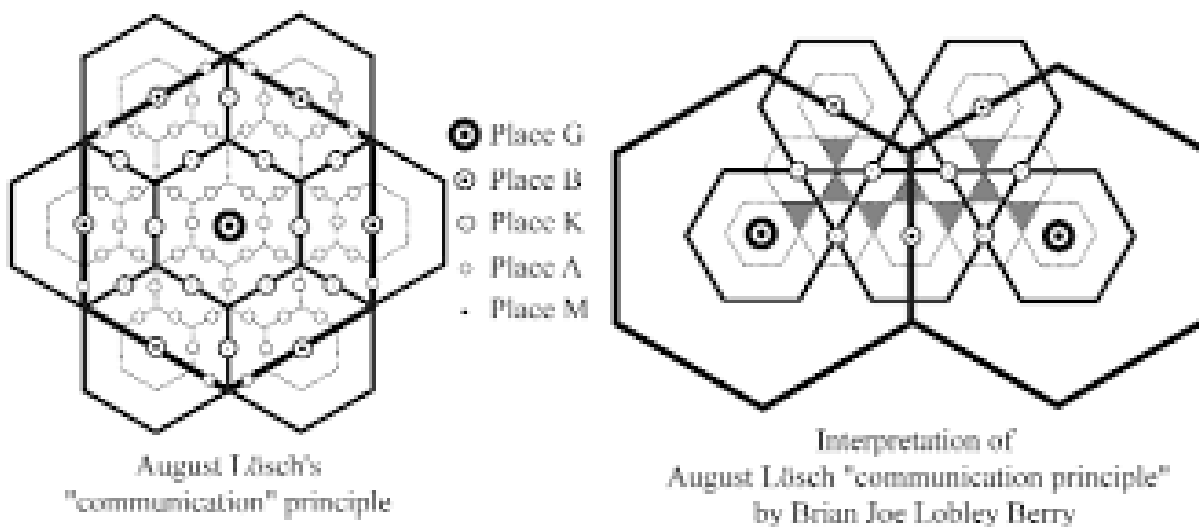
⁷ Christaller identifica a representação de cada centro urbano enquanto um hexágono, sendo que a dinâmica de interação entre os pontos estratégicos de diversos centros urbanos próximos seria um arranjo hexagonal. A maior relevância de um dado centro urbano em relação aos outros, definindo-o como central, é o que estabelece hierarquia entre os arranjos.

O economista alemão Auguste Lösch (1954), por sua vez, parte de metodologia análoga à de Christaller, culminando na Teoria do Equilíbrio Espacial Geral. Esta confere aplicação prática à lógica dos lugares centrais, uma vez que,

[...] enquanto Christaller partia da cidade de nível hierárquico máximo para logo passar aos bens com áreas de mercado menores, Lösch começa pelas áreas menores e induz sucessivamente áreas de mercado maiores. Assim sendo, no sistema de Lösch obtém-se um número maior de redes, cujos hexágonos giram com respeito à posição do hexágono de tamanho mínimo. (SILVA, 1976, p. 11.).

Ao analisar os efeitos dos preços e o custo das barreiras alfandegárias, Lösch desenvolve um modelo de equilíbrio para a localização dos mercados que parte da premissa da comunicação entre estes. Assim, a importância do trabalho de Lösch se encontra na construção de um caminho para a alocação de mercados integrados, bem como de políticas estatais voltadas à melhor administração geográfica dos mesmos (NUNES; AMORIM, 2006). A interpretação do princípio de Lösch está representada na Figura 3.

Figura 3 - Princípio da Comunicação de Lösch



Fonte: Nicolas (2009).

É a partir dos escritos do economista norte-americano Walter Isard (1956) que se observa uma síntese teórica das escolas clássicas predecessoras, acrescentando à análise localista alemã fatores que determinam a alocação industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional. A internacionalização

dos conceitos e aplicações da Teoria Localista clássica é possibilitada a partir dos escritos de Isard na década de 1950.

Assim, enquanto o localismo alemão se debruçou majoritariamente sobre fatores hipotéticos de alocação produtiva, as escolas regionais posteriores conferem maior enfoque a “[...] algum tipo de mecanismo dinâmico de auto-reforço resultante de externalidades provenientes da aglomeração industrial” (CAVALCANTE, 2008, p. 18). Além disso, ao concentrar os modelos explicativos de alocação industrial no que tange única ou preponderantemente ao papel da livre iniciativa, os localistas supracitados escapam à zona intermediária em que Estado e mercado determinam, conjuntamente, fatores explicativos de crescimento em uma dada região.

As teorias localistas, portanto, concentram-se em explicar os elementos focados na produção, tendo como objeto de pesquisa quais as melhores escolhas produtivas e seus respectivos mercados ideais, geograficamente. Conforme as redes de interação entre mercados tornam-se mais complexas, a partir do surgimento crescente de novos mercados e da dinamização das balanças de exportação e importação, as indústrias passam a ter uma margem elevada de opções para a sua instalação (NUNES; AMORIM, 2006; BARROSO, 2007).

Ademais, a variedade de fatores locais, para além daqueles abordados pelos autores clássicos, aumenta com o avanço das Ciências Econômicas e da complexidades entre as relações de influência estabelecidas nas instâncias regionais. Autores como Nunes e Amorim (2006) e Barroso (2007) revisaram a literatura posterior à análise dos teóricos localistas para agrupar os diferentes fatores locais observados na dinâmica econômica hodierna. Assim, os fatores locais clássicos seriam aqueles listados pelos teóricos localistas iniciais; a listagem mais abrangente e atual dos fatores locais, que amplia a listagem clássica, divide-se entre fatores objetivos (quantificáveis e/ou de influência direta) e subjetivos (não quantificáveis e/ou de influência indireta), conforme sintetiza a Tabela 1.

Tabela 1 - Quadro comparativo dos Fatores Locacionais

Fatores Locacionais Clássicos	Fatores Locacionais Objetivos	Fatores Locacionais Subjetivos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Matérias-primas; 2. Mercado; 3. Mão-de-obra; 4. Transporte; 5. Não especificamente definidos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transporte; 2. Mão de obra; 3. Água e energia; 4. Suprimentos e insumos; 5. Saneamento; 6. Perfil dos mercados consumidores; 7. Clima; 8. Qualidade de vida local; 9. Disponibilidade imobiliária e fundiária; 10. Topografia; 11. Infraestrutura; 12. Incentivos governamentais; 13. Legislação fiscal, tributária e ambiental; 14. Vias de comunicação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiente econômico da cidade/região; 2. Imagem e reputação da cidade/região; 3. Contatos setoriais; 4. Universidades e instituições de pesquisa e tecnologia; 5. Perfil inovador da região; 6. Associativismo comercial.

Fonte: elaboração própria, adaptado de Motta (1960), Nunes e Amorim (2006) e Barroso (2007).

Tendo em vista a multiplicidade de fatores locacionais abarcados pela teoria locacional, cabe avançar às bases teóricas voltadas ao âmbito regional, uma vez que os fatores locacionais são determinantes à economia do desenvolvimento.

2.2 A influência marshalliana e schumpeteriana

O conceito de região e, conseqüentemente, de desenvolvimento regional é por natureza de difícil definição (CAVALCANTE, 2008). Todavia, para fins teóricos, é possível identificar que a teoria do desenvolvimento regional adiciona às teorias localistas fatores aglomerativos e desaglomerativos, a serem tratados a seguir. Nessa perspectiva, pode-se entender o arcabouço teórico do desenvolvimento regional como área de estudos que busca compreender como os fatores econômicos internos e externos, em seu sentido amplo, influenciam no desenvolvimento de uma região (SILVA; SIMÕES, 2003).

Seguindo adiante, um dos mais importante teóricos no campo do desenvolvimento regional e das Ciências Econômicas como um todo é Alfred

Marshall, que em “Princípios da Economia” (1996) estabelece pioneirismo⁸ no tratamento da aglomeração de atividades industriais enquanto fator locacional. O autor inglês assinala a divisão das economias de escala⁹, segmentadas em economias externas e internas.

Podemos dividir as economias derivadas de um aumento da escala de produção de qualquer espécie de bens em duas classes: primeira, as dependentes do desenvolvimento geral da indústria; e segunda, as dependentes dos recursos das empresas que a ela se dedicam individualmente, das suas organizações e eficiência de suas administrações. Podemos chamar as primeiras de economias externas, e as últimas de economias internas. (MARSHALL, 1996, p. 315).

Especialmente a ideia de economias externas se mostra importante à compreensão das economias e deseconomias de aglomeração - aqui incluídos os fatores de aglomeração e desaglomeração -, já que os aumentos constantes da produtividade são o que tende a propiciar concentração industrial (KRUGMAN, 1998). Define-se, portanto, uma economia de aglomeração como um estágio do desenvolvimento industrial e produtivo em que empresas encontram campo fértil à concentração em um dado espaço ou região, sendo os fatores de aglomeração as causas para tal.

De modo análogo, as deseconomias de aglomeração são entendidas como um cenário no qual as firmas ora regionalmente concentradas encontram fatores (de desaglomeração) que as ensejam à dispersão, ocasionando a “fuga industrial” (MARSHALL, 1996). Assim, compreender os fatores de aglomeração e desaglomeração torna-se central à perspectiva do desenvolvimento regional baseado em distritos industriais, transcendendo a análise localista. Por sua vez, os distritos industriais marshallianos, conceito central da teoria do autor, são o fenômeno em que empresas de diferentes portes que atuam em segmentos análogos formam redes de mercado, cooperando entre si e criando uma dinâmica de concentração industrial (MARSHALL, 1996).

⁸ “[...] the idea that clustering of producers in a particular location yields advantages, and that these advantages in turn explain such clustering, is an old one. I don't know who first pointed it out, but the economist who made the most of it was none other than Alfred Marshall” (KRUGMAN, 1998 apud CAVALCANTE, 2008, p. 49).

⁹ Se observa uma economia de escala quando a expansão da capacidade de produção aumenta significativamente sem que os custos de produção aumentem proporcionalmente, gerando uma redução do custo médio de produção.

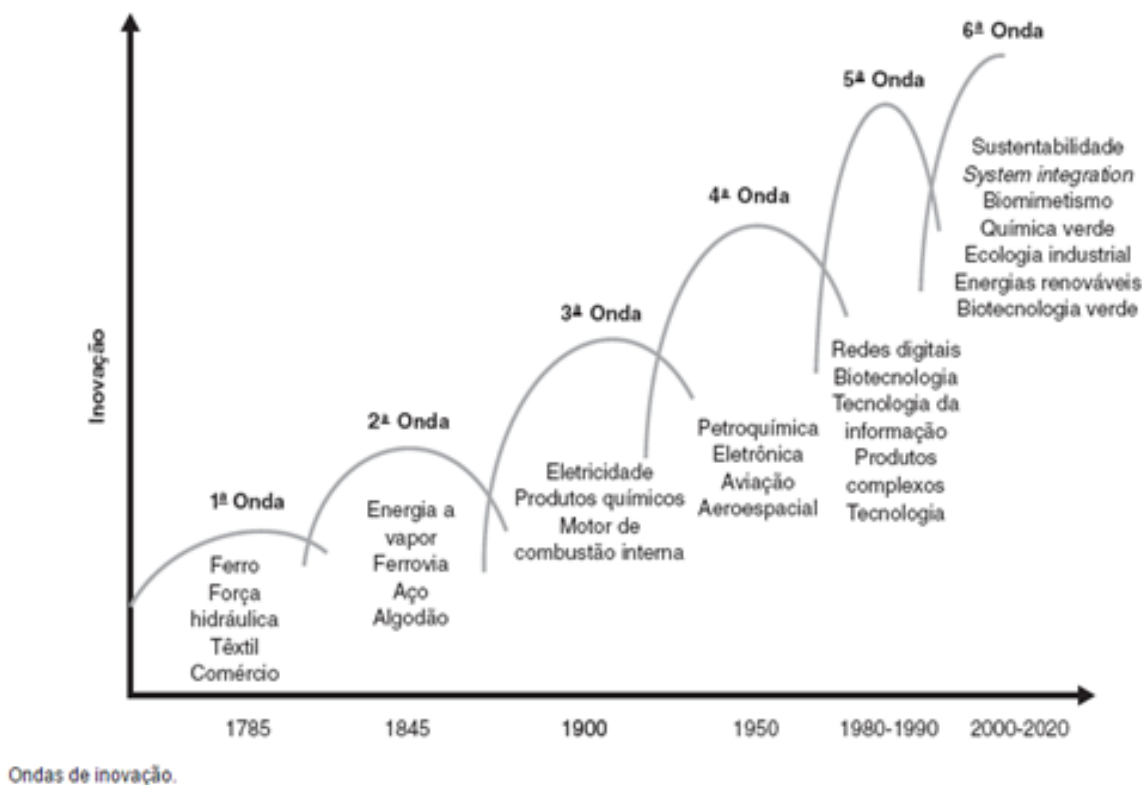
Em síntese, compreende-se que as teorias da localização aprofundadas em seção anterior buscam compreender quais fatores determinam, geograficamente, a localização das atividades produtivas, baseando-se na premissa das escolas clássica e neoclássica de otimização dos lucros (LEMOS, 1988; CAVALCANTE, 2008). Todavia, as explicações providas pelos autores localistas não são suficientes à luz das economias de escala ou dos fatores de aglomeração e desaglomeração, apontamentos basilares da teoria marshalliana.

Além da influência marshalliana, a corrente de teóricos supracitada, a ser abordada na próxima seção, também é fortemente marcada pelo pensamento de Joseph Schumpeter (1982). Sendo um dos principais economistas do séc. XX e crítico à teoria marshalliana, Schumpeter é pioneiro em identificar que o desequilíbrio é o motor do desenvolvimento, linha de pensamento que influencia a geração seguinte de economistas críticos ao modelo microeconômico clássico baseado no equilíbrio (HAGEDOORN, 1996).

De tal forma que o desequilíbrio da economia é o que promove o seu desenvolvimento, Schumpeter identifica que o principal determinante para saltos exponenciais de crescimento é a inovação - esta, sumariamente entendida como a introdução de um novo produto, processo ou forma de produzir à economia, associada ao campo da tecnologia (SCHUMPETER, 1984). Assim, o economista austríaco identifica as chamadas ondas de inovação (ondas ou ciclos de Schumpeter), períodos em que o investimento (estatal ou privado) e o empreendedorismo levam à inovação radical, capaz de gerar processos de destruição criativa (SCHUMPETER, 1984).

A destruição criativa seria a reformulação da ordem econômica gerada pela introdução de uma inovação significativa no mercado, capaz de alterar a lógica de produção e ordenamento da economia então vigentes, como, por exemplo, a invenção da máquina à vapor (SCHUMPETER, 1939). Schumpeter identifica que a destruição criativa promovida pelas inovações radicais é o motor do capitalismo e, essencialmente, do desenvolvimento, seja em instância global ou regional (HAGEDOORN, 1996). Dos estudos de Schumpeter até o presente momento, entretantes, foram identificadas seis grandes ondas, representadas na Figura 4:

Figura 4 - Ondas de Schumpeter



Fonte: Silva e Di Serio (2016).

Uma das principais observações possíveis a partir das ondas de Schumpeter é o fato de que estas, ao longo do tempo, vêm se tornando mais rápidas e incisivas. O intervalo temporal entre a identificação de destruições criativas propiciadas por inovações radicais vem progressivamente diminuindo, demonstrando que o ritmo de transformação da economia como um todo se acelera (HAGEDOORN, 1996).

Ainda, Schumpeter destaca que o progresso social e econômico em uma sociedade capitalista depende, portanto, da presença de inovações para ampliar a produtividade do trabalho e aumentar a renda, sendo primordial a promoção de um ambiente inovador sustentável pelas instâncias governamentais (SCHUMPETER, 1939). As lições retiradas do pensamento schumpeteriano levaram os teóricos da economia regional subsequentes a considerarem os desequilíbrios da economia enquanto essenciais ao desenvolvimento, além de passarem a contemplar a inovação enquanto variável relevante à decisão locacional das firmas (CAVALCANTE, 2008).

A posteriori, a escola neo-schumpeteriana identifica a naturalidade do processo de crescimento e declínio das empresas à economia, ressaltando o papel da incerteza do empresariado no processo inovativo (GUSHI, 1999). Tal contribuição se reflete no desenvolvimento regional na medida em que trata não somente das grandes e radicais inovações, como em Schumpeter, mas principalmente das inovações incrementais que possibilitam o desenvolvimento de uma dada nação ou região (GUSHI, 1999).

Portanto, embora não haja cronologia uniforme entre estas, pode-se dizer que as teorias localistas ou locacionais carecem das bases fornecidas por Alfred Marshall (CAVALCANTE, 2008). Nessa alçada, emerge a partir da década de 1950 nova corrente teórica concentrada no desenvolvimento regional, cujos autores se debruçam em explicar os fatores que propiciam crescimento econômico local com base nos critérios de aglomeração e desaglomeração marshallianos (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011). Esses autores também são fortemente influenciados pelas concepções schumpeterianas e neo-schumpeterianas de desenvolvimento, inovação e ciclos econômicos.

2.3 Teorias regionais

As teorias regionais englobam pesquisas concentradas no entendimento dos fatores de aglomeração e desaglomeração em relação à localização industrial (CAVALCANTE, 2008). Embora não se possa precisar pioneirismo autoral no campo, os autores em questão fazem referência, principalmente, aos estudos de Alfred Marshall. Em que pese a relevância destes, os principais autores dessa vertente a serem abordados são François Perroux, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e Douglas North.

François Perroux (1967, 1977, 1988) foi o economista pioneiro em abordar os polos de crescimento no campo da teoria regional. Seus estudos, segundo Silva, Rippel e Lima (2000), partem das seguintes premissas: i) o crescimento está concentrado na estrutura produtiva; ii) “o desenvolvimento é desequilíbrio” (PERROUX, 1967, p. 194); e iii) a transmissão de conhecimento produtivo depende de interdependência técnica (TERRA, 2014).

Assim, a concepção geral de desenvolvimento do autor engloba a introdução e continuidade de processos cumulativos de troca entre os agentes produtivos, que se tornam capazes de interligar e complementar recursos, talentos e capacidades de modo a obter um resultado proporcionalmente maior que os fatores empregados na produção (PERROUX, 1967 *apud* TERRA, 2014). Outrossim, embora Perroux se debruce em compreender o processo de aglomeração industrial marshalliano para conceber sua teoria, uma de suas principais influências advém do conceito schumpeteriano de inovação (CAVALCANTE, 2008).

Inicialmente, Perroux aborda que as relações industriais se dariam entre indústrias motrizes e indústrias movidas. As indústrias motrizes seriam uma unidade ou complexo industrial capaz de exercer efeito de expansão sobre as demais, gerando um aumento das vendas, preços, fluxos e informações. Por outro lado, as indústrias movidas seriam aquelas alcançadas pelas forças de atração e repulsão de capital supracitadas provenientes das indústrias motrizes (PERROUX, 1967).

Assim, o encadeamento produtivo gerado por uma indústria motriz seria capaz de criar uma concentração industrial, entendida como polo de crescimento, em que a sucessão de relações entre indústrias motrizes e movidas proporciona um ambiente de crescimento com vários pontos em uma localidade (SILVA, RIPPEL E LIMA, 2000). Esta é a principal ideia do autor: a concentração das indústrias motrizes em um polo de crescimento gera efeitos de aglomeração, uma vez que, progressivamente, atividades econômicas complementares (comunicação, transportes, manufatura etc.) surgem em um mesmo polo para dispor da estrutura cumulativa de ganhos localizados (PERROUX, 1967).

Perroux procura demonstrar então que um pólo [sic] industrial complexo seria capaz de modificar seu “meio geográfico imediato” e mesmo “a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado”, uma vez que aí se registram “efeitos de intensificação das atividades econômicas” devidos ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas. (CAVALCANTE, 2008, p. 20)

A importância dos polos de Perroux ao desenvolvimento é central, uma vez que os mesmos possibilitam a intensificação da transferência de mão de obra entre indústrias, o aumento do PIB e também da renda. Nas localidades com presença de polos de crescimento, os investimentos, fluxos de inovação e de novas técnicas produtivas se mostram tendencialmente mais presentes. Assim, a efetividade de um

polo de crescimento carece de um projeto comum e bem sustentado (TERRA, 2014).

Por essa razão, por influência direta ou não da teoria de Perroux, Miyoshi (1997) assinala que a partir da década de 1950 diversos países passaram a adotar políticas de desenvolvimento regional essencialmente centradas no estímulo aos polos de crescimento, incluindo Estados Unidos, França, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e também o Brasil. Tal confiança depositada nos polos de crescimento foi uma característica dominante do planejamento dos governos na seara do desenvolvimento até, pelo menos, o início da década de 1970 (RICHARDSON; RICHARDSON, 1975 *apud* CAVALCANTE, 2008).

Na experiência brasileira citada, o foco nas políticas de estímulo aos polos econômicos não se mostrou satisfatório (CRUZ, 2000). A literatura aponta razões diversas para tal, incluindo erros de interpretação da teoria por parte dos *policy makers* (LIMA; SIMÕES, 2009) e ausência das condições produtivas e ambientais necessárias, sendo a lógica de produção à época ainda essencialmente fordista (STORPER, 1994 *apud* CAVALCANTE, 2008). Por fim, a lição apontada pelo próprio autor na concepção de sua teoria destaca que os poderes exercidos pelos proprietários das grandes empresas, o enquadramento político administrativo de uma região e a eficácia da arbitragem do poder governamental são determinantes que influenciam no potencial de desenvolvimento dos polos (PERROUX, 1967).

Por outro lado, o economista sueco Gunnar Myrdal, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1974¹⁰, aprofundou os entendimentos acerca do processo de desenvolvimento regional na percepção dos fenômenos que se desencadearam após a Crise de 1929 e a II Guerra Mundial, seguindo vertente keynesianista¹¹:

Myrdal entendia que as regulamentações sociais, através da intervenção estatal, diferiam das antigas políticas de auxílio à pobreza, em que os

¹⁰ Myrdal recebeu a titulação em decorrência de sua Teoria da Moeda e Flutuações Econômicas, além da análise de interdependência entre os fenômenos econômicos, sociais e institucionais. No mesmo ano, dividiu o prêmio com Friedrich August Von Hayek, defensor da abordagem pró-livre mercado (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016).

¹¹ “Keynesian policies involve high levels of state expenditure in support of the productive sector of the economy, state intervention in financial markets to secure cheap credit for industry, and demand-management to provide a growing market for industry, making possible a high and rising standard of living and of welfare provision for the mass of the population.” (CLARKE, 1988, p. 6)

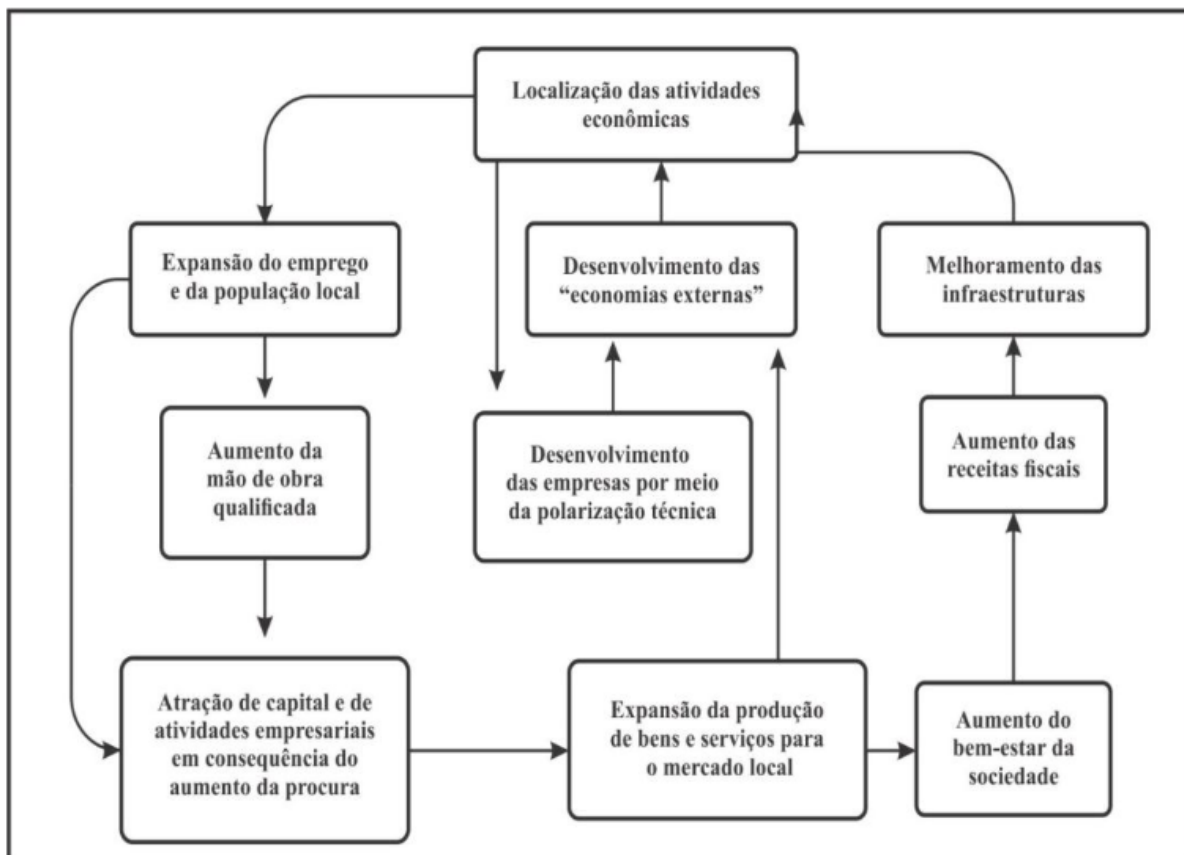
investimentos eram vistos como custos e não para aumentar o nível de produtividade, e que essas políticas sociais eram vitais para o desenvolvimento econômico de uma nação. (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016, p. 157)

Assim, a base teórica de Myrdal partia do pressuposto de que os fenômenos econômicos e sociais estariam profundamente interligados, fazendo com que suas conclusões fossem válidas em ambas as esferas (MYRDAL, 1960). Sua teoria da causalidade circular cumulativa traduz-se em um “[...] ciclo virtuoso ou vicioso, que tanto pode ocorrer de forma ascendente quanto descendente, ou seja, uma sequência de fatos que desencadeia outros fatos de forma cumulativa e propulsora” (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016, p. 158).

Um exemplo da ideia de Myrdal está em seu próprio estudo acerca da desigualdade racial nos Estados Unidos: a condição de baixa renda da população negra seria essencialmente fruto do racismo, enquanto que, paralelamente, a pobreza dos negros enraiza o preconceito norte-americano; o racismo é, ao mesmo tempo, causa e consequência das desigualdades raciais e econômicas (MYRDAL, 1966).

Na seara propriamente econômica, tal raciocínio leva Myrdal a concluir que as desigualdades pré-existentes entre regiões desencadeiam um processo cumulativo de aumento adicional das desigualdades, enquanto que estímulos positivos à economia (como investimentos diretos em infraestrutura) geram um ciclo virtuoso de desenvolvimento, conforme representado na Figura 5 (OLIVEIRA; ATTÍLIO, 2014).

Figura 5 - Princípio das Causas Cumulativas de Myrdal



Fonte: Mattos (2000); Oliveira e Strassburg (2016).

Assim, no que tange à observação de crescimento em uma dada região, a teoria da causação cumulativa segmenta dois efeitos possíveis e paralelos nas demais localidades a ela próximas: *backwash effects* (efeitos de polarização), fazendo com que a desigualdade entre as mesmas aumente pela migração da mão de obra e fluxos de capital, e *spread effects* (efeitos propulsores), em que o entorno local também encontra ganhos no fornecimento de matérias primas e transbordamentos tecnológicos (LIMA; SIMÕES, 2009 *apud* TERRA, 2014).

Em suma, o desenvolvimento de uma localidade gera, concomitantemente, efeitos positivos e negativos ao desenvolvimento das demais. Uma vez que as localidades são interligadas social e economicamente, tal fato pode desencadear ciclos virtuosos ou viciosos de crescimento na região como um todo, a depender de como se dará a abordagem dos agentes econômicos participantes do processo de causação circular cumulativa (Estado, entidades de classe, empresariado etc.).

Destarte, Myrdal compartilha da premissa de Perroux de que o desenvolvimento tende ao desequilíbrio, e afirma que, em um cenário no qual o crescimento de uma localidade ocasiona forças polarizadoras e propulsoras sobre as demais, se estas superarem aquelas, novos centros econômicos auto-sustentáveis não de progressivamente surgir (MYRDAL, 1960). Além disso, na visão do autor, é papel do Estado mitigar os efeitos polarizadores, controlando os ciclos viciosos no processo de causalção circular cumulativa. Isso inclui não somente conferir um impulso inicial aos centros econômicos em expansão, mas também incentivar os ciclos virtuosos através de investimentos em educação e tecnologia, por exemplo (LIMA; SIMÕES, 2009). Em síntese, o que determina o desenvolvimento local na visão do autor é um complexo processo circular de forças polarizadoras e propulsoras que incidem sobre as regiões no entorno de uma localidade economicamente central.

Aglutinando as visões de Myrdal e Perroux, Albert Hirschman parte das mesmas premissas observadas, de modo geral, entre os teóricos regionais: a concepção do autor reforça a visão de que os desequilíbrios de mercado são motores do desenvolvimento - com destaque às alterações provocadas por variações de capital e tecnologia -, sendo que este se dá de maneira desigual entre as regiões (HIRSCHMAN, 1961). Como Perroux, Hirschman identifica o papel de indústrias centrais no desenvolvimento de uma dada região (aqui, chamadas de indústria mestre); como Myrdal, também compreende que regiões industriais desenvolvidas exercem forças econômicas sobre as demais (aqui, chamadas de efeitos de dispersão e polarização), gerando regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas (LIMA; SIMÕES, 2006).

O pensamento de Hirschman possui dois diferenciais relevantes, que o levam a agregar valor à produção em economia regional. O primeiro consiste em sua principal divergência em relação à Myrdal: enquanto este possui uma visão pessimista a respeito das forças que incidem economicamente sobre as demais regiões a partir dos efeitos propulsores e polarizadores, acreditando que o *output* tende a ser negativo às regiões subdesenvolvidas, Hirschman identifica com otimismo que os efeitos de dispersão tendem a superar os efeitos de polarização, preponderando-se um *output* positivo. Assim, para esse autor, as regiões menos

desenvolvidas próximas a um polo econômico têm mais a ganhar do que a perder com o crescimento do mesmo (LIMA; SIMÕES, 2009).

O segundo destaque à teoria de Hirschman consiste em sua incisiva defesa do intervencionismo estatal, ao qual está ancorada sua crença em uma sobreposição dos fatores de dispersão aos fatores de polarização (HIRSCHMAN, 1961). Uma vez que as externalidades advindas do crescimento industrial de uma região interferem na economia como um todo, alterando a balança de pagamentos, o crescimento populacional e a inflação, o Estado deve não somente garantir políticas de dispersão (como incentivos fiscais, apoio ao setor tecnológico e outras), mas também adotar uma estratégia sequencial de aporte ao desenvolvimento. Desse modo, um dos principais fatores determinantes de ação estatal seria o planejamento governamental (HIRSCHMAN, 1961). Além disso, a visão do autor ainda destaca que “[...] o capital externo deve servir como força de equilíbrio quando o governo não tem a capacidade de agir e permitir a continuidade do processo de crescimento sob a concorrência externa” (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 20 *apud* TERRA, 2014, p. 19).

Por fim, cabe apresentar a Teoria da Base de Exportação desenvolvida pelo norte-americano Douglas North (1959, 1977, 1990). Ao observar que os fatores locais e as teorias regionais ligadas ao efeito observado em localidades próximas às estudadas não se aplicavam à realidade econômica dos Estados Unidos (CAMPOS, 2017), North aponta para o papel determinante da base de exportação¹² ao desenvolvimento local, uma vez que esta influencia diretamente tanto na renda quanto no PIB absoluto e *per capita*, sinalizando que todo o caráter econômico da região passa a ser influenciado por sua base exportadora (NORTH, 1959).

As indústrias subsidiárias para servir à indústria de exportação, bem como os bancos especializados, os serviços de corretagem, os atacadistas, e outros negócios, os concentram nesses centros e atuam para melhorar a posição de custo do artigo de exportação. O caráter da força de trabalho será fundamentalmente influenciado pelas indústrias de exportação. Os tipos de especialização exigidas, a periodicidade e estabilidade do emprego e as condições de trabalho moldarão as atitudes sociais da força de trabalho. Como já dissemos, as atitudes políticas da região serão

¹² A base de exportação é o conjunto de produtos e/ou serviços com potencial de exportação em uma dada região, sejam eles primários, secundários ou terciários. Portanto, uma base de exportação restrita significa um baixo potencial de exportação ou baixa diversidade de produtos exportáveis.

grandemente dirigidas no sentido de melhorar a posição de sua base de exportação. (NORTH, 1959, p. 304 *apud* CAMPOS, 2017, p. 29).

Portanto, para além das observações feitas pelos teóricos anteriormente estudados na seara regional acerca dos polos e distritos industriais e das forças polarizadoras da economia, North destaca o papel das exportações como fator de sucesso em desenvolvimento econômico, especialmente ao se considerar o caráter globalizado e dinâmico das economias pós-industriais (NORTH, 1959).

Destarte, ainda que uma base de exportações frutífera possa gerar efeitos positivos tanto ao nódulo - região imediata de localização da base - quanto ao seu entorno, a mesma acarreta em possíveis riscos. Ao se considerar bases de exportação restritas, especialmente aquelas concentradas em *commodities* de exploração natural limitada (como minério), o desenvolvimento da respectiva região se encontra à mercê da exaustão das mesmas: em casos de instabilidade na balança de exportações ou exaurimento dos produtos exportados, a dinâmica econômica e social da localidade é afetada em sua totalidade (NORTH, 1977).

Assim, à adoção de uma base de exportação enquanto forma de incentivar o crescimento de uma região, precede-se o estudo quanto à “[...] dotação de recursos naturais da região, as características dos produtos de exportação e as mudanças na tecnologia e nos transportes que podem alterar a vantagem comparativa da região” (NORTH, 1959 *apud* CAMPOS, 2017, p. 30).

Os teóricos regionais, não limitados à seleção exposta, partiram das bases marshallianas e schumpeterianas para a compreensão dos fatores que influenciam o crescimento industrial pela ótica regional. A seguir, tratar-se-á da produção recente em economia regional.

2.4 Produção recente em economia regional

Embora a sistematização de uma produção recente no campo da economia regional seja dificultada pelo caráter jovem do mesmo, pode-se dividir os esforços empregados por diferentes autores em dois blocos: i) aqueles concentrados em metodologias menos formais, focadas nas dinâmicas de reestruturação produtiva, e

ii) aqueles concentrados em metodologias formais e matemáticas, conceituados na Nova Geografia Econômica (CAVALCANTE, 2008, p. 23).

Quanto aos autores do primeiro bloco, Cavalcante (2008) aponta para três características principais: i) ênfase significativa e explícita à questão das externalidades de mercado abordadas por Marshall, diferentemente dos autores da teoria regional, em que a influência marshalliana se limitou à inferências relacionadas aos fatores de aglomeração e desaglomeração; ii) forte influência schumpeteriana e neoschumpeteriana; iii) e ênfase nas relações não comerciais, levando em consideração a organização industrial. De modo geral, os autores que compõem este segmento incorporaram as variáveis tecnológicas e institucionais em seus modelos. O autor também destaca os trabalhos de sistematização teórica da produção recente desenvolvidos por Storper (1997), Boisier (1999) e Amaral Filho (1999), representados na Tabela 2:

Tabela 2 - Sistematização teórica da produção recente em economia regional

Storper (1997)	Amaral Filho (1999)	Boisier (1999)
Identificação das escolas principais de pensamento	Identificação das novas estratégias de <i>public policy</i> .	Identificação das novas terminologias e linguagens utilizadas.
1. Institucionalista, que tratam dos distritos industriais, retomam o conceito de distrito marshalliano e incorporam evidências empíricas observadas sobretudo na região da “terceira itália”; 2. Escola Californiana das Economias Externas, que trata da organização industrial e dos custos de transação; 3. Linha que privilegia o papel da mudança técnica e do aprendizado, influenciada pela corrente neo-schumpeteriana e que inclui as abordagens de “ambientes inovadores”.	1. Distritos industriais; 2. Ambientes inovadores; 3. <i>Clusters</i> .	Discute treze novos conceitos, entre os quais: 1. <i>Learning regions</i> ; 2. Aprendizagem coletiva; 3. Ambientes inovadores; 4. Desenvolvimento local; 5. Desenvolvimento endógeno; 6. <i>Clusters</i> .

Fonte: elaboração própria, adaptado de Cavalcante (2008).

Assim, considerando a sistematização elaborada pelos autores supracitados, Cavalcante (2008) destaca no primeiro bloco da produção recente as ideias de

“distritos industriais”, “ambientes inovadores” e “organização industrial e custos de transação”. Para a presente revisão teórica, serão abordados, portanto, os dois blocos supramencionados, de modo a abranger os pontos mais relevantes da produção acadêmica recente, conforme sistematização apresentada na Tabela 3:

Tabela 3 - Blocos acadêmicos selecionados da pesquisa recente em economia regional

Bloco 1	Bloco 2
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias menos formais, focadas nas dinâmicas de reestruturação produtiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias formais e matemáticas.
<ul style="list-style-type: none"> • Distritos Industriais; • Ambientes Inovadores; • Organização Industrial e Custos de Transação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nova Geografia Econômica.

Fonte: elaboração própria.

Os distritos industriais são abordados pelos autores recentes como

[...] sistemas produtivos locais caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias na produção de um bem homogêneo, aproximando-se, assim, do conceito que ficou conhecido como distrito marshalliano. (AMARAL FILHO, 1999, p. 10 *apud* CAVALCANTE, 2008, p. 24).

Diferentemente dos autores da teoria regional estudados em seção anterior, que analisaram os distritos industriais sob a perspectiva dos efeitos gerados pelo crescimento de um distrito local às demais regiões, os autores da produção recente, segundo Amaral Filho (1999), se dedicam a estudar os aspectos históricos e sociais da interação entre os agentes econômicos: firmas, associações, governos e demais. Um dos exemplos nacionais é Muls (2008), que, a partir de abordagem institucionalista influenciada pelo pensamento de Peter Evans (1996)¹³, identifica a importância das redes locais de desenvolvimento:

Um importante ator do desenvolvimento econômico local são as micro e pequenas empresas. Estas podem desempenhar um papel importante e acionar um processo de desenvolvimento endógeno a partir do momento em que elas se organizem em redes e, além disso, que essas redes estejam

¹³ Peter Evans (1996) trata da “[...] transformação de laços pessoais e comunitários em formas institucionais e organizacionais mais abrangentes que repercutam, de alguma forma, na esfera econômica e no circuito das trocas sociais” (EVANS, 1996 *apud* MULS, 2008, p. 20).

articuladas com outras formas intermediárias de coordenação que, juntas, representam o ambiente institucional de um território ou região. Quanto maior é o grau de coesão das redes (sociais e econômicas, formais e informais) entre as formas intermediárias de coordenação, que se manifestam essencialmente no plano territorial, maior é o estoque de capital social deste território [...]. A elaboração de uma estratégia territorial de reação autônoma deve contar com a participação de todas as representações institucionais envolvidas (poder público, local, empresas e sociedade civil). (MULS, 2008, p. 20)

Também ensejada pela produção recente, a abordagem dos ambientes inovadores trata dos efeitos e externalidades tecnológicas (*spillovers*) provocados, em instância regional, pela formação de redes de inovação entre empresas (CAVALCANTE, 2008). Assim, na perspectiva dos autores associados ao GREMI¹⁴, os distritos não seriam um agente isolado no que tange à produção de inovação, mas sim parte de um todo integrado com capacidade inovativa (AMARAL FILHO, 1999).

Uma das conclusões relevantes à lógica do desenvolvimento regional identificada por esse grupo de autores é o impacto da escolha locacional das empresas quanto aos seus núcleos de pesquisa: uma vez que é destes que parte a inovação e que esta é determinante ao crescimento econômico sustentável - tal qual lógica schumpeteriana -, foi observado que as experiências de implantação de polos industriais em que a localização da produção da firma não coincidiu com a localização de seu núcleo de pesquisa obtiveram resultados de desintegração, impedindo que o desenvolvimento alcançasse as respectivas localidades (CAVALCANTE, 2008). Em contrapartida, a abordagem dos ambientes inovadores não foi capaz de responder por completo à lógica causal da inovação enquanto propulsora de desenvolvimento regional¹⁵.

Por fim, no que tange ao primeiro bloco, os trabalhos com foco na organização industrial e nos custos de transação foram desenvolvidos majoritariamente pela denominada Escola Californiana das Economias Externas, a qual se apoia na ideia de “janelas locacionais” nas regiões. Segundo essa abordagem, a competição e o processo de inovação permitiriam a uma dada

¹⁴ A agenda de pesquisa dos ambientes inovadores parte, principalmente, do *Groupe de Recherche Européen Sur les Milieux* - GREMI (Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores), do qual fazem parte autores franceses, italianos e suíços (CAVALCANTE, 2008).

¹⁵ [...] “the GREMI group, however, has never been able to identify the economic logic by which milieux foster innovation. There is a circularity: innovation occurs because of a milieu, and a milieu is what exists in regions where there is innovation” (STORPER, 1997 *apud* CAVALCANTE, 2008, p. 17).

localidade atrair investimentos em um dado período temporal e espacial. Assim, Storper (1994, p. 26 *apud* CAVALCANTE, 2008) identifica nessa escola de pensamento dois componentes citados enquanto determinantes das janelas locacionais: i) externalidades do tipo *hard*, relacionadas à tecnologia e à produção em si; e ii) externalidades do tipo *soft*, relacionadas às interdependências institucionais (sociais, políticas e intangíveis) da economia local.

Notoriamente, a principal característica dessa agenda de pesquisa é a identificação das externalidades *soft* como essenciais às experiências frutíferas de desenvolvimento local, chamadas de “ativos relacionais”. Todavia, Cavalcante (2008), em analogia às observações de Storper (1994), identifica que tal conclusão não ultrapassa o campo da observação:

[...] ao atribuírem aos “ativos relacionais” um papel-chave na promoção do desenvolvimento endógeno, os autores não conseguem ultrapassar a barreira da descrição de experiências bem e mal-sucedidas. Isto quer dizer que esses autores não conseguem propor ações de políticas públicas capazes de atuar sobre as externalidades *soft* de modo a utilizá-las como um instrumento de promoção do desenvolvimento. (CAVALCANTE, 2008, p. 26)

Em oposição às abordagens descritas no primeiro bloco, as pesquisas concentradas no segundo bloco criticam o tratamento informal empregado por aquelas ao estudo recente da economia regional. Dessa linha de pensamento parte a Nova Geografia Econômica, grupo de autores que busca empregar tratamento quantitativo formal às questões concernentes ao desenvolvimento regional, concentrando-se principalmente no *trade-off* existente entre ganhos de escala e custos de transporte (CAVALCANTE, 2008).

Por fim, o principal autor da corrente supracitada, também pioneiro em seu nicho em princípios da década de 1990, é Paul Krugman (1998), vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2008. Krugman observa as teorias localistas clássicas e, apesar de identificar a notabilidade da abordagem matemática empregada pelos respectivos autores, argumenta que esta não se estende à lógica dos fatores de aglomeração e dispersão¹⁶. Assim, a posteriori, os autores da Nova Geografia Econômica têm se concentrado na adoção de modelos matemáticos para

¹⁶ Embora os fatores de aglomeração e desaglomeração tenham sido o centro da pesquisa desenvolvida pelos teóricos regionais, os mesmos não foram devidamente tratados em um escopo quantitativo (KRUGMAN, 1998 *apud* CAVALCANTE, 2008)

a explicação de fatores causais e consequenciais ao desenvolvimento de uma região. Todavia, “em que pese o elevado grau de formalismo das publicações dos autores vinculados a essa corrente, a Nova Geografia Econômica não consegue explicar o que dá início às economias de aglomeração em uma determinada região” (CAVALCANTE, 2008, p. 27).

2.5 Síntese teórica

Após revisão teórica apresentada de modo geral neste capítulo, pode-se concluir que o campo de pesquisa em desenvolvimento regional busca compreender quais as causas, consequências e modos de promoção do desenvolvimento em uma dada localidade, considerando-se suas particularidades.

Os localistas clássicos, teóricos precursores do campo, dedicaram-se aos estudos acerca dos fatores locacionais, concentrando-se na perspectiva da escolha das firmas pela localização industrial ideal e as respectivas variáveis que influenciam suas decisões. Já os teóricos regionais, sob influência majoritariamente marshalliana e schumpeteriana, consideraram fatores de aglomeração e desaglomeração industrial para explicar o crescimento econômico em uma dada localidade, levando em conta um olhar mais abrangente que subsidiasse a elaboração de políticas públicas de promoção ao desenvolvimento.

Por fim, a produção recente em economia regional emprega “esforços para a compreensão dos fatores que levam determinadas regiões a apresentarem indicadores econômicos e sociais mais elevados”, sem, no entanto, “apontar de forma concreta os instrumentos que poderiam ser utilizados pelo setor público para a promoção do desenvolvimento” (CAVALCANTE, 2008, p. 29).

O presente estudo, que busca observar uma experiência de desenvolvimento a nível regional, deverá considerar, portanto: i) os fatores locacionais relevantes à região; ii) a presença de fatores de aglomeração e desaglomeração, ensejados pela presença de polos econômicos e distritos industriais; iii) o contexto macroeconômico,

social, institucional e histórico da região, que a caracteriza e individualiza¹⁷; e iv) as redes de interação locais, identificáveis a partir do contato com os principais agentes econômicos.

Nessa direção, o capítulo seguinte apresentará o recorte espacial a que pertence a unidade de caso escolhida - a região do Sul de Minas - contemplando o terceiro requisito supracitado, ou seja, o contexto regional. Os demais requisitos serão tratados nos capítulos correspondentes à análise dos indicadores sociais e econômicos do município de Extrema, de modo a compreender quais fatores se destacaram na experiência de crescimento observada.

3 A REGIÃO DO SUL DE MINAS

Conforme apresentado em capítulo teórico anterior, não se pode compreender os fatores que propiciaram o crescimento econômico de uma dada localidade sem conhecer a fundo o contexto regional desta. No caso da experiência de desenvolvimento de um município, deve-se considerá-la como parte de um todo: a experiência regional. Assim, um primeiro passo ao estudo de caso do crescimento econômico recente do município de Extrema está na pesquisa acerca do recorte regional em que este se inclui.

Nos últimos anos, municípios mineiros concentrados na região do Sul de Minas apresentaram resultados notórios na atração de investimentos e desenvolvimento industrial, sendo o município de Extrema frequentemente citado como exemplo de sucesso na área: segundo dados do IBGE, este possui a maior taxa ocupação¹⁸ da região e o segundo maior PIB *per capita* do estado de Minas Gerais.

Ao se considerar a notoriedade dos resultados obtidos nos últimos anos pelo município de Extrema, é de se pressupor engajamento acadêmico já existente no que se refere à análise do contexto regional em questão. De fato, em pesquisa

¹⁷ “[...] uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser necessariamente individualizada, não havendo uma diretriz única aplicável a todas as regiões” (CAVALCANTE, 2008, p. 29).

¹⁸ Percentual da população em idade de trabalhar ocupada em posto de emprego.

acerca do tema, percebe-se alguma amplitude teórica em estudos nas áreas de geoestatística (FONSECA, 2009; LIMA *et al*, 2016; LISKA, 2018), demografia e sociedade (DAOLIO *et al*, 2013; CABRAL, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2012) e políticas ambientais (PEREIRA, 2013, 2016; JARDIM *et al*, 2015; GOLÇALVES, 2013; MATAVELI *et al*, 2018; PACHECO *et al*, 2017). Assim, considerando os estudos citados, constitui-se justificativa primária à elaboração da presente pesquisa contribuir para o campo de pesquisa regional em Minas Gerais, adicionando à bibliografia vigente análise econômica da realidade do município escolhido enquanto objeto de estudo caso da região do Sul de Minas.

Conforme observado no capítulo teórico, os fatores que levam uma localidade a prosperar estão intrinsecamente ligados tanto aos fatores locacionais já vistos quanto à própria dinâmica, história e economia da região que a abarca. Por essa razão, o município de Extrema, unidade de caso da presente pesquisa, deve ser estudado enquanto parte integrante de sua região - o Sul de Minas. No presente capítulo, objetiva-se apresentar o perfil da Região do Sul de Minas, incluindo uma breve análise de seus aspectos geográficos, históricos, econômicos, políticos e sociais.

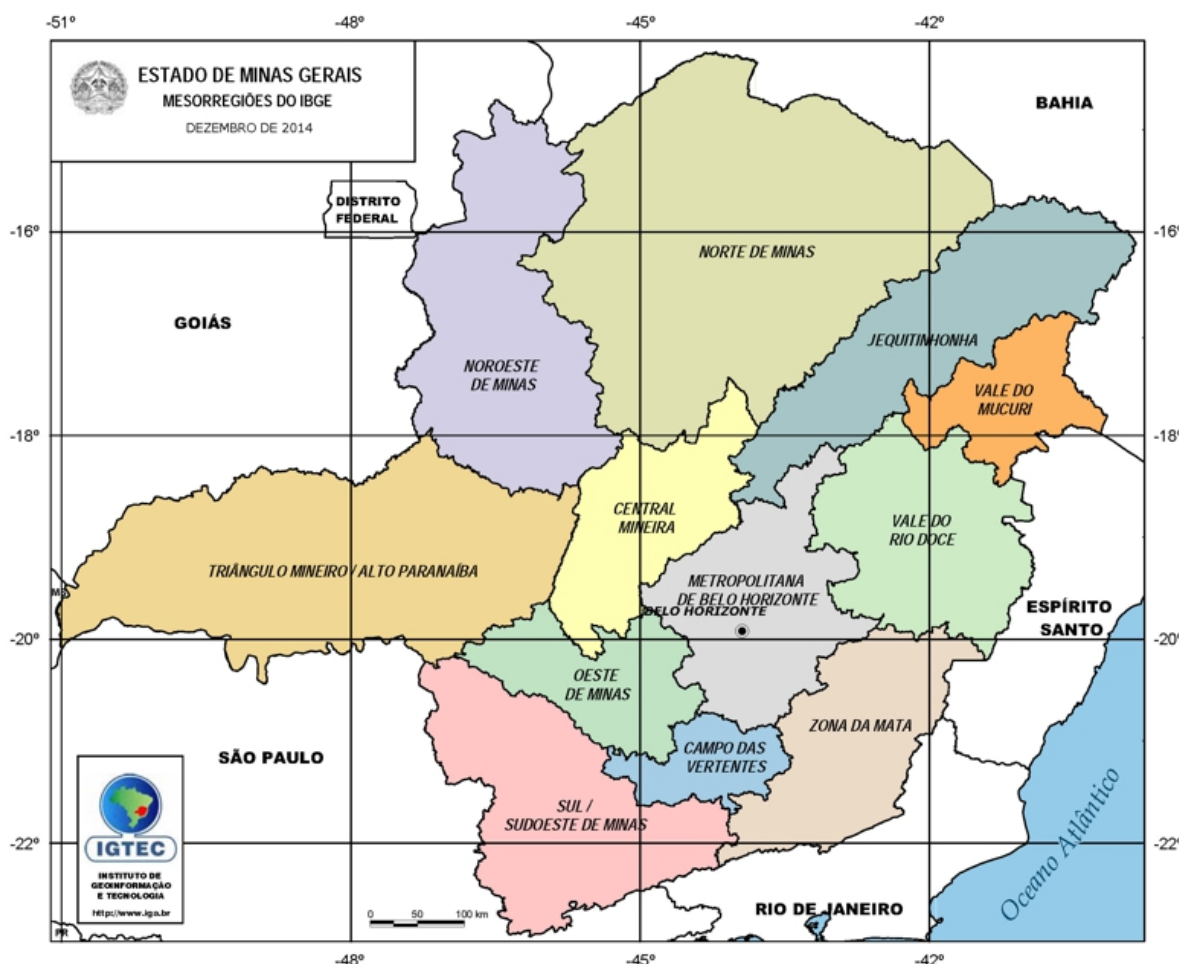
3.1 Perfil histórico e econômico regional

Ao se considerar que os limites atuais de uma região são o resultado de sucessivos acúmulos de legados do passado, abre-se a possibilidade de investigar o seu processo de estabelecimento. Um bom caminho para essa tarefa é fixar os limites regionais atuais e pesquisar os processos que ocorrem em seu interior ao longo do tempo.

O IBGE divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões, retratadas na Figura 6: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata. A mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas possui, também por definição do IBGE, 10 microrregiões. Para os fins deste trabalho, cabe apontar a equivalência semântica entre a nomenclatura adotada pelo IBGE para a

região (Sul e Sudoeste de Minas) e a nomenclatura comum, popular e histórica (Sul de Minas), também utilizada em outras divisões territoriais adotadas pelo estado de Minas Gerais em suas áreas de planejamento¹⁹.

Figura 6 - Mapa de Minas Gerais por mesorregião



Fonte: Minas Gerais (2014).

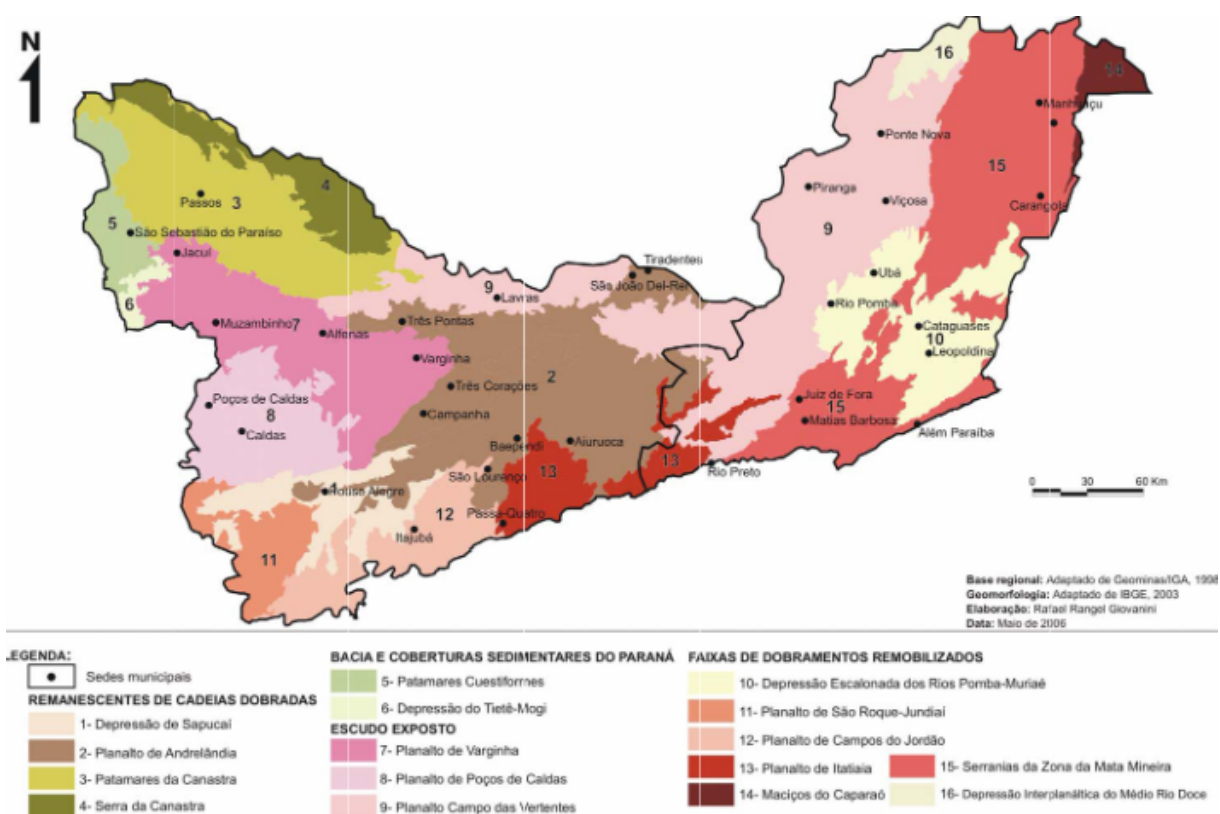
Quanto ao clima, muito se assemelham as regiões do Sul de Minas e da Zona da Mata, sendo que em ambas há a presença de duas estações bem definidas em decorrência dos condicionantes de altitude: clima quente e chuvoso de outubro a abril e frio e seco de maio a setembro (GIOVANINI, 2006). Já no que diz respeito à geomorfologia, a principal característica da porção sul do estado é a

¹⁹ A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) utiliza atualmente a divisão de macrorregiões para as áreas de atendimento e planejamento, na qual a nomenclatura utilizada para a região correspondente ao Sul/Sudoeste de Minas definido pelo IBGE é “Sul de Minas”.

heterogeneidade, como representa a Figura 7: a presença de serras alongadas, declives e planaltos, intercalados, contribuem para tal fato.

Particularmente no Sul de Minas, as formas de relevo variam desde áreas planas até declividades extremas, ocorrência de controle tipicamente estrutural ou climático, esculpidas sobre uma grande variedade de tipos de rocha. Assim sendo, o uso de elementos do quadro natural para a explicação dos sucessos agrícolas da região deve ser feita com muito cuidado, posto que essas afirmações geralmente implicam na insinuação de uma homogeneidade morfológica inexistente. Algumas partes do Sul de Minas apresentam forte instabilidade superficial, ao passo que outras apresentam ótimas condições de uso. (GIOVANINI, 2006, p. 57)

Figura 7 - Mapa geomorfológico da Zona da Mata e do Sul de Minas



Fonte: Giovanini (2006).

Assim, conforme exposto por Giovanini (2006), o suposto sucesso agrícola da região do Sul de Minas - a ser visto à frente neste capítulo - não necessariamente decorre de razões estritamente topográficas, posto que o recorte territorial em si apresenta porções mais ou menos propícias à atividade. A mesma análise é válida para o solo: no sul, os solos não são comparativamente reconhecidos pela sua presença de nutrientes. Embora haja uma inferência entre o sucesso de produção e uma suposta vantagem locacional geográfica no Sul de Minas, cabe pontuar que

esta deve levar em consideração para microrregiões específicas, como aquelas próximas à Mantiqueira.

No Sul de Minas [...] temos a predominância dos *Latosolos*, com duas variações. A classe dos *latossolos* agrega os solos mais evoluídos do planeta, o que significa que, neles, o processo de intemperismo avançou até retirar a quase totalidade de seus minerais primários e secundários. Em decorrência desse fato, a presença de nutrientes para as plantas é sempre muito baixa [...]. Deve-se destacar que a presença de nutrientes, sozinha, não explica o potencial agrícola de um solo, devendo ser relacionada a outros fatores, tais como a declividade e o clima regional, por exemplo. [...] Particularmente no Sul de Minas não é prudente estabelecer linhas de comparação que tenham a região toda como referência. (GIOVANINI, 2006, p. 66)

Em termos históricos, a região do Sul de Minas, fronteira com São Paulo e Rio de Janeiro, foi formalmente²⁰ instaurada no início do séc. XIX através de um conjunto de vilas²¹ que emergiram da exploração do ouro (VEIGA, 1998). Dessas vilas, uma das mais populosas e antigas seria a de Campanha, pertencente à comarca²² do Rio das Mortes até 1833, da qual se originaram as freguesias²³ de Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí, Carrancas e Aiuruoca (ANDRADE, 2008, p. 215). Todas as unidades administrativas mencionadas fizeram parte da então Comarca do Rio das Mortes, ilustrada na Figura 8.

²⁰ Algumas cidades da região, como Baependi e Passa-Quatro, foram fundadas ainda no século XVII; a maioria das demais, no século XVIII. Todavia, a consolidação das mesmas data do início do século XIX (GIOVANINI, 2006).

²¹ “Vila é a sede do termo; unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização, tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho - símbolo de autonomia; termo empregado em substituição a município, pois a denominação não podia ser empregada na colônia, ou seja, em terras não emancipadas.” (FURTADO, 2007, p. 203)

²² “Embora as vilas e seus termos representassem o território como espaço político e jurídico de poder, geograficamente, o Estado permaneceu dividido até 1815 em apenas cinco comarcas. [...] à comarca referir-se-á uma área maior – reunião de termos – equivalente a uma região, e aos termos – autônomos – e/ou villas já que estas eram a sede daqueles, seriam similares ao que se costuma chamar município.” (FURTADO, 2007, p. 203)

²³ “Freguesia é a circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia, também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia as quais pudessem manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cônica anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia.” (FURTADO, 2007, p. 203)

Figura 8 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes no século XIX, região correspondente ao atual Sul de Minas



Fonte: Andrade (2008).

Ainda no que tange à formação regional do Sul de Minas, cabe destacar que a literatura historiográfica aponta para o forte papel da economia escravista na consolidação do território (PRADO JÚNIOR, 1987). No caso específico da vila de Campanha, no início do século XIX esta possuía cerca de 41,6% do total de habitantes da Comarca do Rio das Mortes, tendo como principal atividade a agropecuária voltada ao mercado interno: em 1836, “[...] Campanha possuía o maior número de pequenos comércios (471 vendas) e ocupava o sexto lugar dentre os municípios voltados para a atividade açucareira (84 engenhos)” (PASCOAL, 2007, p. 217).

Assim, ao se comparar o contingente populacional da região entre escravos e livres, percebe-se que a distribuição era característica de localidades nas quais predominava a “grande lavoura” (PASCOAL, 2007, p. 218). Embora os estudos

populacionais e socioeconômicos sobre Minas Gerais em um recorte regional sejam recentes²⁴, pode-se dizer que a consolidação da região do Sul de Minas no século XIX parte essencialmente do ouro, da agropecuária e da escravidão. Tal conclusão advém dos estudos de Roberto Borges Martins²⁵ no início dos anos 1980, acerca da sociedade e economia mineiras no período supracitado:

Para Martins, Minas manteve um grande plantel de escravos ao longo do século XIX, garantido pelas compras contínuas de escravos. Sua economia estava organizada sem ligação com o mercado internacional, ao contrário do que advogavam as teses tradicionais. Aspecto fundamental da tese: o suporte econômico estava em sua economia não exportadora, absolutamente desligada do mercado internacional e da grande lavoura. (MARTINS, 1983, p. 209 *apud* PASCOAL, 2007, p. 264).

Economicamente, a tardia desagregação da economia escravista²⁶, fenômeno também observado na Zona da Mata mineira, permitiu à região do Sul de Minas construir uma base diversa (MARTINS, 1983). Já ao final do século XVIII, esta se qualificava como uma região especializada na produção de gêneros de subsistência, abastecendo o interior do estado. A grande mudança ocorreu com a crise da atividade minerária no período, então concentrada na região central, fazendo com que a produção do sul, ao invés de perecer, deslocasse seu escoamento para o Rio de Janeiro. Essa alternativa, todavia, só se tornou viável pela combinação de dois fatores concomitantes: o aumento da demanda na Corte e a queda no preço dos escravos possibilitaram aos proprietários de terra sul-mineiros expandirem seus negócios sem sofrerem os impactos negativos da decadência da mineração (GIOVANINI, 2006).

[...] o Sul de Minas do final do século XVIII era uma região especializada na produção de gêneros de subsistência, mas com uma ocupação circunscrita às proximidades do Caminho Velho. O mercado preferencial para os produtos do Sul era a Região Central. Quando sobreveio a crise da mineração, muitos dos que se dedicavam à exploração mineral se tornaram agricultores ou dedicaram maiores atenções às atividades agrícolas. Com isso, cessaria a maior parte da demanda pelos produtos sul-mineiros no interior de Minas. (GIOVANINI, 2006, p. 75)

²⁴ Francisco Iglesias (1985), um dos mais relevantes historiadores a analisarem o território de Minas Gerais, já diria que a história do século XIX mineiro ainda estaria por ser escrita.

²⁵ Martins aponta para a necessidade de se reavaliar as conclusões elaboradas pela historiografia mineira acerca da economia e sociedade no século XIX. Diferentemente da visão hegemônica sobre uma decadência do território mineiro após o ciclo da mineração, encontrando a reinserção no mercado internacional somente com a produção do café, o autor defende que a escravidão foi o grande motor da atração de riquezas em Minas Gerais (MARTINS, 1983 *apud* PASCOAL, 2007).

²⁶ “Em comparação com suas congêneres paulistas, as porcadas, boiadas e tropas mineiras sempre possuem um número muito superior de escravos. Isso ilustra a maior presença dessa mão de obra em Minas.” (GIOVANINI, 2006, p. 83)

Embora a economia do ouro tenha sido o marco populacional para o território e a decadência da mineração tenha gerado uma janela de oportunidade no sul do estado, há de se perceber que a posição estratégica da Comarca do Rio das Mortes em relação à Corte no Rio de Janeiro e ao centro econômico em São Paulo, combinada à integração da mão de obra escrava e livre, possibilitou a prosperidade da mesma (PASCOAL, 2007). Tal movimento, à chegada da metade do século XIX, também propiciou a consolidação de novas esferas político-administrativas na região (FURTADO, 2007)²⁷.

A produção para subsistência em Minas foi uma necessidade. Uma região interiorana, com condições naturais excelentes para o plantio²⁸ e para a pecuária, um mercado regional em expansão, mais tarde as demandas oriundas da Corte, não poderiam deixar de se constituir em atrativos para alavancar a sua prosperidade. O sul de Minas era grande produtor de milho, arroz, feijão, fumo, gado, porcos, queijos, carne salgada. (PASCOAL, 2007, p. 272).

Outrossim, em termos culturais, “[...] o produtor de subsistência não tem por hábito o investimento concentrado em apenas um cultivo” (GIOVANINI, 2006, p. 85), fazendo com que as vastas propriedades do século XIX mantivessem a policultura, conforme exemplos supracitados por Pascoal. Economicamente, isso se deve: i) à limitação tecnológica do período, haja vista que, na ausência de fertilizantes, técnicas de prevenção de pragas e irrigação, a policultura minimizava os riscos de prejuízo; ii) à complementaridade das culturas produzidas, sendo os grãos fonte de alimentação aos suínos e a associação entre milho e feijão, por exemplo, benéfica ao solo (LESCH, 2002 *apud* GIOVANINI, 2006); e iii) ao alto nível da pecuária sul-mineira, que, em sua produção dos derivados de leite, possui até os dias de hoje renome e notoriedade nos queijos.

Em síntese, pode-se afirmar que a propriedade sul-mineira possuía um manejo apoiado em uma racionalidade acidental. Não há indícios que permitam afirmar que os proprietários sul-mineiros fossem mais preocupados com a manutenção de boas condições ambientais em suas fazendas, ou dotados de um maior conhecimento técnico. Entretanto, é plausível que a combinação da paisagem natural com a policultura e a pecuária resultasse em impactos muito menores [...]. Assim sendo, a fazenda do Sul de Minas está assentada em condições de produtividade mais prolongada, já que os problemas ambientais gerados pelo manejo são

²⁷ “Já, em 1859, constata-se o fortalecimento da região sul do estado (permeado de municípios com área menor que 5000 km² – em branco) e a conexão – então no Império – com a capital Rio de Janeiro.” (FURTADO, 2007, p. 209)

²⁸ Embora Giovanini (2006) pontue a impossibilidade de se atribuir sucessos agrícolas às condições naturais do Sul de Minas, à época, comparativamente, o sul do estado, de fato, se encontrava em vantagem produtiva em relação às suas áreas de proximidade para o desenvolvimento da agricultura.

muito menores que os verificados nas áreas monocultoras tradicionais. (GIOVANINI, 2006, p. 90)

Avançando à parcela do século XIX já fortemente marcada pela economia do café desenvolvida no Sul de Minas, na Zona da Mata mineira e no Vale do Paraíba, percebe-se que o abastecimento à Corte no Rio de Janeiro cedeu lugar à associação com a economia paulista: enquanto em São Paulo havia o interesse por estimular a monocultura do café, no Sul de Minas a tendência girava em torno da manutenção da policultura de abastecimento (VEIGA, 1998)²⁹.

Nota-se, assim, uma forte marca da desconcentração das atividades econômicas no Sul de Minas, ausente de um centro monopolizador, sendo que “essa estrutura dispersa garante uma maior possibilidade de recuperação nos momentos de crise econômica, e uma melhor organização de seu espaço interno [...]” (GIOVANINI, 2006, p. 103). A égide do café no século XIX não prejudicou a produção sul-mineira; ao contrário, fez com que essa abraçasse o “produto do momento” sem perder as vantagens conquistadas nos grandes latifúndios. Embora o sul tenha, no período, ficado abaixo da Zona da Mata³⁰ em importância econômica em decorrência da hegemonia desta na produção do café, isto não significou um retrocesso da economia sul-mineira (GRAÇA FILHO, 2002):

Sua elite política permanece influente e o poderio econômico dos seus fazendeiros não diminuiu. Não houve decadência, e sim o surgimento de uma região cujas bases econômicas estavam assentadas em um produto muito mais rentável. A elite sulista não demora a perceber isso, gestando a produção do café em seu próprio território. Durante o reinado do café, o Sul será um súdito ilustre, dotado de influência suficiente para garantir para si algumas benesses advindas da prosperidade alheia. (GIOVANINI, 2006, p. 129).

No que tange à posterior Abolição da Escravatura, embora a mão de obra escrava tenha sido fundamental para a consolidação do latifúndio sul-mineiro, houve apenas uma “desorganização momentânea”, substituindo-se a força de trabalho por imigrantes italianos e os próprios ex-escravos (GIOVANINI, 2006, p. 179).

²⁹ “À proporção que se vai avançando no sentido do Sudoeste, as influências do Rio Grande vão substituindo as do Sapucaí que havia penetrado em profundidade a região e que deixara Varginha em ponto de especial destaque. E a reentrância do território mineiro acentua influências paulistas, porém muito diferentes das que se faziam sentir a Leste. Aos poucos se vai percebendo que se a influência paulista, nesta última, era de importância, já agora a mineirização mais acentuada da zona paulista se faz sentir nos costumes, assim como nas atividades predominantes, mesmo porque uma corrente migratória do mineiro aí se registra.” (ALBINO, W. 1956 *apud* VEIGA, 1998, p. 1)

³⁰ “A expansão da cafeicultura no Sul não se dará com o mesmo vigor do verificado na Mata, por uma combinação de fatores relacionados ao quadro natural e ao estágio de ocupação das áreas em foco.” (GIOVANINI, 2006, p. 178)

Além disso, não se pode ignorar que o comércio entre os municípios do Sul de Minas já era significativo, bem como a interligação entre os mesmos³¹, conforme retratado na Figura 9. Em termos de infraestrutura, tal processo foi intensificado pela melhoria das condições rodoviárias entre 1866 e 1875:

As maiores alterações se processam com o advento dos trilhos. Seu desenvolvimento pode ser dividido em duas fases. A primeira delas está ligada à expansão ferroviária carioca e paulista, da qual as linhas estabelecidas no Sul são tributárias. O marco inicial de sua chegada é a construção do ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II entre o Rio de Janeiro e Lavrinhas, na porção paulista do Vale do Paraíba, em 1874. A partir desse marco, o governo imperial autoriza a construção, em novembro do mesmo ano, de uma ligação entre o tronco principal da EFPII e o interior do Sul de Minas. Trata-se da Estrada de Ferro Rio Verde. (GIOVANINI, 2006, p. 185)

Figura 9 - Mercados preferenciais do Sul de Minas em 1874



Fonte: Giovanini (2006).

³¹ “As diversas localidades sul-mineiras, a despeito das dificuldades generalizadas de transporte ao longo da maior parte do século XIX, possuem uma articulação espantosa entre si. O desenvolvimento de atividades complementares entre os seus municípios, onde uns se dedicam às exportações e outros ao abastecimento interno, é uma constante desde o início de sua ocupação.” (GIOVANINI, 2006, p. 193)

No período entre 1875 e 1884, houve novo ciclo de melhorias em infraestrutura no entorno da região, dessa vez pela ligação de São João del Rei e o Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro Oeste de Minas, aumentando o fluxo comercial entre os dois estados sem, no entanto, abarcar a produção sul-mineira (GRAÇA-FILHO, 2002). Essa é outra razão pela qual o mercado interno, no período, voltou a se intensificar, dessa vez com a produção de subsistência do sul atendendo à prosperidade são-joanense. O comércio entre o Sul de Minas e Rio de Janeiro só voltou a se intensificar na década de 1900, desta vez não pela Coroa, e sim pelas rotas vantajosas (GIOVANINI, 2006).

Quanto à interligação com São Paulo, frutífera pelos interesses quanto à produção do café, a expansão da infraestrutura sul-mineira foi alavancada pelo contexto político do período. Embora a preferência comercial se mantivesse ao Rio de Janeiro³², futura capital da República, a malha ferroviária sul-mineira à época alça destaque, conforme observado na Figura 10, em decorrência de empreendimentos originados de concessões do governo de Minas Gerais e, principalmente, da “articulação das elites sulistas na assembléia provincial”, bem como do “aproveitamento das brechas deixadas pelo desastrado desenvolvimento ferroviário na Zona da Mata” (GIOVANINI, 2006, p. 187).

³² “São Paulo era a potência emergente no cenário brasileiro, com vínculos de origem e parentesco com as elites sul-mineiras, mas isso não alterava o fato de que o Rio era o principal mercado para os produtos sulistas no período.” (GIOVANINI, 2006, p. 189)

Figura 10 - Mapa de transportes do Sul de Minas no final do século XIX



Fonte: Giovanini (2006).

Ademais, a ligação com São Paulo foi estabelecida de forma gradual durante o fim do século XIX, sendo este, hoje, um concreto centro polarizador. Giovanini (2006, p. 194) também aponta que “em 1897, tudo mudaria: a crise dos preços do café tornaria evidentes as deficiências internas da produção matense, bem como as vantagens comparativas de São Paulo e do Sul de Minas”.

Em 1905, à época da Convenção de Taubaté³³, a decisão que mudaria o curso do então sucesso da Zona da Mata e a preferência pelo comércio com o Rio de Janeiro seria a de “[...] valorizar apenas os melhores tipos de grãos, o que excluía a maior parte do café da Mata, mas não o do Sul de Minas” (GIOVANINI, 2006, p. 196). Essa observação se torna interessante ao levar em consideração o exposto na análise topográfica do Sul de Minas: embora as vantagens para a produção agrícola não sejam generalizáveis à mesorregião como um todo, para a produção do café, a combinação de relevo, clima e solos de localidades serranas próximas à São Paulo

³³ Conhecida pela exigência de que o governo federal contraísse um grande empréstimo em Libras para retirar o café excedente do mercado e minimizar os efeitos da crise.

tornaram o produto sul-mineiro um dos mais reconhecidos dentre o gênero pela sua qualidade. Consolida-se, então, a interdependência entre o sul mineiro e São Paulo.

Politicamente, tal interdependência foi marcada pela “política do Café com Leite”, alternância das lideranças republicanas entre Minas Gerais e São Paulo. No período imediatamente anterior à Proclamação da República, o sul do estado e a porção paulista do território encontravam-se em desvantagem econômica quando comparadas ao Rio de Janeiro, que centralizava os benefícios na Corte. Por essa razão, a região do Sul de Minas alça fortes ideais republicanos, sendo uma das que mais se beneficiaram com o fim do Império:

Depois da região compreendida pelas cidades de Serro e Diamantina, o Sul de Minas foi a região em que o Movimento Republicano foi mais forte. Uma das razões era a crescente urbanização e abastança econômica. O período imperial centralizava os recursos em privilégios no Rio de Janeiro. As províncias mais populosas e ricas, como Minas e São Paulo, não tinham expressão de poder. Em plena campanha republicana, Silviano Brandão expressa o clima político do Sul de Minas em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados a 10 de junho de 1884, em que denuncia o descaso das autoridades do Império com relação ao Sul de Minas. (VEIGA, 1998, p. 1)

Assim, no início do século XX, período da República Velha, o Sul de Minas retoma não somente a proeminência econômica, mas também política. Os governantes do estado até a década de 1920, todos naturais da região, alçaram cargos em decorrência da pujança da produção do café e dos acordos com a elite paulista. Do Sul de Minas, nomes notórios³⁴ no desenvolvimento do século XX mineiro emergiram: Delfim Moreira, Silviano Brandão, Francisco Sales e outros (VEIGA, 1998).

Avançando à Era Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940, um dos movimentos que marcou a transformação econômica não somente de Minas Gerais mas do Estado brasileiro como um todo foi a “[...] elevação da crença no conhecimento técnico como um dos pressupostos fundamentais para a boa condução da esfera pública” (BARBOSA; BARBOSA, 2010, p. 111). Tal levante alçou à gestão pública estadual forte corpo de profissionais liberais comprometidos com o desenvolvimento regional amparado na indústria de base, deficitária a nível nacional, especialmente os engenheiros:

³⁴ “Se a Mata era a protagonista do cenário econômico mineiro, o Sul mantinha-se como um importante personagem do jogo político, o que é confirmado pela presença de personagens ilustres como Benedito Valadares e, principalmente, Silviano Brandão.” (GIOVANINI, 2006, p. 185)

É o caso de Minas Gerais, que assiste, na década em questão, à emergência e à consolidação de corpo técnico predominantemente formado por engenheiros, na órbita de seu poder público regional. Assim, a categoria profissional do engenheiro será, no caso mineiro de um modo muito específico, a portadora de um discurso “modernizante”, que propunha dinamizar a economia regional, compreendida em situação de atraso relativo pela elite política e econômica mineira desde o princípio do século XX. (DINIZ, 1981 *apud* BARBOSA; BARBOSA, 2010, p. 113).

A presença de um corpo técnico governamental interessado no desenvolvimento industrial no período supracitado - diferentemente das elites agrárias do período imediatamente anterior, cujos interesses ainda circundavam a agropecuária -, fez com que o estado como um todo tivesse um levante de atividades siderúrgicas, tal como, em partes, ocorrera com São Paulo (DINIZ, 1981). Assim, o Sul de Minas, historicamente produtor de insumos agropecuários, se fortalece no período enquanto região de desconcentração industrial paulista, estando também na rota para as indústrias da região na central mineira.

Ora, a posição estratégica do Sul de Minas, à chegada da década de 1950, se tornaria em definitivo sua principal vantagem e característica locacional: embora o sul nunca tenha abandonado sua “marca” na produção agropecuária, é nesse período que a logística na conexão entre Belo Horizonte e São Paulo passa a depender mais fortemente do Sul de Minas. Isso se deve, portanto, à forte industrialização de base, tanto na região Central de Minas Gerais quanto no ABC Paulista, fazendo com que o transporte das pesadas cargas de material siderúrgico entre os dois polos demandasse melhor escoamento, necessariamente passando pelo sul mineiro (DINIZ, 1981).

Assim, em 1959 o então presidente Juscelino Kubitschek inaugura o trecho Belo Horizonte-Pouso Alegre da futura Rodovia Fernão Dias (BR-381), que ligaria a Grande São Paulo à Grande Belo Horizonte através do Sul e Sudoeste mineiro. Com a ainda pequena, porém relevante, melhoria na estrutura rodoviária, o Sul de Minas também se fortalece como opção para a instalação industrial³⁵. A tendência se estende durante os anos 1960:

³⁵ “A região Sul de Minas, por sua posição intermediária entre a região Central do Estado e São Paulo, transformou-se em região estratégica para a localização industrial. A existência de cidades de porte médio, boa infra-estrutura e alguns recursos naturais contribuíram para tal localização.” (DINIZ, 1981, p. 181)

[...] a polarização de São Paulo, durante os anos 60, ampliou-se consideravelmente no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro. Isso se deveu não apenas ao crescente dinamismo econômico da metrópole paulistana, mas também ao asfaltamento de eixos rodoviários importantes, entre eles a rodovia São Paulo-Belo Horizonte (Sul de Minas). (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 194)

Já nos anos de 1970, o governo de Israel Pinheiro (1966-1971) em Minas Gerais buscou aliar os interesses pela industrialização e asfaltamento no estado ao planejamento governamental: a estratégia de desenvolvimento capitaneada pelo então Conselho Mineiro de Desenvolvimento, com apoio de instituições econômicas mineiras de outrora³⁶, fez do Sul de Minas alvo de políticas de incentivo fiscal para a instalação industrial (VEIGA, 1998). Do ponto de vista locacional, três regiões do estado foram capazes de capturar benefícios decorrentes da dinamização da economia mineira relatada, sendo elas o aglomerado urbano de Belo Horizonte, o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro (SANTOS, 2002). Todavia, há de se pontuar que

O terciário do Sul do Estado, a exemplo do ocorrido com o setor industrial, teve seu dinamismo modificado pelo efeito de transbordamento da atividade industrial de São Paulo. Se, por um lado, o transbordamento de São Paulo ajudou no desenvolvimento e diversificação do terciário, por outro, a proximidade geográfica dessa região ao centro da economia brasileira determinou que a capacidade expansiva do setor terciário não acompanhasse a de sua base produtiva industrial e agropecuária, indicando um terciário atrofiado em relação à base produtiva da região. (SANTOS, 2002, p. 32)

Compilando o virtual consenso³⁷ da literatura econômica no que tange à rápida expansão da economia mineira na década de referência, Santos (2002) cita como fatores responsáveis pela alta de investimentos desencadeada a partir do período:

A existência de recursos naturais abundantes; a disponibilidade de infraestrutura econômica; a existência de indústria básica (metalurgia e cimento) e extrativa mineral, gerando externalidades e mercado para a indústria de bens de capital; a privilegiada posição geográfica do Estado; o esquema de incentivos fiscais e o aparato institucional de apoio à industrialização aliados a uma ativa liderança política. (SANTOS, 2002, p. 22)

Assim, além da alçada de investimentos, também entre as décadas de 1970 e 1980, o aumento da produtividade agrícola na região do Sul de Minas, possibilitado

³⁶ Banco de Desenvolvimento Econômico, Escritório de Racionalização e Modernização Administrativa e Companhia de Direito Industrial (VEIGA, 1998).

³⁷ A relevância das políticas da década de 1970 para o desenvolvimento industrial de Minas Gerais é citada por Diniz (1981), Veiga, (1998) e Santos (2002), além dos autores que serviram de referência a estes.

pela expansão do crédito rural e pelas inovações tecnológicas no campo, foi responsável pelo incremento da participação econômica mineira no setor a nível nacional (SANTOS, 2002). Conforme mencionado, as raízes da produção agropecuária jamais foram abandonadas pelo sul. No período, “Minas passou a liderar a produção nacional de café e tornou-se o maior exportador do produto” (SANTOS, 2002, p. 29), superando a histórica vantagem de São Paulo graças à consolidação da hegemonia do Sul de Minas na produção, a qual possui até os dias atuais.

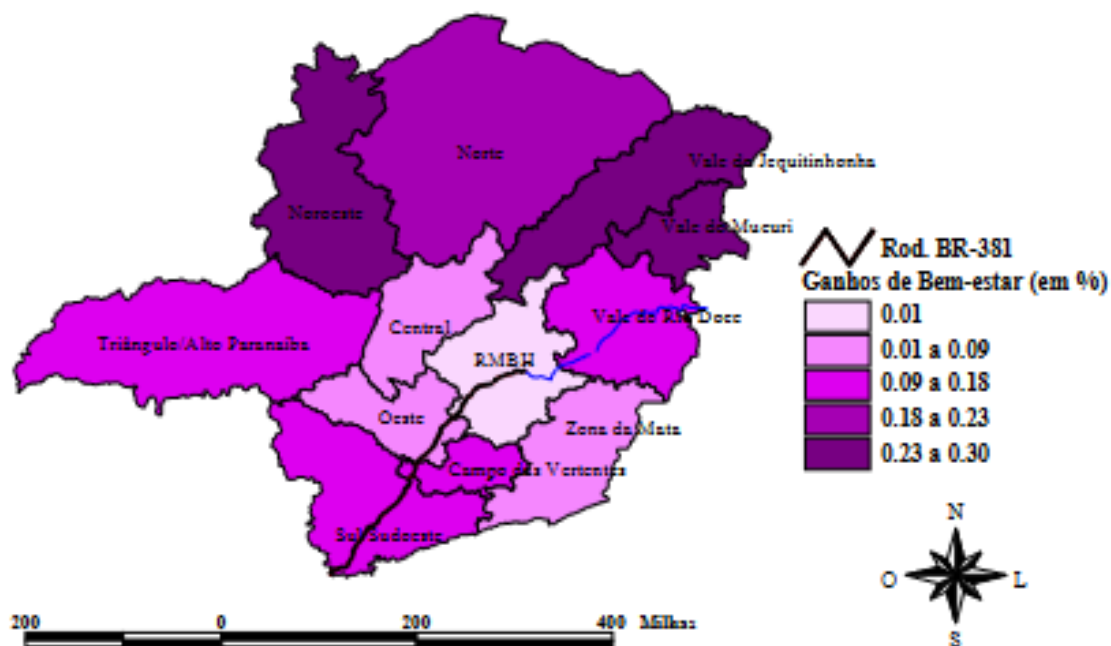
Por outro lado, nas décadas posteriores à crise econômica generalizada dos anos 1990, que atingiu o núcleo industrial paulista, a região do Sul de Minas se fortaleceu, novamente, enquanto alternativa de realocização industrial. Se em um momento anterior a capacidade de expansão do setor terciário estava limitada pela hegemonia produtiva do estado vizinho, nas décadas seguintes a região do Sul de Minas passaria a ser uma forte concorrente em termos de escolha locacional das indústrias, destacando-se então os centros industriais das cidades de Pouso Alegre, Três Corações e Guaxupé. (SANTOS, 2002, p. 49)

É também na década de 1990 que se iniciam as obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, que só seriam finalizadas em 2005. Esse é um marco extremamente relevante para a região do Sul de Minas, uma vez que as cidades no entorno da rodovia passaram por uma crescente de migração empresarial vinda de São Paulo (da desagregação paulista), além de um novo levante de agentes econômicos interessados em uma região próspera com cargas tributárias menores que as de São Paulo (ALMEIDA, 2004). O estudo³⁸ feito por Almeida (2004) acerca dos ganhos de bem-estar social e econômico propiciados pelas obras de duplicação da BR-381 demonstra que as localidades no entorno da rodovia, de fato, seriam as mais privilegiadas, conforme demonstrado na Figura 11.

Quanto aos efeitos regionais, grosso modo, as regiões vencedoras, isto é, aquelas que apresentam resultados acima da média, são mesorregiões por onde cruzam os trechos duplicados da rodovia BR-381. As regiões perdedoras são regiões mais distantes das regiões que abrigam a rodovia e, portanto, sofrem de desvios de comércio provocados pelas reorientações dos fluxos de comércio inter-regional. (ALMEIDA, 2004, p. 16)

³⁸ Cabe pontuar que o estudo de referência foi realizado em 2004, quando as obras da duplicação ainda não haviam sido concluídas. Assim, os resultados obtidos pelo autor foram projeções matemáticas, embasadas no corpo de seu trabalho.

Figura 11 - Distribuição espacial em Minas Gerais dos ganhos de bem-estar social para o experimento da duplicação da BR-381³⁹



Fonte: Almeida (2004).

Ademais, estudos posteriores à conclusão das obras de duplicação da Fernão Dias ressaltam os impactos positivos observados em cidades estratégicas da região do Sul de Minas, as quais souberam se utilizar dos ganhos locais promovidos pela melhoria na infraestrutura⁴⁰. Destaca-se, desde já, o município de Extrema, apontado pela bibliografia como um dos principais locais a terem se beneficiado pelas obras da BR-381, como será estudado no capítulo posterior:

O aumento das perspectivas para a geração de empregos e o conseqüente desenvolvimento de Extrema foi acentuado a partir da década de 90, no período em que a Rodovia Fernão Dias passava pelo processo das obras de duplicação. (FONSECA, 2009, p. 109)

³⁹ Embora no gráfico a porção ao norte do estado figure como a mais privilegiada, o próprio autor destaca que isso se deve ao peso do efeito-frete na análise matemática desenvolvida: as mesorregiões, quanto mais distantes do trecho da duplicação, mais seriam beneficiadas pela diminuição do preço do frete, uma vez que as obras diminuiriam os custos no estado como um todo (ALMEIDA, 2004).

⁴⁰ "A importância dessa rodovia como fator de atração de novos empreendimentos fica evidente já na segunda metade dos anos 1990, quando quase 50% dos investimentos industriais no estado foram realizados em sua área de influência (ademais, o volume de tais investimentos foi, nesse mesmo período, três vezes maior na microrregião de Pouso Alegre do que nas microrregiões de Poços de Caldas e Itajubá, cujos municípios encontram-se mais afastados da Fernão Dias)." (SARDENBERG; MOURA, 2016, p. 1)

Embora estudos acadêmicos compilados com um olhar voltado à historiografia econômica, especificamente do Sul de Minas, ainda sejam escassos para as décadas de 1990 em diante, destaca-se o trabalho do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da Fundação João Pinheiro (FJP) na construção deste ainda incompleto caminho.

Em rico compilado produzido pelo BDMG em 2002 sobre a economia de Minas Gerais no presente século⁴¹, Gomes (2002) destaca que, no exame do PIB feito em 1999 pela FJP, a região do Sul de Minas respondia por 12,9% do PIB do estado, ficando abaixo apenas da região Central tanto no PIB total quanto nos resultados dos setores econômicos (agropecuário, industrial⁴² e serviços). À época, o Sul representava 13,3% da população mineira (GOMES, 2002). Quanto ao turismo, Gomes (2002) aponta que a então Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais encontrou na região do Sul de Minas diversos canais de potencial turístico, incluindo o Circuito das Águas, o Lago de Furnas e as Terras Altas da Mantiqueira, dentre outros.

Outrossim, em estudo publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destaca-se que, ao final da década de 1990, a economia mineira se constituiria “[...] no melhor exemplo de planejamento estadual para a atração de investimentos associado à política de desconcentração” (RODRIGUES, 1998, p. 20). Os investimentos previstos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG-MG) à época demonstravam que, dentre os municípios do estado cotados para o recebimento dos maiores montantes de investimento entre 1995 e 2000, Itajubá, Poços de Caldas, Varginha e Pouso Alegre figuravam pelo Sul de Minas (RODRIGUES, 1998).

O regime de incentivos fiscais intensificado pelo Governo de Minas Gerais nesse período, embora comum às regiões de planejamento como um todo, beneficiou regiões estratégicas em decorrência de sua importância econômica, sendo elas a Metropolitana de Belo Horizonte, o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro

⁴¹ Minas Gerais do Século XXI, cujas referências neste trabalho sumarizam-se nos capítulos escritos por Santos (2002), Gomes (2002) e Arruda e Amorim Filho (2002).

⁴² “No Sul de Minas, os municípios-polo de Poços de Caldas, Varginha, Três Corações, Pouso Alegre, Itajubá, Extrema, Camanducaia, Brasópolis e Santa Rita do Sapucaí agregam atividades industriais diversificadas tais como mecânica, agroindústria, eletroeletrônica, confecções, calçados e minerais não-metálicos, dentre outras.” (GOMES, 2002, p. 154)

(RODRIGUES, 1998). Dentre os Fundos de Desenvolvimento de Minas Gerais à época, retratados na Tabela 4, destacavam-se aqueles que incidiam sobre a tributação, objetivando a criação de vantagens locacionais para a instalação de empreendimentos no estado em um contexto de competição com outras unidades da federação (guerra fiscal). Destes, o Sul de Minas mais se beneficiou do Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (Fundiest):

Tabela 4 - Fundos de Desenvolvimento de Minas Gerais ativos ao final da década de 1990

Fundo de Incentivo à Industrialização (Find)		Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (Fundiest)		
<i>Find/Pró-indústria</i>	<i>Find/Programa de Indução à Modernização Industrial (Proim)</i>	<i>Programa de Apoio à Implantação de Empreendimentos Industriais Estratégicos (Proe-Indústria)</i>	<i>Programa de Apoio à Implantação de Agroindústrias Estratégicas (Proe-Agroindústria)</i>	<i>Programa de Estruturação Comercial de Empreendimentos Industriais Estratégicos (Proe-Estruturação)</i>
<p>Financiamento do capital de giro de 50% a 70% do ICMS mensal pago, com carência de 12 a 36 meses e período de cinco a 10 anos, com atualização monetária do IGP-M com redutor de 50% a 82%, conforme a região:</p> <p>50% - Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sul de Minas e Triângulo Mineiro; 60% - Zona da Mata, Região Central, Alto Parnaíba e Centro-Oeste; 70% - Noroeste, Norte e Vale do Rio Doce; 82% - Bacias dos rios</p>	<p>Financiamento ao investimento fixo em até 50% de investimento total previsto no projeto, com carência de até 36 meses e amortização até 60 meses, contados do término da carência.</p>	<p>Programa estratégico com 30 setores beneficiários - inclusos setores automobilístico e eletroeletrônico -, com financiamento de capital de giro referente a 70% do ICMS devido, com carência variando de 36 a 120 meses e com 10 anos (ou 120 parcelas) de prazo de utilização do financiamento, em empreendimentos cujos investimentos fixos sejam no mínimo de R\$ 150 milhões e gerem, no mínimo, 500 empregos diretos.</p>	<p>Benefício da agroindústria integrada à unidade industrial que realiza o processamento e a industrialização de produtos de origem animal ou vegetal, inclusive madeira reflorestada, originários de região próxima da planta industrial, nos limites territoriais do Estado, seja de produção própria ou de terceiros que operem mediante contratos de fornecimento firmados entre a empresa e produtores rurais ou florestais integrados.</p>	<p>Concessão de financiamento ao capital de giro à empresa que promova a importação e venda no mercado nacional, por estabelecimento sediado em Minas Gerais, de produto do mesmo gênero do produzido em unidade industrial implantada no Estado.</p>

Jequitinhonha, São Mateus e Mucuri.				
-------------------------------------	--	--	--	--

Fonte: elaboração própria, adaptado de Rodrigues (1998).

Por fim, ainda no que tange à disputa por investimentos no campo dos incentivos fiscais, Dulci (2002) aponta que também nesta há a inferência de que o desenvolvimento da região do Sul de Minas seria um desdobramento da desagregação do polo de São Paulo considerando a forte relação entre a economia sul-mineira e a economia paulista, sendo que nem sempre o território mineiro se encontrou em vantagem fiscal:

[...] o governo de Minas Gerais aplica uma política fiscal conservadora, relutando em abrir mão da arrecadação do setor [da agroindústria] (que contribui com 2,5% do ICMS mineiro) [...]. [...] a Parmalat desativou parte de sua fábrica no sul de Minas e transferiu-a para São Paulo, justificando a decisão por motivos fiscais: o ICMS cobrado em Minas para os seus produtos é de 12%, enquanto o de São Paulo é de 7%. (DULCI, 2002, p. 103)

3.2 O Sul de Minas no século XXI

Em se tratando do início da década de 2000, destaca-se que o estado de Minas Gerais entra no século XXI passando por um de seus movimentos mais transformadores, que certamente exerceu influência na condução das políticas regionais observadas no período. O Choque de Gestão, nome conferido à reforma da Administração Pública mineira realizada entre 2003 e 2012 com bases gerenciais, voltada à contenção de riscos fiscais (QUEIROZ, 2009; GUIMARÃES *et al*, 2010; DIAS, 2013), seguiu a alçada de movimentos reformistas na gestão pública observada a nível federal desde a década de 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2001; ABRUCIO, 2006; SECCHI, 2009).

O Estado mineiro em 2002 enquadrava-se na categoria C da Secretaria do Tesouro Nacional, presente no cadastro de devedores e impedido de utilizar o crediário. De 2003 a 2005, Minas Gerais migrou da categoria C, para a B em 2004, recuperando o direito de angariar empréstimos com as instituições de crédito (Banco Mundial - BIRD e Banco Interamericano – BID), e para a A em 2005, categoria dos bons pagadores. (QUEIROZ, 2009, p. 100)

Os resultados obtidos pelo Choque de Gestão ao longo da primeira década dos anos 2000 incluem uma abordagem do governo estadual para com os

municípios de cooperação, estímulo à economia e à inovação da gestão (QUEIROZ, 2009). Assim, nesse período, investimentos do Governo de Minas nas regiões de planejamento acompanharam otimismo quanto ao crescimento de áreas estratégicas:

[...] Macedo (2007) explicou que o otimista cenário econômico mineiro deveu-se à nova forma de gerir o Estado - assumindo este um papel de atrair investimentos, estimular a concorrência empresarial, criar mecanismos para qualificação de mão-de-obra e promover o acesso a novas tecnologias. Ele ressaltou ainda sua expectativa de que os investimentos privados crescerão significativamente no Estado até o ano de 2014, com a previsão de investimentos superiores a R\$ 121 bilhões. Além disso, o autor acrescentou a positiva evolução observada na indústria mineira em 2006, com taxa média de expansão de 4,6%, em relação à industrial nacional, a qual apresentou uma taxa de 2,8%. (MACEDO, 2007 *apud* QUEIROZ, 2009, p. 128)

Embora a economia mineira tenha encerrado os anos 2010 de forma comparativamente positiva, o período que se seguiu ficaria marcado pela crise fiscal que assolou não somente o estado de Minas Gerais, mas também demais unidades da federação e a própria União, enfrentando falta de recursos para investimento, déficit nos regimes previdenciários e acúmulo de dívidas (BARBOSA *et al*, 2019). Nessa alçada, os cortes de gastos incidiram principalmente sobre os investimentos estatais, incluindo aqueles de ordem regional, embora o Sul de Minas tenha sido afetado em menor escala.

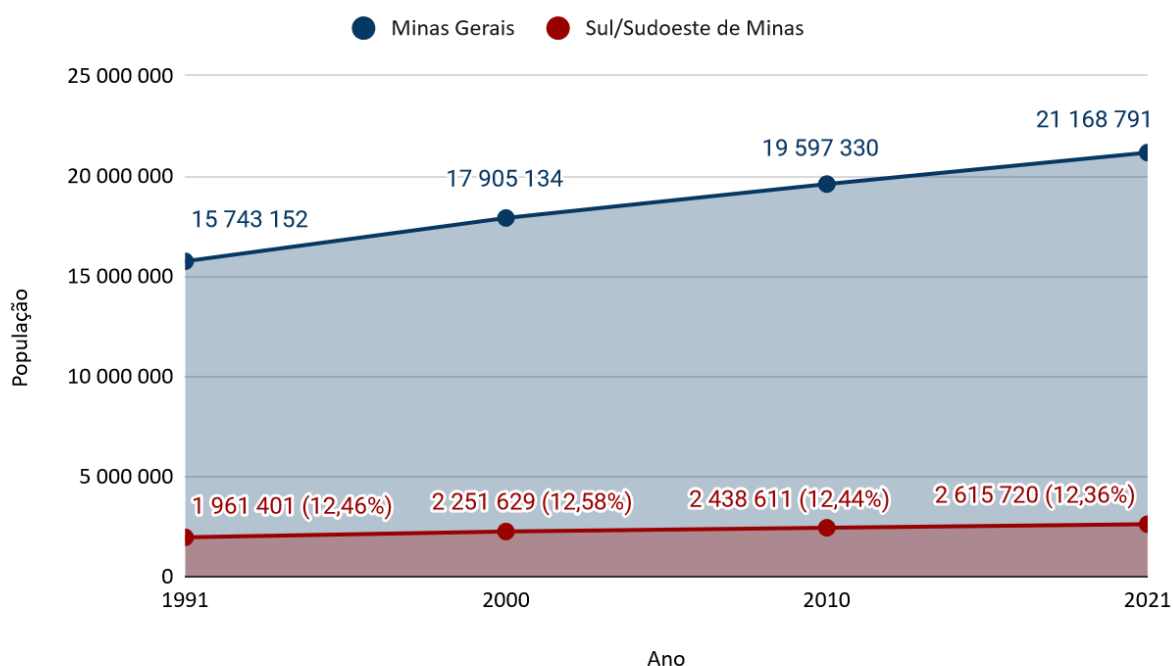
A crise econômica brasileira recente se desdobrou na crise fiscal dos estados brasileiros. Em maior ou menor grau, as 27 unidades da federação enfrentam escassez de recursos para investimento, regimes previdenciários deficitários e dificuldades com o pagamento de dívidas. O caso mineiro é o retrato desse fenômeno. O crescimento das receitas se retraiu fortemente no último quadriênio (2015-2018), apesar do empenho do governo para aumentar a arrecadação. Por outro lado, as despesas continuaram crescendo acima da inflação, a despeito da tentativa de se conter os gastos públicos, em especial via investimentos. (BARBOSA *et al*, 2019, p. 488)

Assim, para compreender a evolução recente da economia sul-mineira em face do contexto supracitado, serão apresentados a seguir compilações estatísticas, bibliográficas e documentais, estas últimas baseadas em relatórios dos órgãos de desenvolvimento de Minas Gerais.

Considerando que, conforme visto neste capítulo, os movimentos populacionais na região do Sul de Minas nos séculos passados exerceram grande influência sobre sua economia, cabe analisar a evolução do contingente de pessoas na região nas últimas décadas. Conforme se pode observar no Gráfico 1, entre 1991

e 2010 a população do estado cresceu em ritmo levemente superior ao da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, segundo dados do Censo Demográfico (IBGE). A partir dos dados da Estimativa da População (IBGE), também é possível perceber que a projeção populacional para 2021 mantém tal tendência, apontando para uma progressiva redução da participação da população sul-mineira no total do estado.

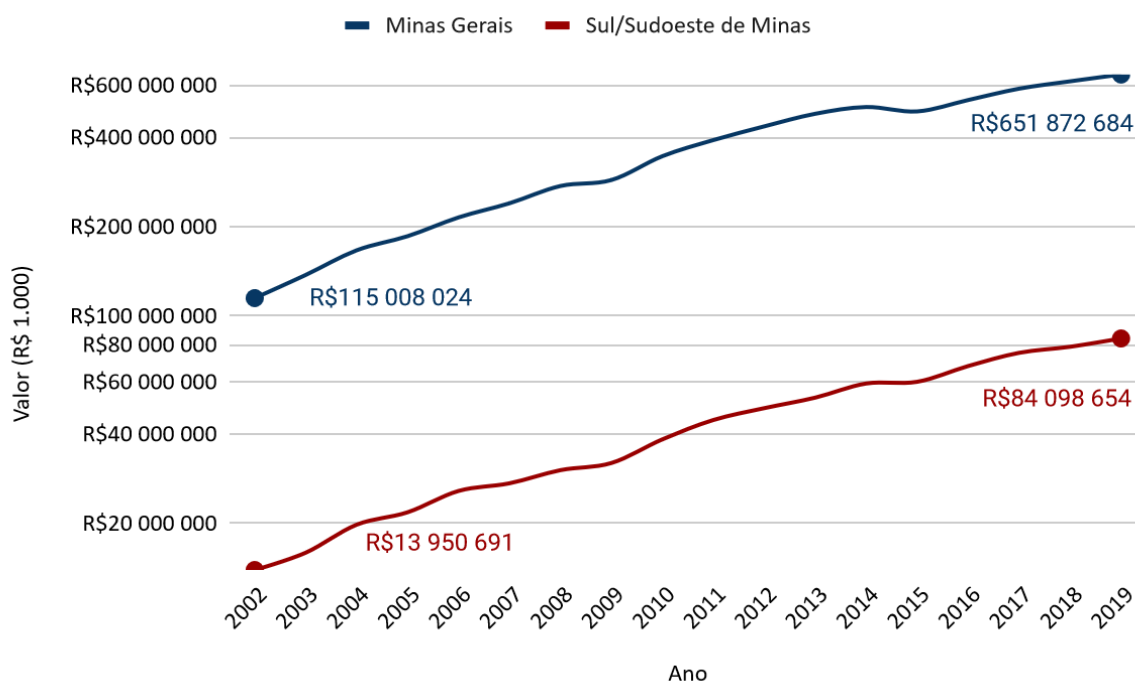
Gráfico 1 - População residente total do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 1991 e 2021



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE) e nas Estimativas da População (IBGE).

Ademais, no que tange à evolução do PIB, o Gráfico 2 demonstra que o crescimento econômico da região do Sul de Minas acompanha a tendência de crescimento da economia mineira, com sutis pontos de inflexão nos anos de 2009 e 2015, provavelmente enquanto reflexos da recessão econômica, gerando baixa nas exportações, e de crise fiscal, respectivamente.

Gráfico 2 - Evolução do PIB do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)⁴³



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

Por sua vez, o Gráfico 3 sinaliza para a participação do PIB sul-mineiro no PIB de Minas Gerais, demonstrando que esta guarda forte correlação com os pontos de inflexão observados no Gráfico 2: uma vez que o crescimento do PIB em Minas Gerais e no Sul de Minas segue tendência deveras similar, ao perceber que os anos em que a participação do Sul de Minas no PIB do estado apresentou maior queda percentual - 2008 e 2013 - coincidem com quedas imediatamente posteriores no PIB total de ambas as unidades de análise, infere-se que a economia sul-mineira guarda significativa importância na manutenção da economia estadual.

⁴³ Foi adotada no gráfico em questão escala logarítmica, de modo a priorizar a visualização da tendência de crescimento em detrimento da visualização da proporção real dos valores. Ademais, a série histórica se inicia no ano de 2002 em detrimento da disponibilidade de dados no período

Gráfico 3 - Evolução da participação do PIB do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (%)

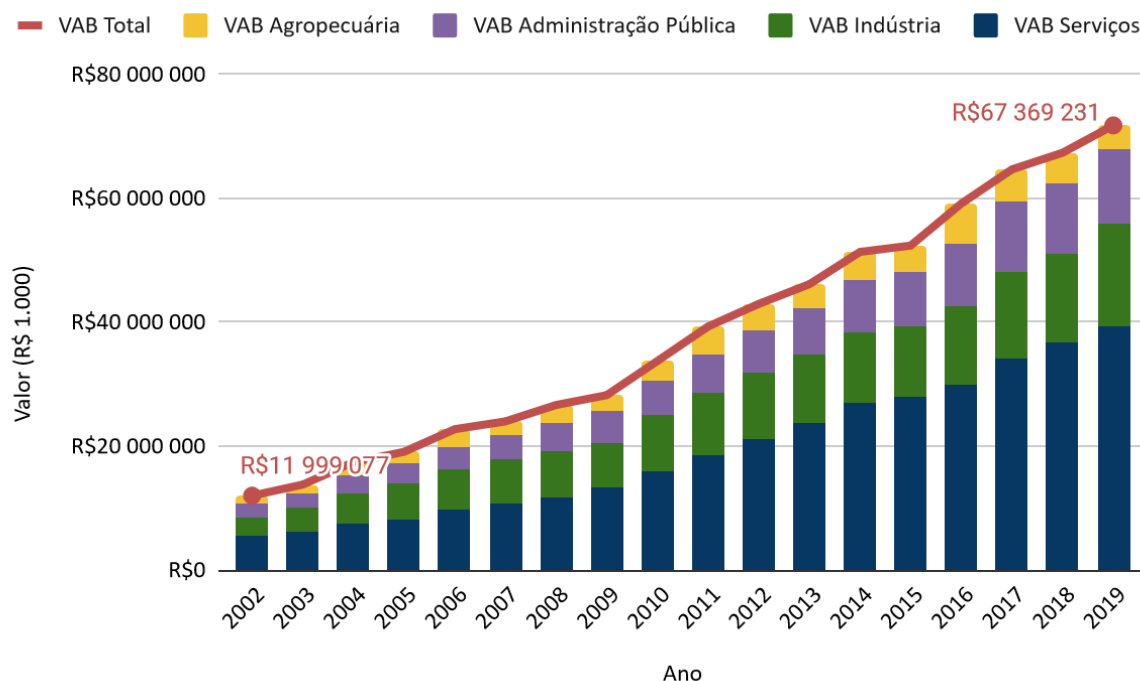


Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

No que diz respeito aos dados setoriais da economia sul-mineira, aqui inseridos pela ótica do Valor Adicionado Bruto (VAB)⁴⁴, são analisados quatro componentes no Gráfico 4: o VAB da Agropecuária, da Administração Pública, da Indústria e dos Serviços - à exceção daqueles relacionados à prestação de serviços públicos. Segundo dados do IBGE, em 2019, a participação de cada um dos setores mencionados no VAB Total do Sul de Minas foi de 54,9% para os Serviços, 22,79% para a Indústria, 16,75% para a Administração Pública e 5,56% para a Agropecuária.

⁴⁴ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o montante final que resulta da atividade produtiva de um determinado território em um determinado período, representando a contribuição de cada setor (agropecuária, indústria e serviços) ao valor final da produção.

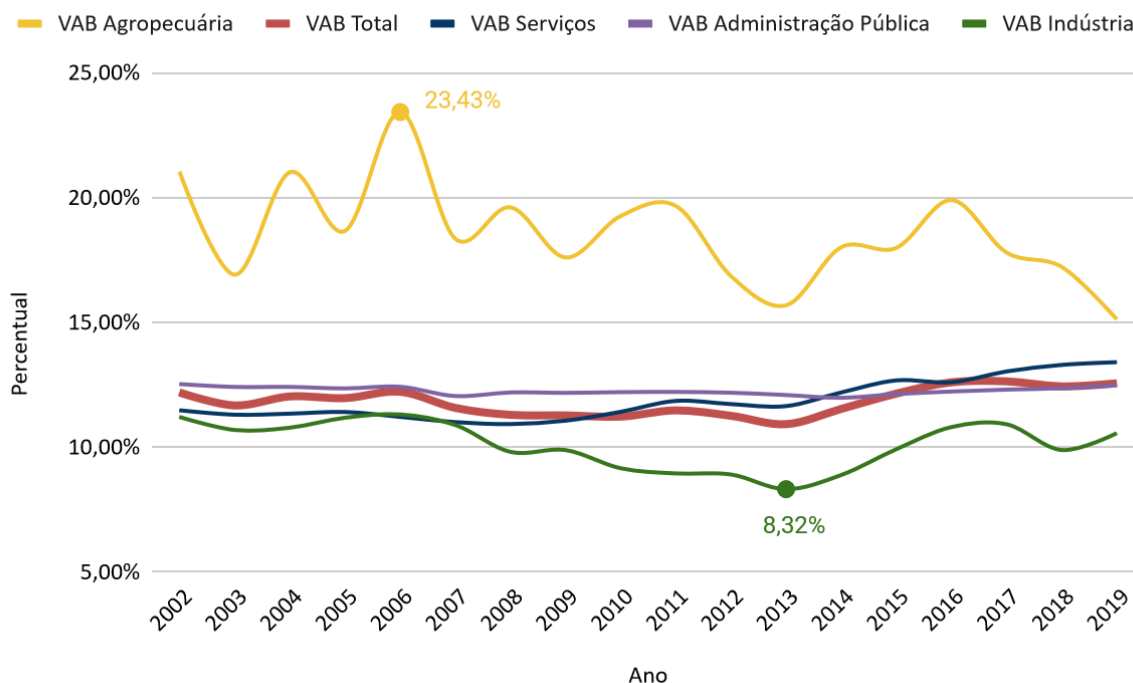
Gráfico 4 - VAB setorial do Sul de Minas entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

Os dados setoriais do VAB sul-mineiro, em um primeiro momento, chamam atenção em especial para a baixa participação da Agropecuária, uma vez que ao longo do capítulo se observou a tradição deste setor na região, incluindo a liderança até os dias atuais na produção e exportação do café. Todavia, ao analisar o Gráfico 5, que estabelece a participação setorial do VAB do Sul de Minas no VAB de Minas Gerais, percebe-se que a importância relativa da agropecuária sul-mineira ao estado é significativa, figurando em absoluto ao longo da série histórica como a principal componente da produção sul-mineira: em 2006, o VAB da Agropecuária do Sul de Minas chegou a responder por quase $\frac{1}{4}$ (23,43%) do total da produção no estado. Em contrapartida, o VAB Industrial figura como a menor cota de participação da região no VAB de Minas Gerais, sinalizando, porém, a retomada posterior ao ano de 2013.

Gráfico 5 - Evolução da participação do VAB do Sul de Minas em comparação a Minas Gerais entre 2002 e 2019, a preços de 2019 (%)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

Acerca da percepção acadêmica da economia sul-mineira, em estudo quantitativo recente realizado por pesquisadores da Fundação João Pinheiro (SOUZA *et al*, 2021) acerca da composição econômica setorial das regiões mineiras, a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE)⁴⁵ foi desagregada em 58 setores de atividade econômica, de modo a mensurar a dinamicidade ou estagnação dos mesmos. Assim, foi identificado que em todas as regiões de Minas Gerais, à exceção da Metropolitana, haveria vantagens locacionais claras aos territórios, uma vez que estes “[...] possuem em suas estruturas produtivas mais setores que apresentam taxas de crescimento maiores que a taxa de crescimento média estadual para esses mesmos setores” (SOUZA *et al*, 2021, p. 198).

⁴⁵ “CNAE é a classificação das atividades econômicas utilizada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos gestores de cadastros e registros da Administração Pública do país e obedece a Classificação Internacional de Atividades Econômicas (International Standard Industrial Classification - ISIC) adotada pelas Nações Unidas.” (SOUZA *et al*, 2021, p. 195)

Desse modo, foram apresentadas as atividades dinâmicas ou tendentes ao dinamismo, nas quais o Sul de Minas possui atual vantagem competitiva⁴⁶ em relação ao estado: a pesquisa aponta que os setores chave para a economia sul-mineira são a fabricação de alimentos e os serviços de informação e comunicação. Destaca-se também o Vale do Sapucaí - apelidado de “Vale da Eletrônica” -, “[...] que é uma das áreas importantes de desenvolvimento da indústria eletroeletrônica nacional” (DULCI, 2002, p. 103).

A maior parte dos setores presentes no território Sul apresentou desvantagem competitiva: 14 estão estagnados e outros 14 tendem à estagnação. Dezesesseis atividades tendem ao dinamismo e 10 são dinâmicas. O Sul se mostrou mais especializado em ‘agricultura, pecuária e serviços relacionados’, principalmente devido ao cultivo de café. O crescimento expressivo do setor (maior vantagem competitiva) “pesquisa e desenvolvimento” pode estar relacionado à presença da Universidade Federal de Lavras (Ufla) e de sete campos experimentais da Epamig no território, mas ele representou apenas 0,05% do emprego em 2015. (SOUZA *et al*, 2021, p. 201)

Ademais, o estudo supracitado também permite reforçar as bases teóricas apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, demonstrando que o crescimento recente da região do Sul de Minas estaria associado a fatores locais:

Nos demais territórios (Alto Jequitinhonha, Caparaó, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste, Norte, Oeste, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul, Vale do Rio Doce e Vertentes), o crescimento do emprego foi devido a suas estruturas produtivas e a vantagens locais existentes, isto é, essas regiões apresentaram maior quantidade de emprego nos setores considerados dinâmicos e a maioria dos setores nelas presentes cresceu acima da média estadual de crescimento para esses mesmos setores. (SOUZA *et al*, 2021, p. 205)

Quanto às análises, políticas e documentos pelos órgãos do Governo de Minas Gerais e entidades empresariais independentes a respeito da economia Sul Mineira, foram consultados os acervos do BDMG, FIEMG, SEDE-MG, JUCEMG e Invest Minas (INDI). Para encerrar o panorama do Sul de Minas, foram selecionados dados relativos à política dos Arranjos Produtivos Locais (APL)⁴⁷ da SEDE-MG e

⁴⁶ “O termo ‘vantagem competitiva’ designa o setor para o qual, em dado período de análise, observa-se um crescimento maior no território em questão do que no estado de Minas Gerais como um todo.” (SOUZA *et al*, 2021, p. 186)

⁴⁷ “Os Arranjos Produtivos Locais são aglomerados empresariais organizados em torno de uma mesma atividade produtiva, em que se observa vínculos de cooperação e articulação, assim como o compartilhamento de aprendizagem entre as empresas e entre os demais atores locais, como as esferas governamentais, instituições de ensino e pesquisa, associações profissionais, entre outros.” (BRAGA, 2021, p. 36)

uma análise recente do quadro geral da economia sul-mineira elaborada pela Invest Minas.

No que tange à Política de APL estabelecida pela SEDE-MG, define-se pela página da instituição que o governo estadual trabalha junto ao reconhecimento e assistência aos APL presentes em Minas Gerais - atualmente, 55 -, buscando: i) a adequação das políticas às características do setor econômico em que atuam; ii) evolução competitiva; iii) integração junto às demais políticas públicas para o desenvolvimento em Minas Gerais; e iv) identificação de demandas de cada APL para a melhoria do setor produtivo. Os APL são classificados em níveis de maturidade, de 1 a 4, pelos critérios de governança, estruturação, características econômicas e impacto no desenvolvimento territorial - quanto maior o nível, maior a relevância e pujância econômica do APL. A Tabela 5 sintetiza os 12 APL atualmente presentes no Sul de Minas.

Tabela 5 - Arranjos Produtivos Locais (APL) atualmente ativos no Sul de Minas

APL	Municípios	Especialização	Maturidade	Empresas	Empregos
Bolachas de Andradas	Andradas	Produção majoritariamente artesanal e manual, configurando-se como valor tradicional do município.	Sem classificação	9	1500
Calçados de Guaxupé	Guaxupé	Produção de calçados a baixo custo de produção em vista da vantagem logística da distribuição.	Nível 3	47	1000
Eletrônicos de Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e sob encomenda, consultoria em TI, tratamento de dados e provedores de serviços de aplicação e de hospedagem na internet.	Nível 4	153	14700
Inox de Lambari	Lambari	Soluções e produtos destinados ao setor metalmeccânico, incluindo máquinas e equipamentos para as indústrias de laticínios, farmacêuticas, alimentícias, químicas e demais. Caracteriza-se por seu	Nível 2	19	500

		pioneirismo e tempo de mercado.			
Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de Itajubá	Brazópolis Cristina Itajubá Paraisópolis	Localizado em uma microrregião com histórico de entidades de pesquisa, como universidades, possuindo elevada quantidade de empresas de tecnologia, e, principalmente, mão de obra especializada.	Nível 3	104	1100
Asas Rotativas e Defesa de Itajubá	Brazópolis Itajubá Itanhandu Paraguaçu	Soluções e produtos para aeronaves e drones. Também produzem soluções e produtos para o setor de Defesa, como por exemplo armas de fogo, outras armas e munições.	Nível 3	44	5000
Vestuário de Jacutinga	Albertina Borda da Mata Inconfidentes Jacutinga Monte Sião Ouro Fino	Produção de artesanato e vestuário relacionado ao setor têxtil retilíneo, com foco em tricot.	Nível 3	5340	18500
Lingeries de Juruiaia	Juruiaia	Serviços de confecção em costura, lavadeiras e bordados voltados ao abastecimento da produção de lingerie, as quais, pela sua qualidade e baixo custo, são distribuídas pelos estados de Minas Gerais e São Paulo.	Nível 3	200	5000
Vinho do Sul de Minas	Andradas Baependi Boa Esperança Caldas Campos Gerais Cordislândia Cruzília Poços de Caldas São Gonçalo do Sapucaí Três Corações Três Pontas	Vinhos de tradição centenária de diversas uvas, finas e/ou de mesa, para vinhos tintos, brancos, espumantes, licorosos, vinhos nobres, vinhos de inverno e sucos.	Nível 3	14	300
Couro do Sul de Minas	Cristina	Produção industrial de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), principalmente luvas (raspa, vaqueta, mista).	Nível 1	300	2500
Vestuário de Paraguaçu	Paraguaçu	Produção especializada em roupas sociais masculinas de	Nível 3	48	1250

		corte fino.			
Móveis de Passos	Passos	Produção de móveis com uso principal de madeira de demolição.	Nível 3	35	2000

Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pela SEDE-MG.

Como é possível observar a partir da Tabela 5, os APL presentes no Sul de Minas se distribuem entre setores econômicos variados, confirmando não somente o exposto neste capítulo quanto à independência produtiva dos municípios sul-mineiros desde o século XIX como também o destaque conferido atualmente ao “Vale da Eletrônica”, sendo seu respectivo APL o único da região com o nível máximo de maturidade. Também é possível perceber que, em sua grande maioria, os APL sul-mineiros possuem maturidade elevada em comparação ao restante do estado, demonstrando a presença de centros econômicos bem estabelecidos na região.

Por fim, em compilado produzido pelo INDI em 2016 acerca da economia sul-mineira, destaca-se que a região figurava à época como a responsável pelo maior percentual de investimentos atraídos através da intermediação do órgão: 36% dos projetos da carteira do INDI já se localizavam no Sul de Minas, superando mesmo a região Metropolitana, respondendo por 25% (SARDENBERG; MOURA, 2016).

As razões atribuídas na análise do INDI ao desenvolvimento do Sul de Minas retomam o que foi apresentado neste capítulo, sendo elas: i) a proximidade com São Paulo e a infraestrutura de logística, especialmente no que tange à Rodovia Fernão Dias; ii) a presença de cidades-polo diversas com alta participação no PIB e IDHM⁴⁸ elevados; iii) os polos produtores da região, com destaque para o café e o “Vale da Eletrônica”; e iv) a inovação e a mão de obra qualificada através dos centros de pesquisa presentes na região (SARDENBERG; MOURA, 2016).

⁴⁸ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

3.3 Conclusões acerca do espaço sul-mineiro

O presente capítulo permitiu desenhar a região do Sul de Minas em sua complexidade, ainda que de forma breve. Compreender o recorte espacial, historicamente, da pesquisa a que se pretende este trabalho é crucial para uma análise contextual e, principalmente, para o enquadramento de um estudo de caso.

Percebe-se que a região do Sul de Minas tem sido, desde sua formação, prolífica em se adaptar às diferentes conjunturas econômicas, sociais e políticas, de forma a preservar sua importância para Minas Gerais e os demais estados limítrofes. Desde o século XIX, sua principal característica é uma economia voltada ao abastecimento e escoamento da produção de seu entorno, seja este o centro de Minas Gerais, o Rio de Janeiro ou São Paulo. Também é digno de nota o fato de que a atividade econômica agropecuária, passando pela produção de subsistência no século XIX e pelo café a partir do século XX, figura com tradições culturais e sociais na produção latifundiária.

Outrossim, os municípios sul-mineiros também demonstram possuir diferentes vocações, ora voltando-se à exportação, ora ao abastecimento interno. Todavia, fato é que a malha de cidades como um todo está socioeconomicamente interligada desde o século XVIII, embora não se possa dizer que os municípios do Sul de Minas façam, todos, parte de uma mesma trajetória econômica comum à região. Conforme observado, os APL presentes no espaço sul-mineiro são diversos e, em sua maioria, consolidados, com destaque ao “Vale da Eletrônica” de Santa Rita do Sapucaí.

A proximidade com São Paulo, principal polo econômico a nível nacional, embora salte aos olhos em uma primeira análise que busque explicar o sucesso econômico sul-mineiro, só se tornou mote de desenvolvimento a partir do século XX, conforme análise bibliográfica aqui descrita. Os investimentos estatais em infraestrutura, principalmente no que diz respeito à BR-381, foram determinantes ao crescimento da região como um todo no período recente.

Por fim, percebe-se que a relevância do Sul de Minas a nível de desenvolvimento humano e produção agropecuária e eletrônica nos dias atuais em relação ao Brasil e Minas Gerais colhe os frutos de seu passado, combinando-os

com os adventos do presente - o perfil empreendedor, a disponibilidade de recursos tecnológicos e o avanço das políticas governamentais de bem-estar.

No capítulo seguinte, realizar-se-á o estudo de caso propriamente dito do município de Extrema, ponto de destaque regional. A análise buscará compreender os fatores envolvidos em seu processo de desenvolvimento, partindo do olhar regional e histórico detalhado neste capítulo.

4 O CASO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA

Em vistas de realizar o estudo de caso a que se destina este capítulo, com foco no município de Extrema, foram considerados os fatores locacionais sintetizados na Tabela 1 e a bibliografia consultada para delimitar nove dimensões de análise. As seções a seguir contemplam, ao todo, mais de 40 indicadores, dentre índices e subíndices, obtidos a partir dos dados disponibilizados pelas bases governamentais.

Para além dos indicadores quantitativos, também foram utilizadas como fonte as pesquisas bibliográfica, documental e qualitativa, através da realização de três entrevistas com atores envolvidos na experiência de crescimento econômico do município de Extrema: i) Adriano Carvalho, ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento de Extrema e atual Diretor de Investimentos na Invest Minas; ii) João Carlos Minello, empresário, representante da FIEMG na microrregião da qual faz parte o município de Extrema e presidente do sindicato patronal do setor siderúrgico (SINMEC); e iii) Isaac Levi Souza Simões, natural de Extrema e Diretor Financeiro da empresa Dello, instalada no município.

A partir do exposto nos capítulos anteriores, desenvolve-se a hipótese de que o crescimento econômico do município de Extrema, permeado por forças de aglomeração e desaglomeração oriundas da desconcentração industrial paulista e dos incentivos fiscais mineiros a nível regional, estaria diretamente associado aos efeitos de polarização decorrentes das obras de duplicação da BR-381, razão pela qual o recorte prioritário da análise será posterior aos anos 1990. Assim, o desenvolvimento observado na unidade de análise estaria majoritariamente

associado aos fatores locacionais da infraestrutura, transporte e dos incentivos fiscais.

Com o fito de colocar à prova a hipótese supracitada, são analisados a seguir diferentes fatores aos quais a bibliografia apresentada no capítulo teórico associa, direta ou indiretamente, o desenvolvimento econômico e social, incluídos aqueles relacionados à infraestrutura, transportes e tributação. Ao desenhar o perfil socioeconômico do município de Extrema, espera-se compreender as razões pelas quais este apresentou resultados prolíficos nas últimas décadas a nível econômico.

4.1 Formação social

O município de Extrema, localizado na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas, hoje pertence à microrregião de Pouso Alegre. Sendo a primeira referência ao núcleo populacional do município datada de 1764⁴⁹, as menções iniciais encontradas à existência de Extrema datam de 1788, “[...] quando foi registrado, junto à matriz de Nossa Senhora da Conceição de Camanducaia, o batismo de um menino cujos pais eram moradores no ‘Bairro da Extrema’” (EXTREMA, 2018, p. 27). Assim, conforme demonstrado no perfil historiográfico do capítulo anterior, dentre a Comarca do Rio das Mortes, Extrema - à época, distrito de Santa Rita de Extrema, registrado oficialmente como tal em 1871 - pertencia à vila que hoje corresponde ao município de Camanducaia, do qual obteve emancipação político-administrativa em 1901. Trata-se, portanto, de um município de mais de 120 anos.

Antes mesmo de constituir-se enquanto unidade administrativa formalmente reconhecida, a região imediata de Extrema era já no século XVIII uma região de trânsito significativo de pessoas e mercadorias (RIBEIRO, 2008). À época, tratava-se de um ponto de passagem de mercadores através da antiga Estrada de Goiás, razão pela qual foram fundadas diversas capelas - posteriormente, elevadas

⁴⁹ “Em 1764, o então governador da Capitania de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, após ter empreendido uma viagem por regiões fronteiriças da Capitania de Minas Gerais, determinou entre outros, a implantação de um registro fiscal às margens do Rio Jaguari. Essa última iniciativa teve por objetivos impor a jurisdição de Minas Gerais ao norte do Morro do Lopo (região ambicionada por autoridades das capitanias de Minas Gerais e de São Paulo neste período) e tentar evitar os descaminhos do ouro.” (EXTREMA, 2018, p. 26)

a freguesias em decorrência do aumento populacional - e uma repartição fiscal⁵⁰ (EXTREMA, 2018). Conforme observado na própria historiografia econômica do Sul de Minas, Extrema se incluía entre as cidades pelas quais a produção de gêneros alimentícios e de subsistência era reconhecida.

Adentrando na formação social e histórica do município, um dos pontos iniciais de destaque é a presença de movimentos separatistas entre os séculos XVIII e XIX. Uma primeira consideração a este respeito parte do fato de que, à época, o caráter religioso do Estado brasileiro em torno do catolicismo⁵¹ conferia aos bispados e paróquias símbolo de identidade territorial, sendo que a localidade correspondente hoje ao município se tratava de uma paróquia autorizada pelo Bispado de São Paulo, não de Minas Gerais (SILVA, 2015).

Em segundo plano, observa-se que o histórico separatista não fora exclusivo à região imediata de Extrema, e sim ao Sul de Minas como um todo. Conforme visto em capítulo anterior, embora a interligação econômica dos municípios sul-mineiros a São Paulo tenha sido intensificada entre os séculos XIX e XX, a formação cultural dos mesmos sempre esteve imbricada⁵², uma vez que se trata da última unidade territorial que separa as terras mineiras das terras paulistas.

Diversos projetos separatistas foram verificados na zona que corresponde ao sul do Estado de Minas Gerais ao longo do período imperial. Alguns dos que tiveram maior relevância para a população de Extrema foram os ocorridos na década de 1850. Neste período, moradores de freguesias e vilas da região oeste do Rio Sapucaí, inclusive do distrito de Santa Rita da Extrema, endereçaram à Assembléia Provincial de São Paulo representações pelas quais solicitavam a anexação desta área à Província de São Paulo, (iniciativa que contrariava outro projeto, então discutido na região, que ambicionava a constituição de uma circunscrição independente nesta região, que teria Campanha como capital). (EXTREMA, 2018, p. 26)

Outrossim, a região de Extrema passou a ser nas últimas décadas do século XIX destino de imigrantes europeus, principalmente italianos, portugueses e japoneses, em decorrência das transformações políticas e sociais do período: o

⁵⁰ “Ainda é preciso destacar que, em 1764, foi determinado pelo então Governador de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, que o Registro do Mandú devia passar às margens do Rio Jaguari, repartição fiscal cuja documentação demonstra que era grande a diversidade de sujeitos e mercadorias que transitavam pela região naquele período.” (EXTREMA, 2018, p. 29)

⁵¹ Tal fato também é relevante para se pontuar que a grande maioria dos documentos encontrados em revisão no Arquivo Público Mineiro relacionados diretamente à história dos municípios mineiros entre os séculos XVII e XVIII se trata de documentos e registros paroquiais.

⁵² “[...] podemos perceber que parte significativa da população que no século XVIII fixou-se na região onde Extrema está inserida era proveniente da Capitania de São Paulo (Atibaia, Jundiá, São Paulo, Mogi das Cruzes entre outros).” (EXTREMA, 2018, p. 28)

município que faz fronteira com São Paulo também se encontra na área de produção cafeeira impactada pelo fim da escravatura, vivenciando novo ciclo de mão de obra (EXTREMA, 2018). A Figura 9, apresentada no capítulo anterior, permite compreender tal movimento através do registro de que Extrema, à altura de 1874, já se figurava tradicionalmente como um município que exportava sua produção para outras regiões de Minas Gerais além do sul, explicando a demanda por emigração trabalhadora.

Somente anos depois da emancipação em relação a Camanducaia, Extrema passou a ser chamada como tal, elevada a cidade. Sendo inicialmente formada por um único distrito - o seu próprio -, chegou a ser sede do distrito de São José de Toledo, que, hoje, desmembrado de Extrema, é representado pelo município vizinho de Toledo.

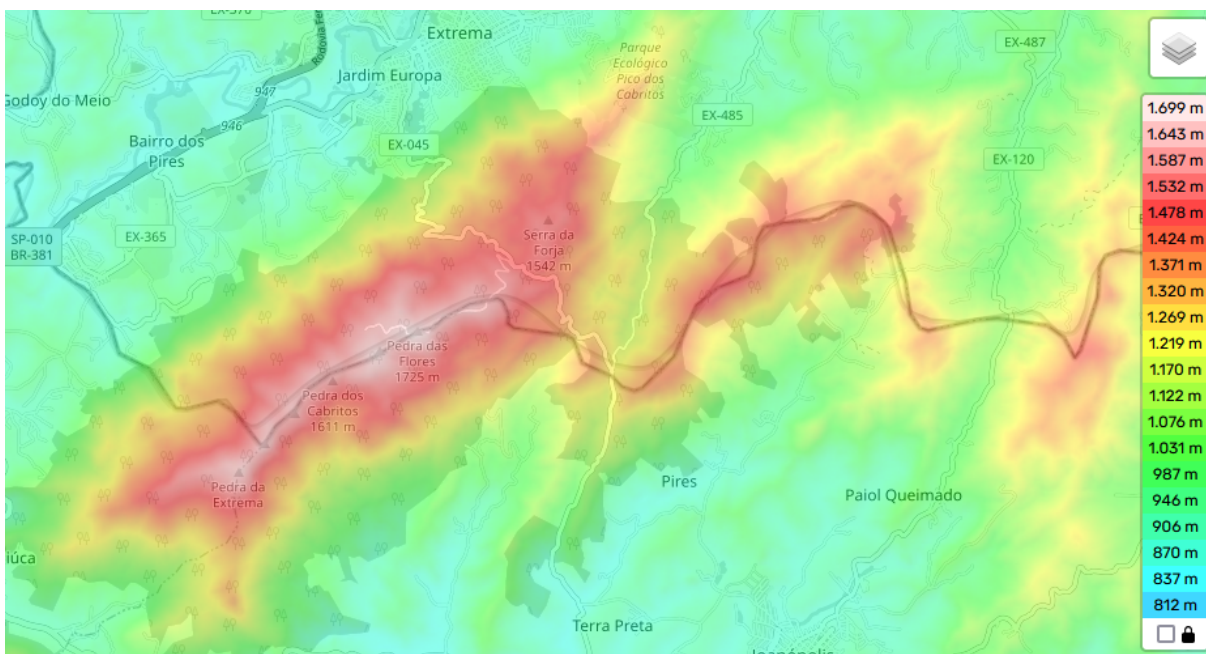
Ao longo do século XX, as transformações que marcaram o sul mineiro afetaram especialmente o município de Extrema no que tange à infraestrutura: a construção da BR-381 nas décadas de 1950-1960 e sua duplicação, iniciada na década de 1990, fizeram com que a cidade passasse a ter como principal característica e identidade o fato de ser transpassada pela rodovia. Conforme será tratado nas seções posteriores deste capítulo, reservadas respectivamente às análises da economia e infraestrutura do município, a Rodovia Fernão Dias levou a Extrema, em 1970, sua primeira indústria, sendo esta via até os dias atuais um dos principais fatores locacionais que condicionam a chegada de novos investimentos à cidade.

4.2 Geografia e demografia

A área territorial do município de Extrema representa hoje 244,575 km² de extensão, valor considerado abaixo da média dos demais municípios mineiros: para fins de comparação, a área média municipal em Minas Gerais equivale a 687,91 km² (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Topograficamente, o município está localizado na área coberta pela Bacia Hidrográfica do Rio Jaguari⁵³ e pelo bioma da Mata Atlântica, proporcionando clima ameno. Embora o município faça parte de uma área coberta por vegetação comparativamente abundante em relação ao restante da região do Sul de Minas, trata-se de relevo íngreme⁵⁴ e serrano, de difícil manejo agrícola, com altitude média de 1.084 metros e máxima de 1.699 metros (OLIVEIRA, 2012). Conforme mencionado pelo ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico do município e atual Diretor de Investimentos na Invest Minas, Adriano Carvalho, por volta dos anos 1990, quando este chegou à cidade, não havia uma agricultura de produção, apenas pequenas propriedades (CARVALHO, 2022). Além disso, a característica dos solos também não se mostra propícia a atividades minerárias na microrregião. O mapa topográfico de Extrema é apresentado na Figura 12, permitindo identificar tais considerações.

Figura 12 - Mapa topográfico de Extrema



Fonte: *Topographic World Maps* (2022).

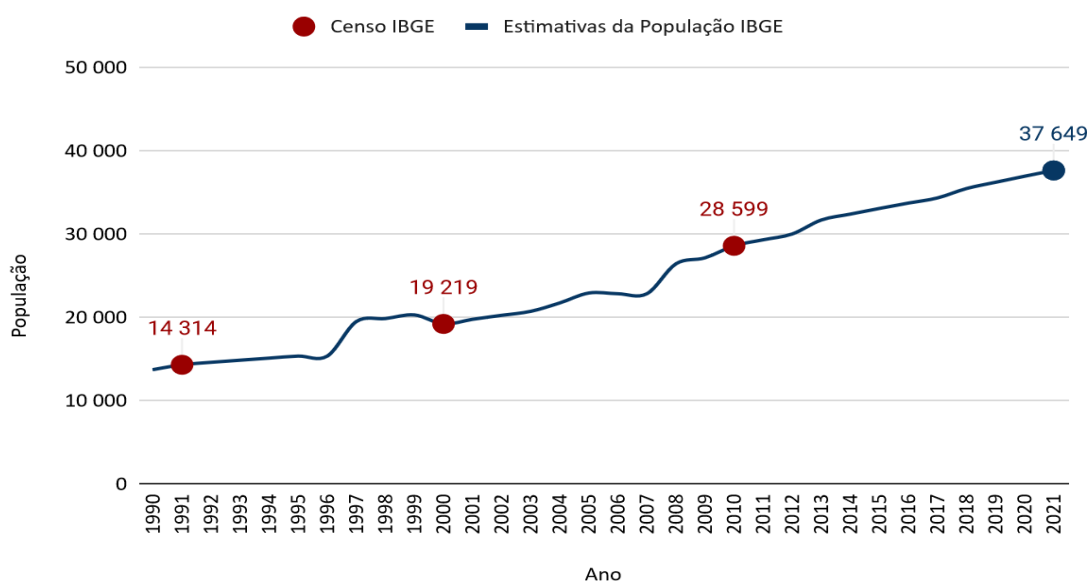
⁵³ “Uma bacia hidrográfica pode ser compreendida como a área da superfície terrestre drenada por um rio principal, limitado por um divisor de águas e de contribuição para determinados cursos d’água.” (OLIVEIRA, 2012, p. 144)

⁵⁴ “A topografia do município caracteriza-se por seu aspecto montanhoso e ondulado, sendo que apenas 5% do terreno é plano, enquanto 35% é constituído por ondulações e 60% é montanhoso. Uma das grandes características de Extrema tem sido a topografia da região, pois o setor turístico tem aproveitado desse relevo acidentado para atrair turistas interessados em modalidades esportivas em meio ao verde, montanhas e quedas d’água.” (FONSECA, 2009, p. 34)

No que tange à população do município, cuja evolução está representada no Gráfico 6, observa-se crescimento positivo ao longo das últimas três décadas, considerando as estimativas populacionais do IBGE. Houve, na série histórica, saltos significativos nos anos de 1996 e 2007, sendo a hipótese mais provável a de um reflexo migratório do início e fim das obras de duplicação da BR-381, respectivamente, em 1993 e 2005. Destaca-se também que a taxa de crescimento média do município se mantém, ao longo dos anos analisados, superior à da mesorregião do Sul de Minas e, ainda em anos recentes, à mineira. Em trinta anos, a população de Extrema mais que dobrou, sendo o contingente de 2021 2,6 vezes maior que o de 1991. Assim, considerando a estimativa populacional mais recente do IBGE, a atual densidade demográfica do município seria de 153,94 hab/km², considerada alta para os padrões de seu porte e região.

Ademais, em rico estudo acerca do crescimento do município sob a ótica da duplicação da BR-381, Fonseca (2009) destaca “[...] o interesse de pessoas que buscam um local aprazível para descansos em finais de semana, feriados e férias, e muitos acabam migrando para o município, passando a compor uma população fixa na região” (FONSECA, 2009, p. 33).

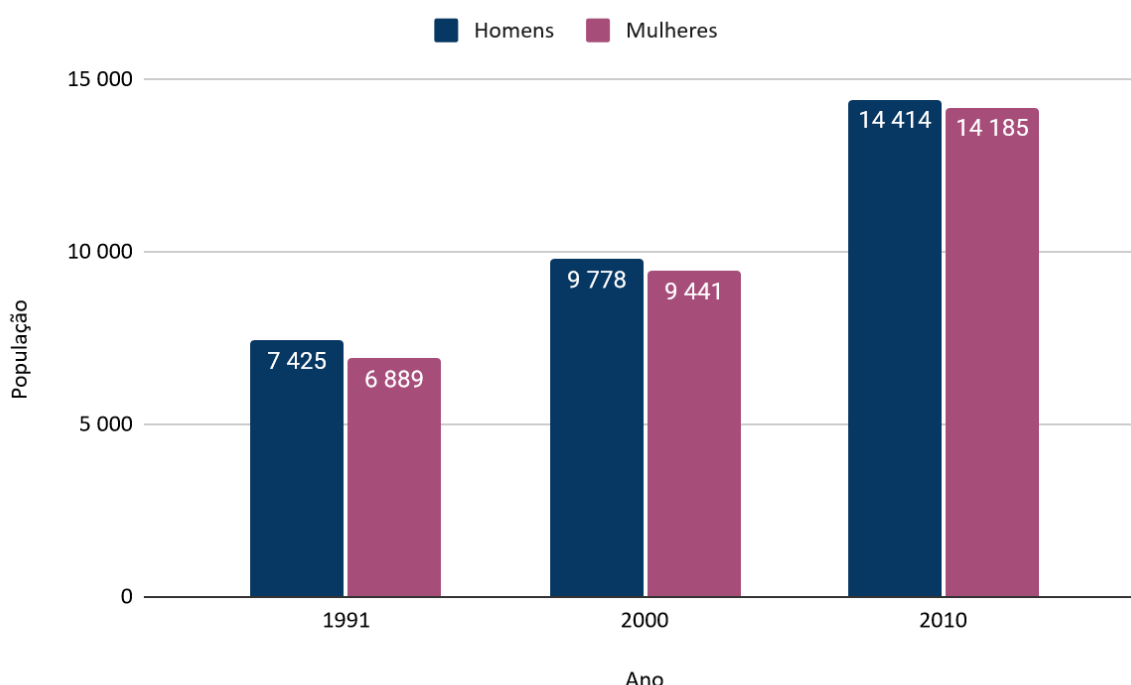
Gráfico 6 - População residente total de Extrema entre 1990 e 2021



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE) e nas Estimativas da População (IBGE).

Para analisar a composição da população de Extrema, serão utilizadas as informações disponíveis a partir do Censo Demográfico do IBGE para os anos de 1991, 2000 e 2010, uma vez que as estimativas populacionais se limitam a projeções gerais do contingente populacional. No que diz respeito ao recorte de gênero, percebe-se a partir do Gráfico 7 que o crescimento populacional da cidade acompanha paridade na presença de homens e mulheres, com sutil e constante proeminência masculina na população ao longo da série histórica. Tal perfil difere da tendência média brasileira, em que as mulheres são maioria.

Gráfico 7 - População residente de Extrema, por sexo, entre 1991 e 2010

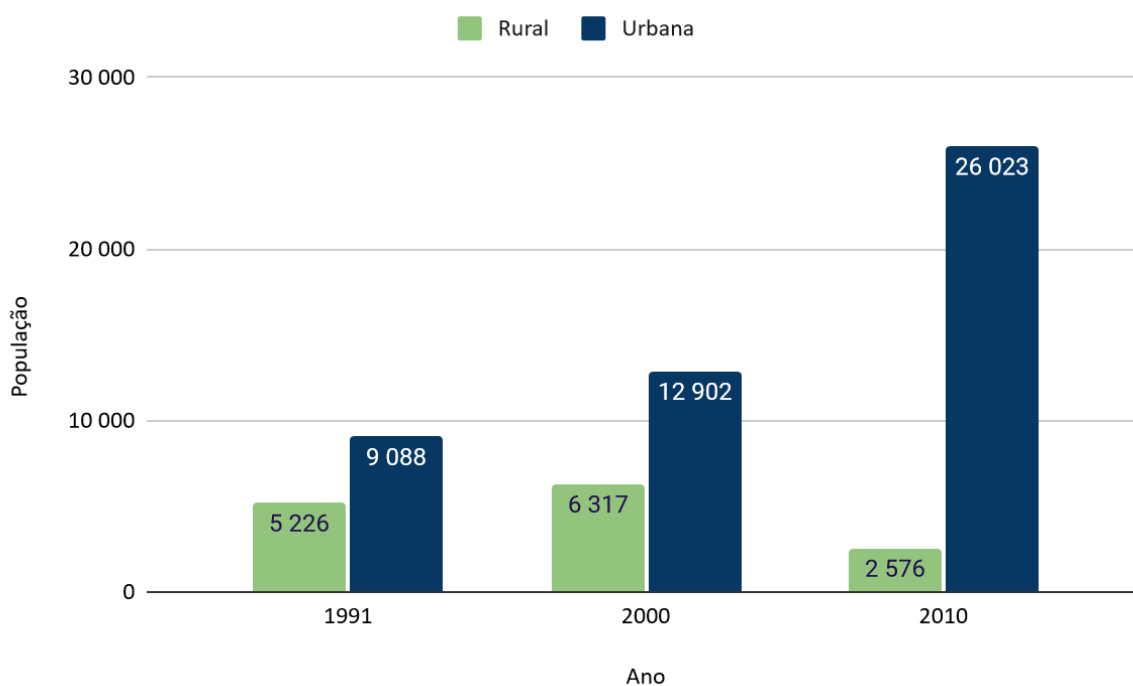


Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE).

Se o recorte por gênero oferece poucas observações à análise do perfil do município, o recorte por situação territorial confere material de maior interesse à pesquisa. Conforme a representação do Gráfico 8, nota-se que o crescimento da população de Extrema também observa uma transição da população rural para as áreas urbanas. Em 2010, 90,99% da população municipal residia em áreas urbanas. Tal movimento oferece indício de confirmação da hipótese acerca da influência das obras de duplicação da BR-381 no aumento populacional do município,

marcadamente urbano, posto que a mesma tendência se observa em demais localidades do Sul de Minas, conforme visto ao final do capítulo anterior.

Gráfico 8 - População residente de Extrema, por situação territorial, entre 1991 e 2010

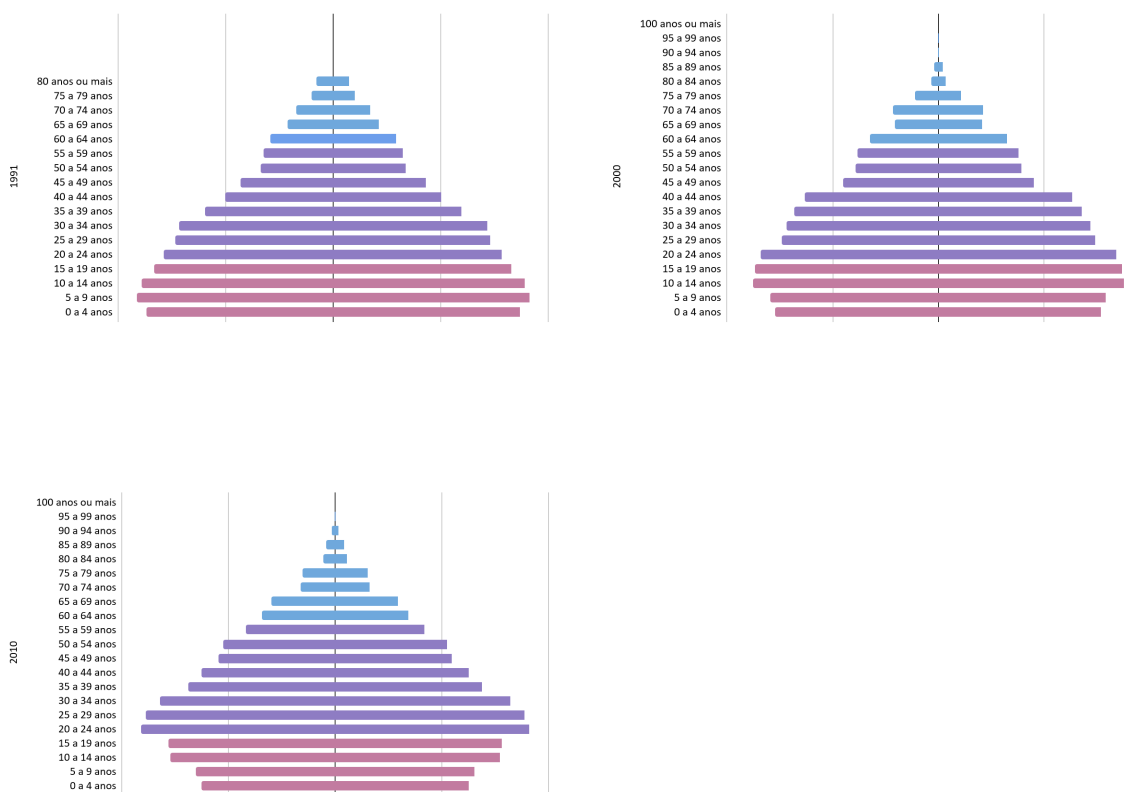


Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE).

Por fim, no que tange ao recorte etário da população de Extrema nas últimas décadas, o Gráfico 9 representa a pirâmide etária dos anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente. Nos gráficos percebe-se um progressivo encolhimento da base da pirâmide - população infantil - e aumento da população adulta, especialmente concentrada na População em Idade Ativa (PIA)⁵⁵. Essa tendência é comum às pirâmides etárias de regiões em desenvolvimento crescente, demonstrando uma janela de oportunidade demográfica para a conversão da população apta a trabalhar em ganhos produtivos. No caso de Extrema, a evolução da pirâmide etária ao longo dos anos mapeados pelo Censo Demográfico reforça a percepção de um município cujo crescimento populacional se relaciona direta e positivamente ao crescimento da força de trabalho.

⁵⁵ Compreende o conjunto etário de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica.

Gráfico 9 - Pirâmide etária da população residente de Extrema entre 1991 e 2010



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE).

Em síntese, a análise geográfica e demográfica traçada neste item permite chegar a duas observações principais: i) topograficamente, o município de Extrema se inclui dentre aqueles localizados nas regiões serranas do Sul de Minas, sem, todavia, possuir as condições favoráveis ao desenvolvimento extensivo da atividade agropecuária - isto gera um indício de que o sucesso econômico do município possivelmente está associado a fatores locais diversos àqueles ligados a características naturais do ambiente; ii) no que diz respeito à população, que cresceu expressivamente nas últimas décadas, infere-se correlação ao crescimento urbano, à disponibilidade de trabalho e aos avanços na infraestrutura regional - com destaque para a duplicação da Rodovia Fernão Dias -, que permitiram a Extrema auferir ganhos locais.

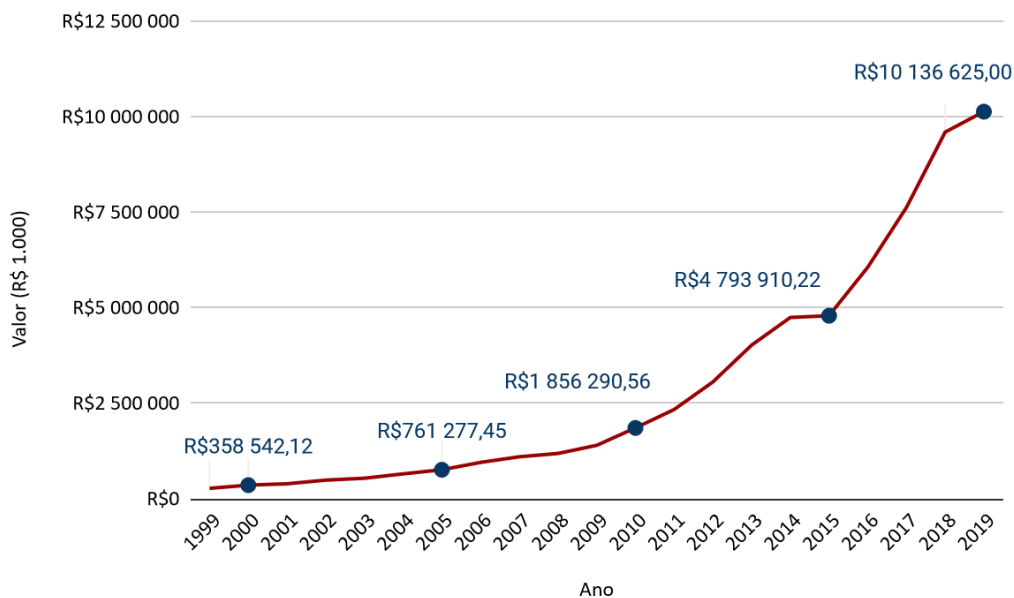
Assim, os indicadores, documentos e entrevistas analisados no presente item permitem dar um passo ao caminho de construção do desenvolvimento recente de Extrema. Visto que o perfil populacional guarda correlação provável com o crescimento econômico do município, no item seguinte, destinado à análise da economia local, busca-se compreender as características da produção e vocação econômica de Extrema.

4.3 Economia

O presente item se destina ao núcleo da análise a que se propõe este trabalho: o crescimento econômico de Extrema. Conforme observado em bibliografia do campo da economia regional estudada no primeiro capítulo, dentre as diversas formas de se mensurar o crescimento de uma dada localidade, o PIB, PIB *per capita* ou a *renda per capita* são comumente os indicadores mais utilizados para tal. No caso de Extrema, os números falam por si: trata-se do município com o maior PIB *per capita* do Sul de Minas, segundo maior do estado de Minas Gerais e ocupante da 11ª posição a nível nacional, a dados de 2019. Conforme observado na seção anterior, embora o crescimento demográfico nos anos recentes tenha sido significativo no município, não se trata de uma cidade de grande porte populacional. Assim, o elevado PIB *per capita* advém de um PIB, proporcionalmente, ainda maior.

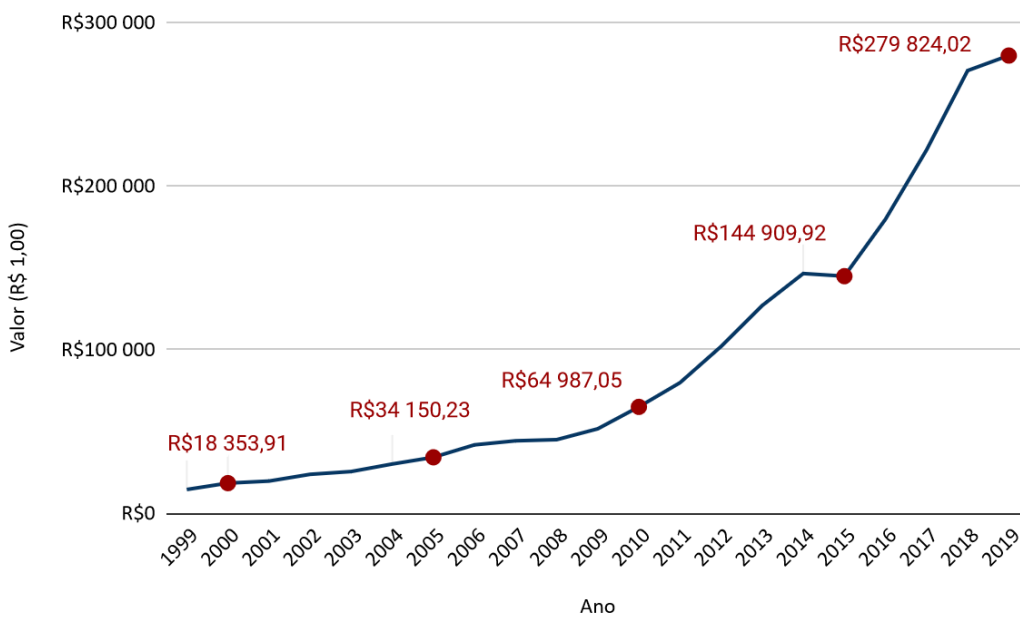
Desse modo, as análises dos gráficos 10 e 11 acerca, respectivamente, do PIB e do PIB *per capita* do município entre 1999 e 2019 permitem observar uma tendência de crescimento que se intensifica a partir de meados da década de 2000, mais especificamente do ano de 2005. Tal movimento também reforça a hipótese de correlação positiva entre a finalização das obras da BR-381 e o avanço econômico de Extrema.

Gráfico 10 - Evolução do PIB de Extrema entre 1999 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

Gráfico 11 - Evolução do PIB *per capita* de Extrema entre 1999 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1,00)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

Ainda no que tange às análises referentes ao PIB de Extrema, a fim de comparar o crescimento deste indicador ao crescimento da população em um mesmo período da série histórica, foram calculadas as taxas de crescimento absoluto e de crescimento médio anual entre os anos de 1999 e 2019.

A taxa de crescimento absoluto diz respeito aos dois períodos de referência extremos da seleção - em outras palavras, busca comparar os valores absolutos de 1999 e 2019, estritamente, calculando a diferença entre estes. Por sua vez, a taxa de crescimento médio anual representa uma progressão do crescimento acumulado entre os anos da seleção, calculando o quanto o respectivo indicador cresceu ao ano, em média, durante os anos do período. Em síntese, enquanto o crescimento absoluto permite uma visão focada no montante dos valores ao início e fim do período, a taxa de crescimento médio anual foca na evolução progressiva dos mesmos, mensurando consistência.

Assim, conforme a Tabela 6, percebe-se que tanto o crescimento absoluto quanto o crescimento médio anual demonstram que o PIB de Extrema, proporcionalmente, apresentou índices maiores que os do PIB *per capita* e da população residente total ao longo da série histórica. O PIB de Extrema em 2019 cresceu mais de 3.000% em comparação ao valor para o ano de 1999, enquanto que a população cresceu 78,47% no tocante aos mesmos anos. Em termos médios, nota-se que entre os anos de 1999 e 2019 o PIB do município cresceu cerca de 16,25% ao ano, enquanto o crescimento médio anual da população foi de 3,10% para a mesma série histórica. Assim, pode-se dizer que o crescimento do PIB entre 1999 e 2019 é maior, comparativamente, que o crescimento da população no mesmo período, tanto em termos absolutos quanto relativos, atingindo patamares notáveis nos últimos 20 anos.

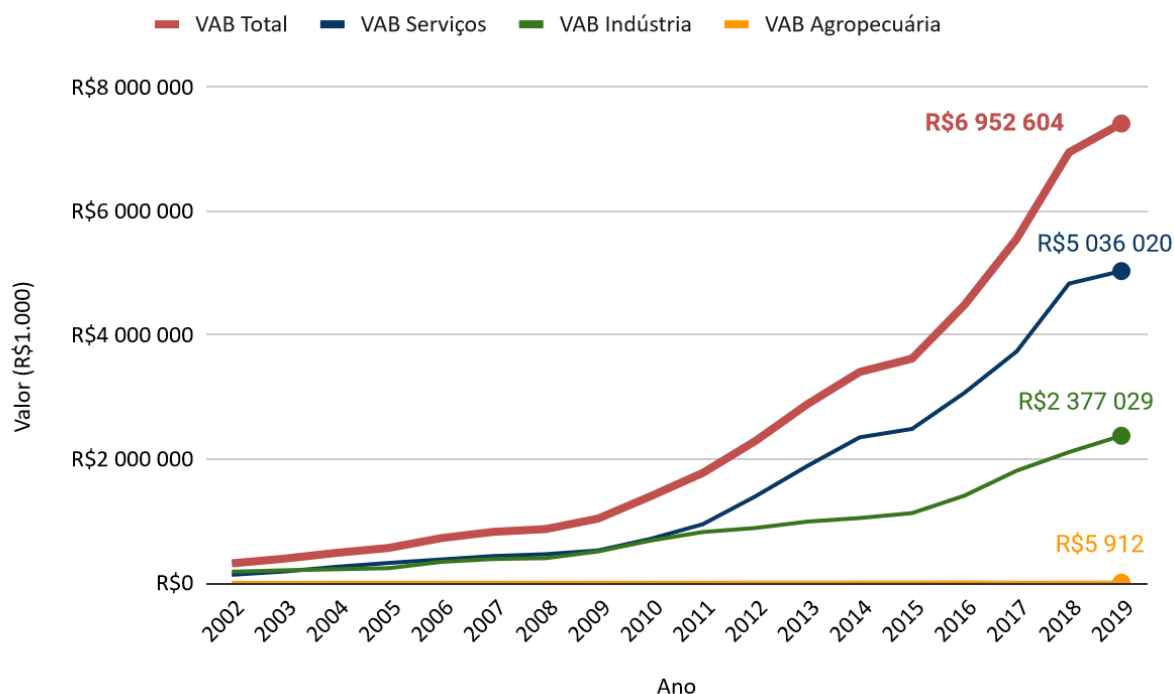
Tabela 6 - Taxas de crescimento do PIB e PIB *per capita*, a preços de 2019, e população residente total em Extrema entre 1999 e 2019 (%)

Indicador	Crescimento Absoluto 1999-2019	Crescimento Médio Anual 1999-2019
PIB	3593,57%	16,25%
PIB per capita	1836,93%	13,50%
População residente total	78,47%	3,10%

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

Avançando à análise setorial da economia extremense, os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) disponíveis para o município entre 2002 e 2019, conforme demonstrado no Gráfico 12, apontam para constante superioridade da participação dos Serviços e da Indústria ao longo da série histórica recente, sendo o VAB da Agropecuária consideravelmente menor que ambos. Em 2019, os serviços e a indústria respondiam, respectivamente, por 67,88% e 32,04% do VAB Total do município, cabendo à agropecuária a parcela de 0,08%. Outrossim, cabe pontuar que até o ano de 2011 o VAB da Indústria e dos Serviços se manteve similar em termos de participação.

Gráfico 12 - Evolução do VAB de Extrema entre 1999 e 2019, a preços de 2019 (R\$ 1.000)⁵⁶



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do IBGE e da FJP.

A composição setorial da economia de Extrema se relaciona diretamente a dois fatores principais, segundo a bibliografia consultada e as entrevistas realizadas: os incentivos fiscais e a localização do município. Em estudo acerca da industrialização mineira, Clélio Campolina Diniz (1981) destaca que posteriormente à década de 1970 os incentivos fiscais ensejados pelo governo estadual favoreceram o desenvolvimento da economia sul-mineira, sendo o município de Extrema um dos principais beneficiados. À época, o autor identifica seis projetos industriais cotados para o município, todos no ramo metalúrgico.

Talvez uma demonstração de que os incentivos fiscais cumpriram grande força locacional foi a transformação da cidade de Extrema, até então sem nenhuma representatividade econômica e sem nenhuma indústria, em uma cidade industrial, dada sua proximidade a São Paulo e a possibilidade de gozo dos incentivos fiscais mineiros. Foram implantados naquela cidade seis projetos industriais, gerando mais de 1.000 empregos. Como

⁵⁶ O VAB do setor de Serviços, originalmente decomposto em Comércio e Administração Pública, foi apresentado em valor unificado em decorrência da ampla e absoluta proeminência do Comércio em comparação à Administração Pública ao longo da série histórica no que tange ao município.

consequência, a região Sul de Minas é hoje uma área potencial para novas localizações. (DINIZ, 1981, p. 181)

Também no relato dos três entrevistados, os incentivos fiscais figuram entre as principais razões para o desenvolvimento do município. Adriano Carvalho destaca que, embora Extrema não seja exclusiva em seu regime fiscal em comparação a outros municípios mineiros, o município soube “vender” vantagens tributárias a empresas de forma estratégica, criando uma vantagem fiscal adicional; a combinação de incentivos estaduais e municipais fez com diversas empresas escolhessem a cidade (CARVALHO, 2022). De fato, João Carlos Minello, empresário, representante da FIEMG na região e presidente do sindicato patronal do setor siderúrgico (SINMEC), chegou a Extrema em 2012, quando decidiu transferir suas operações industriais de São Paulo para o município mineiro em decorrência dos incentivos fiscais oferecidos tanto pelo estado quanto pelo município (MINELLO, 2022). O mesmo é relatado por Isaac Levi Souza Simões, natural de Extrema e Diretor Financeiro da empresa Dello, que se instalou em Extrema em 2001:

Da parte administrativa, a principal razão para a Dello ficar em Extrema é a parte fiscal, que gera um retorno de aproximadamente 3,5% pra empresa, e também a localização, de fácil escoamento, já que o frete impacta bastante no escoamento de um produto de valor agregado não tão alto. Por volta de 2011 o próprio fisco de Minas Gerais procurou a empresa pra que ela contasse com regime especial e ter um preço mais competitivo. Com esse protocolo de intenção, a empresa conseguiu atingir a geração de emprego proposta. (SIMÕES, 2022)

Ademais a localização privilegiada de Extrema próxima a São Paulo, vantagem locacional valorizada após as obras de duplicação da BR-381, contribuiu para a diversificação do setor industrial⁵⁷ e o crescimento do setor de serviços. Atualmente, Extrema responde por 12,5% das vendas de comércio eletrônico (*e-commerce*) em todo o país: sendo o município limítrofe à Fernão Dias, diversas empresas de grande porte instalaram Centros de Distribuição nos distritos construídos na cidade à margem da rodovia, como Mercado Livre, Magazine Luiza, Panasonic, Netshoes, Sephora, Ambev e outras. O município também se tornou o 4º polo chocolateiro do país, contando com plantas industriais da Bauducco, Lindt e Copenhagen (EXTREMA, 2019).

⁵⁷ “Extrema possui um significativo parque industrial distribuído entre indústrias têxteis, metalúrgicas, de papel e celulose, auto peças, acessórios, alimentos, entre outros, tendo um campo de produção bastante diversificado. As indústrias estão localizadas em zonas industriais à margem da Rodovia Fernão Dias. O município comporta bairros industriais: Roseira, Pessegueiro, Rodeio e Pires.” (FONSECA, 2009, p. 36)

Assim, pode-se dizer que em um contexto de competição fiscal com os centros paulistas, vantajosos em mercado consumidor e tecnologia, municípios sul-mineiros como Extrema se privilegiaram do uso estratégico de suas vantagens locais:

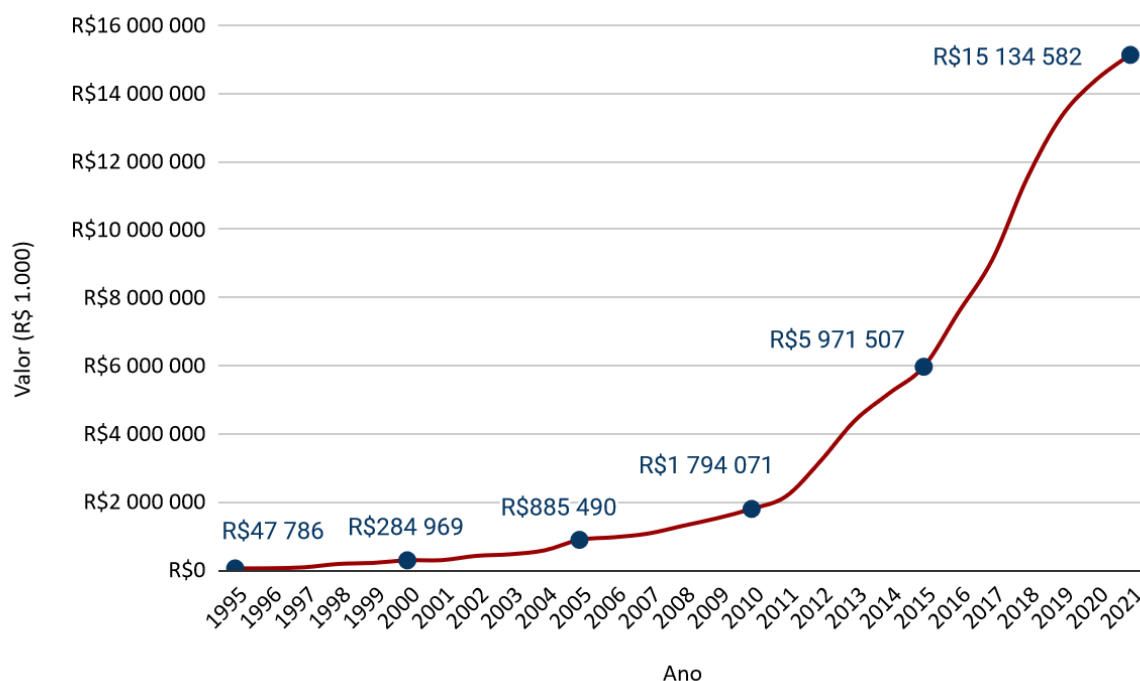
Pra quem conhece São Paulo, se você traça um raio da capital no mapa, a região que era menos desenvolvida é a de Extrema, nesse raio de 100-120km; é só olhar para os municípios paulistas: a região noroeste de São Paulo, por exemplo, não tem terreno industrial e é muito cara. Nordeste tem Vale do Paraíba, São José dos Campos etc., tudo muito saturado. Sorocaba, Itu etc., tudo caro. O único eixo próximo acessível é Minas Gerais, e a primeira cidade é Extrema. (MINELLO, 2022)

Ainda em termos fiscais, mesmo tendo o município em questão optado por um regime adicional de incentivos tributários que favorece a atração de investimentos em prol de parte da receita arrecadada, os dados do Valor Adicionado Fiscal (VAF) calculado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) sinalizam para um cenário econômico-fiscal prolífico. O VAF é um indicador relevante tanto para espelhar o movimento econômico municipal e, conseqüentemente, o potencial que o município tem para gerar receitas públicas, quanto para calcular o repasse de receita do ICMS e do IPI nas operações de exportação, aos municípios.

Conforme se pode observar no Gráfico 13, o aumento real e progressivo do VAF municipal acompanha a tendência geral de crescimento do PIB municipal de Extrema. Mesmo no período relatado pelos entrevistados como aquele referente à adoção de incentivos fiscais adicionais aos do estado por parte do município, a partir dos anos 2000, sinaliza-se que o potencial de geração de receita aumentou consideravelmente. Uma das conclusões possíveis através desta análise é a de que a escolha por uma política econômica pró-empresarial por parte do município, ao invés de comprometer a arrecadação, a impulsionou através da geração de empregos advinda da dinamização da economia extremense⁵⁸, ponto a ser analisado no item seguinte deste capítulo.

⁵⁸ Segundo dados da prefeitura, em 2019 o município contava com 8.054 CNPJ ativos, reunindo todas as atividades, sendo que o setor industrial somava 395 estabelecimentos.

Gráfico 13 - Evolução do VAF de Extrema entre 1995 e 2021, a preços de 2021 (R\$ 1.000)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pela SEF-MG.

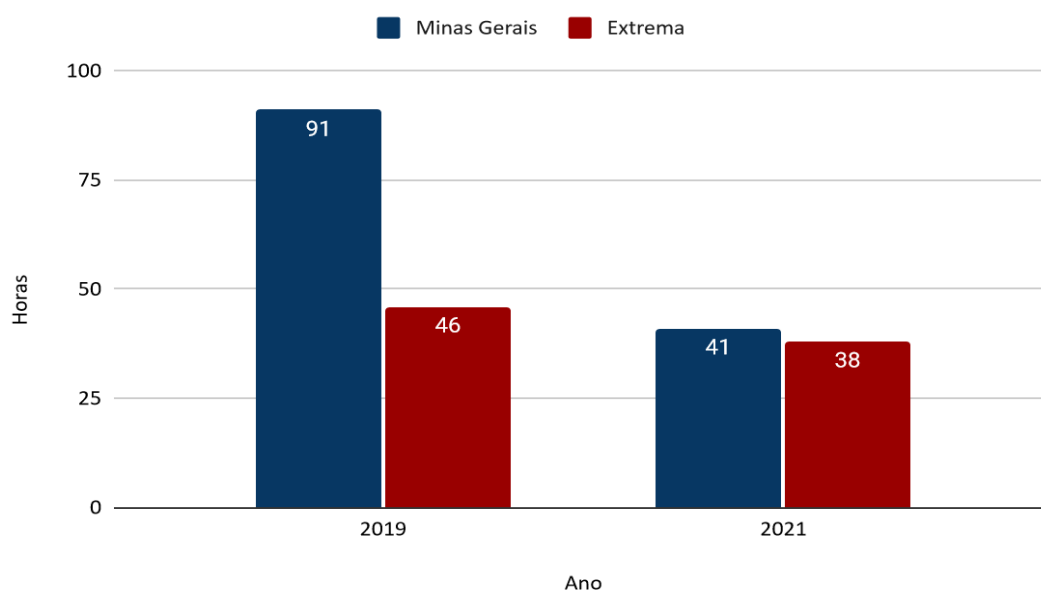
Para além dos incentivos fiscais e vantagens locacionais de cunho territorial que favoreceram o crescimento de Extrema nas últimas décadas, conforme visto anteriormente em capítulo teórico, são múltiplos os fatores que influenciam na escolha empresarial por um dado local para instalar suas atividades. No caso brasileiro, em que a celeridade da máquina pública influencia diretamente nos custos e no tempo necessário para se iniciar uma atividade econômica, regiões capazes de reduzir processos burocráticos no manejo entre setor privado e setor público auferem vantagem locacional. Um dos indicadores capazes de mensurar tal fator é o tempo médio de abertura de empresas a nível nacional, estadual e municipal.

Conforme mencionado pelo entrevistado Adriano Carvalho, a estratégia de reduzir o tempo de abertura de empresas em Extrema foi importante ao início do desenvolvimento das políticas de atração de empresas por parte do município, ainda nos anos iniciais da década de 2000:

O governo tende a ter um diálogo muito “de papel” com as empresas, e isso não gera previsibilidade: pode levar anos pra se ter um alvará, uma licença. Quando estávamos pensando nisso na prefeitura, vimos que Pouso [Alegre] levava 8 meses pra fazer o processo de atração. Então, Extrema reviu os processos pra abertura de empresas. Hoje, nenhum documento leva mais que 30 dias. (CARVALHO, 2022)

Por fim, os dados atuais do tempo de abertura de empresas disponibilizados pelo Governo Federal demonstram que nos últimos anos a maioria dos estados e municípios reduziram seus respectivos índices, principalmente em decorrência da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019). Todavia, mesmo em período anterior à vigência do normativo, que prevê a redução da burocracia excessiva em prol do mercado, o município de Extrema já figurava entre aqueles com os menores prazos para se regularizar e abrir uma empresa na região. Conforme mostra o Gráfico 14, embora no estado de Minas Gerais como um todo o tempo médio de abertura de empresas tenha se reduzido significativamente após 2019, Extrema já possuía índices comparativamente menores, configurando vantagem locacional. Atualmente, uma empresa leva aproximadamente 38 horas para estar apta a iniciar suas atividades em Extrema.

Gráfico 14 - Tempo médio de abertura de empresas em Extrema em comparação a Minas Gerais entre 2019 e 2021 (horas)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo Governo Federal através do Painel Mapa de Empresas.

De modo geral, a análise da economia extremense aqui desenvolvida, também priorizando recorte temporal a partir dos anos 1990, permite observar a proeminência do município tanto a nível regional quanto estadual, especialmente no que diz respeito ao PIB. As fontes utilizadas reforçam a hipótese da influência da Rodovia Fernão Dias no sucesso econômico do município, especialmente no que tange à relatada tendência de instalação de empresas a partir da desagregação paulista posterior aos anos 2000.

Todavia, novos fatores locacionais relevantes também passam a figurar na trajetória do crescimento de Extrema, como a importância dos incentivos fiscais e a ação da gestão municipal no tocante às políticas pró-empresa, a serem analisadas no item deste capítulo dedicado ao planejamento governamental. Destaca-se também a composição setorial da economia de Extrema, atualmente marcada pelo mercado de *e-commerce* associado à logística de distribuição via BR-381.

Na seção seguinte, destinada ao estudo do mercado de trabalho em Extrema, buscar-se-á compreender qual o reflexo do crescimento econômico, identificando possíveis correlações às hipóteses de crescimento do município.

4.4 Mercado de trabalho

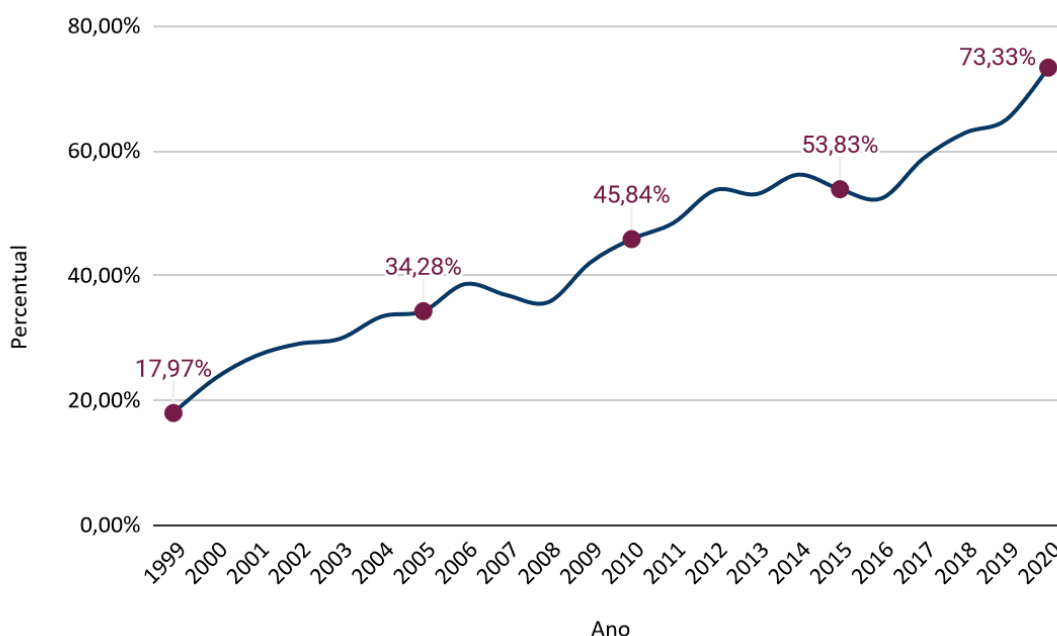
Conforme observado na seção anterior, o cenário econômico de Extrema se configura atualmente com destaque para os setores de serviços e indústria, em especial através dos centros de distribuição logística, que contam com grande volume de funcionários. Dado o volume e magnitude das empresas atuantes no município em comparação à população apta ao trabalho, Extrema vive um cenário atípico: faltam pessoas para trabalhar.

O entrevistado Adriano Carvalho ressalta que, de fato, houve uma grande migração advinda de cidades limítrofes paulistas e mineiras para Extrema em decorrência da oferta de postos de trabalho, sendo este movimento um dos responsáveis pelo aumento populacional observado na seção dedicada à análise demográfica (CARVALHO, 2022). De fato, os demais entrevistados, responsáveis por empresas que empregam entre 250 e 500 trabalhadores, relatam que embora a

maioria dos funcionários reside em Extrema, há um movimento pendular junto aos municípios de Bragança Paulista e demais localidades de menor porte (MINELLO, 2022; SIMÕES, 2022).

Os dados referentes à ocupação da força de trabalho, de fato, demonstram as altas taxas de empregabilidade no município. O Gráfico 15, relativo à população ocupada⁵⁹ em Extrema entre 1999 e 2020, demonstra que o município chega ao último ano da série com mais de 70% de sua população ocupando postos de trabalho: para fins de comparação, segundo dados do IBGE, a população ocupada brasileira girava em torno de 50% no ano de 2020. Extrema possui, portanto, o maior índice de população ocupada do Sul de Minas, o segundo maior do estado e o décimo maior do país. Embora o gráfico em questão demonstre sutis pontos de queda relativa no percentual de ocupação nos anos de 2008 e 2016, a tendência geral é de crescimento, acompanhando os indicadores econômicos analisados na seção anterior.

Gráfico 15 - Evolução da população ocupada em Extrema entre 1999 e 2020 (%)

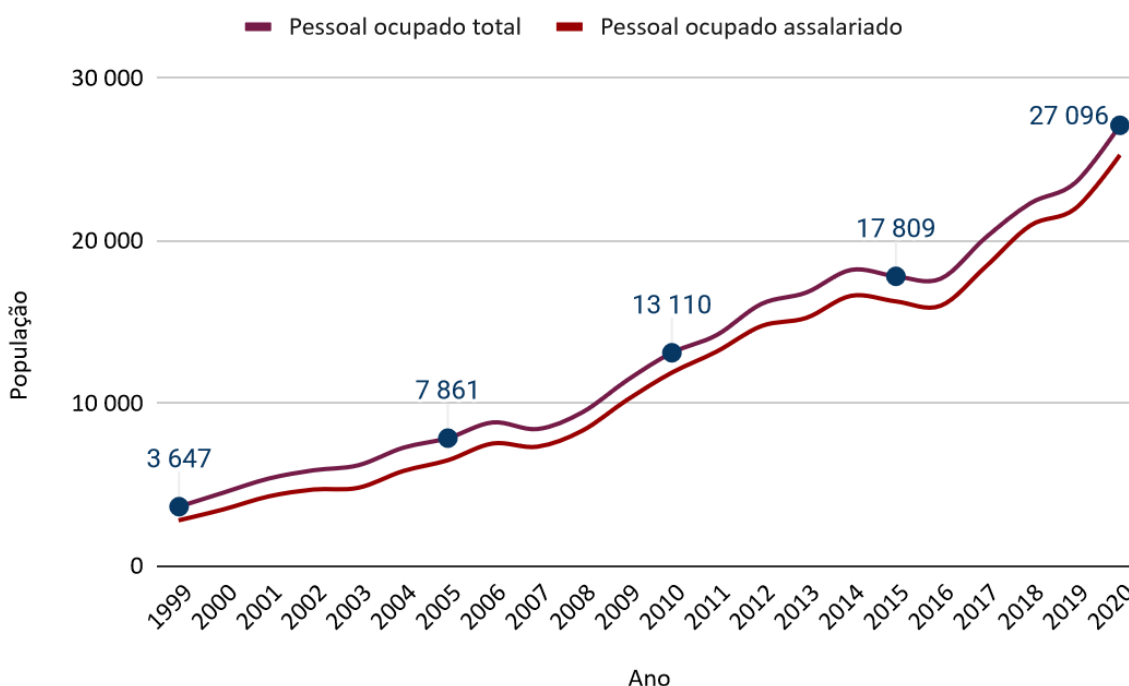


Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE).

⁵⁹ Percentual da população residente total ocupando postos de trabalho (empregados, empregadores, funcionários públicos).

De modo análogo, o Gráfico 16 permite observar que, em termos totais e absolutos, o contingente de trabalhadores no município também acompanhou a tendência de crescimento da população. Em 2020, a cidade contava com mais de 27.000 trabalhadores, sendo o segundo maior contingente de mão de obra do Sul de Minas.

Gráfico 16 - Evolução do pessoal ocupado total em Extrema entre 1999 e 2020



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE).

Outrossim, no que tange à geração de emprego líquida, os dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) colocam o município de Extrema na primeira posição regional quanto ao saldo da geração de emprego - admissões totais, subtraídos os desligamentos totais -, ficando à frente de Varginha: nos últimos 12 meses, de agosto de 2021 a julho de 2022, a cidade acumulou 4.146 empregos.

Por outro lado, embora os indicadores gerais relativos ao mercado de trabalho apontem para cenário positivo de emprego, em uma das entrevistas foi pontuado o fato de que a grande maioria dos empregos gerados se concentra nos

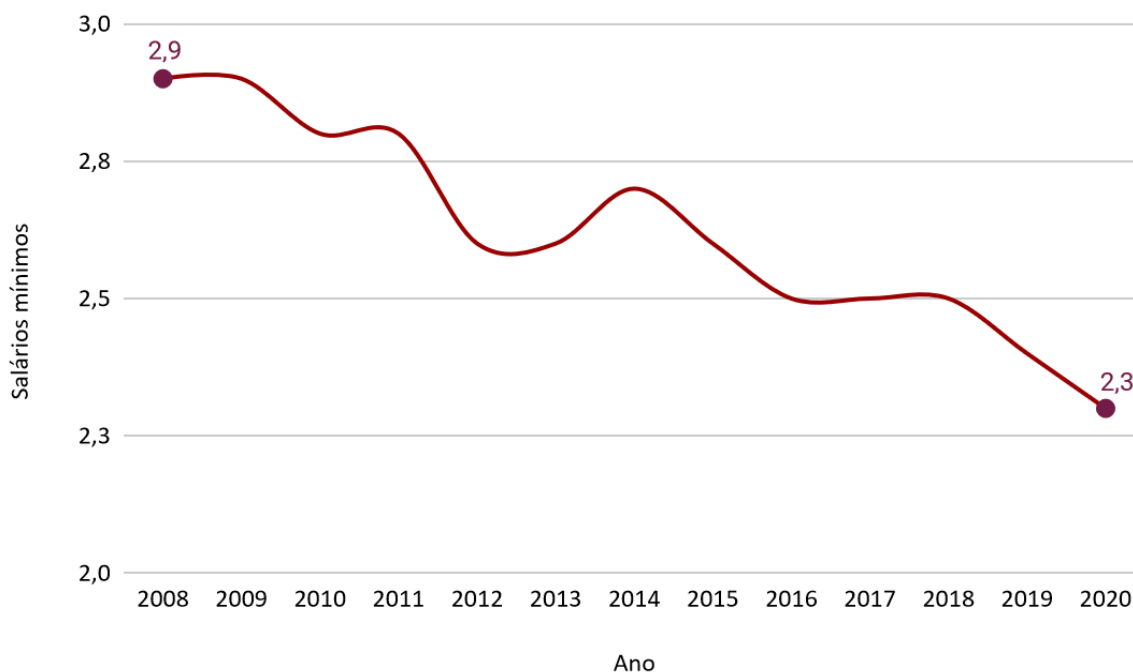
centros de distribuição, que tendem a oferecer melhores salários em comparação às atividades de manufatura, porém com planos de carreira menos valorizados:

Extrema hoje tem processos de manufatura problemáticos. Teve uma grande expansão dos centros de distribuição. Esses CD [centros de distribuição] tem pouca possibilidade de crescimento profissional da mão de obra, entregando em atividades muito básicas da logística, diferentemente da manufatura, que precisa de mão de obra técnica, bem mais especializada, que dá ao funcionário um plano de carreira bem diferente. O CD retira a mão de obra da manufatura (Mercado Livre, essas empresas grandes que oferecem benefícios). É comum encontrar em Extrema uma oferta de vagas no setor de manufatura que não são preenchidas, seja por baixa qualificação ou falta de oferta, e os CD lotados. (MINELLO, 2022)

Nessa alçada, no que tange ao salário da região, o município de Extrema oferece atualmente, segundo dados do IBGE, o terceiro maior salário médio mensal da região geograficamente imediata: 2,3 salários mínimos. Considerando o Gráfico 17, que demonstra tal evolução em anos recentes, percebe-se uma tendência contrária aos dados econômicos até aqui vistos: enquanto os indicadores relativos à economia, demografia e emprego tendem a acompanhar diretamente o crescimento positivo do PIB, observa-se uma queda progressiva do salário médio ofertado em Extrema, medido em termos de salários mínimos.

Mesmo em tendência de queda, este continua a ser um dos mais competitivos dentre os demais municípios da região, especialmente considerando a demanda por mão de obra no setor de serviços. Ademais, tal movimento não necessariamente implica em queda real do salário mínimo ofertado, uma vez que o valor deste ao longo da série histórica apresentou períodos tanto de queda real quanto de aumento. Assim, para inferir relação mais precisa entre o crescimento econômico de Extrema e a evolução dos rendimentos do trabalho, abre-se a possibilidade para investigação da massa salarial em pesquisas mais aprofundadas.

Gráfico 17 - Evolução do salário médio mensal em Extrema entre 2008 e 2020, em salários mínimos



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE).

A análise do mercado de trabalho em Extrema permite concluir que o crescimento recente do município nas últimas décadas guarda relação, também, com o tipo de empreendimento local majoritário - centros de distribuição e indústrias -, que demandam grandes contingentes de trabalhadores, não necessariamente de alta qualificação. Para um município do porte de Extrema, a taxa de ocupação populacional se mostra notável, tanto a nível nacional quanto estadual, cabendo ao município lidar com o excedente da oferta de emprego ao invés da desocupação. Todavia, a qualificação profissional figura como uma questão a ser solucionada.

A próxima seção visa contemplar o papel governamental, especialmente em termos de planejamento, no desenvolvimento do município. Como irá se pontuar, a visão estratégica da gestão municipal, com foco em resultados, combinada às vantagens locacionais presentes no território de Extrema, figura entre as razões para o crescimento econômico.

4.5 Planejamento governamental

Ao se pensar em como abordar o planejamento governamental enquanto fator diferencial para o sucesso de uma localidade, diversas teorias e conceitos são possíveis. No presente estudo de caso, interessa compreender de que forma se deram as políticas públicas e instrumentos normativos que influenciaram nos resultados do município de Extrema.

Assim, a fim teórico exemplificativo, cabe elucidar a visão de planejamento proposta pelo economista chileno Carlos Matus (1996), conhecida como Planejamento Estratégico Situacional (PES)⁶⁰. Tomando como base o autor, pode-se dividir o planejamento em três dimensões de análise, sendo elas: i) projeto de governo, em que os problemas públicos são identificados de modo a definir planos para enfrentá-los; ii) capacidade de governo, relacionada à capacidade pessoal e institucional dos atores governamentais em executarem os planos e políticas públicas, incluindo conhecimentos e experiências necessários; e iii) governabilidade, entendida como o grau de controle que um governo possui sobre as circunstâncias externas à ele para bem executar seus planos. Considerando as dimensões supracitadas, esta seção busca analisar o planejamento governamental ensejado pelo governo local - Prefeitura de Extrema - e estadual.

No que tange diretamente a Extrema, o entrevistado Adriano Carvalho relata que, à época de sua chegada à cidade no início dos anos 1990 junto a outros empreendedores otimistas em relação às obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, o município não possuía economia pungente ou estrutura governamental sólida. Todavia, estes mesmos empreendedores paulistas se mobilizaram em rede para demandar melhorias na gestão municipal, de modo a garantir a sustentabilidade de seus investimentos na região (CARVALHO, 2022). Nas eleições seguintes, esta rede empresarial elegeu um representante como prefeito, levando

⁶⁰ A metodologia de aplicação estratégica do PES visa localizar problemas e agir baseando-se na perspectiva dos atores conforme o espaço de atuação e suas imprevisibilidades. Matus alicerça a sua teoria baseada no escalonamento de problemas como um guia para orientar o planejamento da instituição. Na lógica posta, problemas podem ser mais ou menos complexos e estruturados, exigindo diferentes tipos de análises e metas para serem sanados ou mitigados. O PES pressupõe sua estruturação e aplicação conforme momentos de análise, sendo estes, em ordem: explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional (HUERTAS, 1995).

Adriano ao cargo de Secretário de Desenvolvimento, no qual permaneceria até anos recentes:

Nos dois primeiros anos de mandato, os administradores ainda não entendiam de administração pública; somente dois anos depois que houve esse marco de desenvolvimento da cidade, pois todos os secretários que tinham experiência privada, todo mundo, saiu estudando muito com as prefeituras da região de São Paulo - Jundiaí, Pinheiros, Holambra, que já tinham excelentes planos diretores. (CARVALHO, 2022)

Assim, no processo de *benchmarking*⁶¹ junto a outras prefeituras, percebeu-se a necessidade de se elaborar um “[...] zoneamento municipal delimitando áreas específicas para o uso e ocupação do solo [...]” (FONSECA, 2009, p. 60). No ano de 2001 foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Extrema que, em consonância com a Agenda 21 lançada à época pelo Governo Federal, previa uma Agenda 21 local.

O fato de Extrema possuir Plano Diretor e Agenda 21 Local, deve ser considerado de grande significado à medida que tais documentos servem como ferramentas norteadoras para ações locais, visando um desenvolvimento do município e não apenas como um crescimento quantitativo. O planejamento de uma cidade deve ser feito levando os setores da sociedade à mesa de discussões, debates e reflexões, atrelando o Poder Público, o empresariado local, técnicos e a sociedade. (FONSECA, 2009, p. 61)

Em análise do Plano Diretor do município referente a 2001, Fonseca (2009) destaca a preocupação da gestão municipal em delimitar a expansão das áreas urbanas de Extrema de forma sustentável, visando um bom uso e ocupação do solo. Já à época, premissas inseridas no Plano Diretor, de caráter participativo, foram cruciais para guiar o desenvolvimento industrial do município e otimizar custos por parte da prefeitura, como também ressalta o entrevistado Adriano Carvalho:

Um dos principais aprendizados no início dos anos 2000 foi aprender a olhar o Plano Diretor com muito mais cuidado. Hoje em dia, muitos municípios só atualizam o seu com provocação do Ministério Público, mas em Extrema isso é algo olhado pelos empreendedores geograficamente. O primeiro distrito de Extrema, que é onde está a Bauducco, fica a 3km da Fernão Dias. Passou a haver um fluxo muito grande de caminhões pesados por lá, e o município gasta muito pra fazer a manutenção dessa via. Hoje, são 6 distritos industriais ao todo, sendo o mais novo construído a 600m da Fernão Dias, o que diminui o custo de manutenção das vias que dão acesso à rodovia. Isso foi um aprendizado do Plano Diretor. (CARVALHO, 2022)

⁶¹ Termo advindo da administração privada, que significa o estudo de instituições similares acerca de práticas e experiências que possam ser replicadas.

Para além do Plano Diretor, cuja atualização mais recente data de 2016, e da Agenda 21 de Extrema, com metas definidas até o ano de 2020, a estratégia utilizada pela gestão municipal inclui uma visão interligada de desenvolvimento econômico e social, urbanização e meio ambiente. Assim, o planejamento estratégico foi desenvolvido com foco em crescimento e resultados, objetivando a construção de uma economia diversificada.

No âmbito de desenvolvimento econômico, definimos desde o início dos anos 2000 que a especialização da economia não seria um objetivo final, como em Santa Rita do Sapucaí. Queríamos uma economia diversificada, para dar mais resiliência ao município. Nenhuma empresa, setor, na cidade poderia representar mais de 20% dos empregos, e isso foi previsto no Plano Diretor: quando chega nesse teto, começa uma prospecção ativa de outros negócios. (CARVALHO, 2022)

Outrossim, a política de atração de empresas desenvolvida pelo município, para além dos incentivos fiscais adicionais tratados em item anterior, englobou a necessidade de se levar para Extrema empreendimentos de três principais tipos, que contribuíssem para: i) a geração de emprego (ex.: Bauducco); ii) a arrecadação do município, através de empresas de alto valor agregado (ex.: Ambev); e iii) o fortalecimento da imagem municipal, através de marcas de renome que sinalizassem para a vantagem comparativa de Extrema no setor correspondente (ex.: Mercado Livre) (CARVALHO, 2022).

A estratégia de captação de indústrias em empresas do setor de serviços ao início dos anos 2000, logo após a definição das metas da Agenda 21 de Extrema, envolveu sistemática prospecção ativa: o ex-Secretário do município relata constantes viagens a São Paulo, polo empresarial mais próximo, de modo a convencer investidores a se instalarem no município, oferecendo atendimento preferencial por parte da prefeitura e agilidade nos trâmites burocráticos (CARVALHO, 2022). Se atualmente o município conta com um parque empresarial diverso, o mesmo se configura enquanto o fruto de uma política de atração inicial estratégica:

No início, a prefeitura prospectava de 400 a 500 empresas por ano para atrair 50 a 100 empresas, que só se instalariam tempo depois. Requer longo prazo, e não dava pra focar nos grandes empreendimentos com uma cidade que ainda não tinha infraestrutura adequada. Por exemplo, o *e-commerce*, que hoje é destaque na cidade, só veio mais recentemente: é um setor que contrata muita mulher, geralmente mães, e isso requer que haja creche na cidade, então não pôde ser a primeira abordagem. A estratégia de abordar

as pequenas e médias empresas durante o início do processo, longo, de instalação das grandes, funcionou bem. (CARVALHO, 2022)

Em termos de gestão, a continuidade administrativa das políticas de desenvolvimento iniciadas a partir dos anos 2000 foi de suma importância para o alcance progressivo de resultados na seara econômica. Isto se deu, também, em âmbito político, com trocas de gestão na prefeitura que mantiveram preceitos de compromisso com os investimentos na infraestrutura da cidade - escolas, hospitais, dentre outros -, nas políticas públicas ambientais e educacionais, a serem vistas na seção seguinte, e com o redesenho constante de processos, de modo a reduzir custos da máquina pública.

O planejamento e o interesse público como princípios foram também reforçados normativamente, na Lei Orgânica de Extrema, em que se criou a previsão de que o secretariado municipal deveria possuir experiência e titulação em sua respectiva área de atuação, não podendo adquirir filiação partidária. Como resultado, diferentemente da maioria dos municípios mineiros, em que o ciclo de carreira do secretariado acompanha o tempo de mandato do Chefe de Executivo, a maioria dos secretários e secretárias municipais de Extrema possui entre 15 e 30 anos de carreira na gestão municipal (CARVALHO, 2022).

Embora os incentivos fiscais por parte do estado, como visto na seção destinada à análise econômica, estejam presentes no Sul de Minas desde a década de 1970, a atuação do Governo de Minas Gerais de modo mais presente na construção do desenvolvimento em Extrema se deu a partir da chegada de um grande contingente de empresas nos anos 2000. A Invest Minas, órgão vinculado à SEDE-MG responsável pelas políticas estatais de promoção de investimentos, esteve presente na interlocução para a instalação de empresas de grande porte em Extrema, como no caso da Johnson & Johnson do Brasil, Panasonic, Multilaser e Copenhagen (SARDENBERG;MOURA, 2016). Conforme também relatado pelo entrevistado Isaac Levi, a SEF-MG também buscou ativamente empresas estratégicas localizadas em Extrema para tratar de regimes tributários diferenciais.

Em resumo, a breve análise do planejamento governamental em Extrema aqui desenvolvida permite chegar às seguintes conclusões, de acordo com as dimensões teóricas apresentadas no início da seção: i) o projeto de governo

implementado pela prefeitura manteve como foco norteador o desenvolvimento a médio-longo prazo, atuando ativamente na prospecção de empresas e na adoção de investimentos em infraestrutura; ii) a capacidade de governo do município apresentou evolução a partir dos anos 2000, em um processo fortemente marcado pelo aprendizado junto a outros municípios bem-sucedidos na área da gestão pública e pela valorização da competência e experiência na composição do serviço público⁶²; e iii) em termos de governabilidade, a prefeitura de Extrema direcionou o cenário de ampliação urbana da cidade a partir dos anos 1990 de modo a favorecer práticas que atraíssem investimentos privados, baseando as estratégias da administração em vantagens locais.

O material coletado pela bibliografia e pelas entrevistas é de suma importância não somente para compreender de que modo o planejamento governamental se relaciona às hipóteses aqui consideradas para o crescimento de Extrema, mas, principalmente, para adicionar um ponto relevante ao presente trabalho: o papel dos governos locais na identificação e aproveitamento de janelas locais e conjunturas econômicas, especialmente em sua capacidade de planejamento e de execução de políticas de desenvolvimento.

No próximo item serão analisadas as dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), calculado pela Fundação João Pinheiro, enquanto uma síntese dos indicadores sociais referentes ao município de Extrema, de modo a relacionar o crescimento econômico aqui estudado à geração de bem-estar.

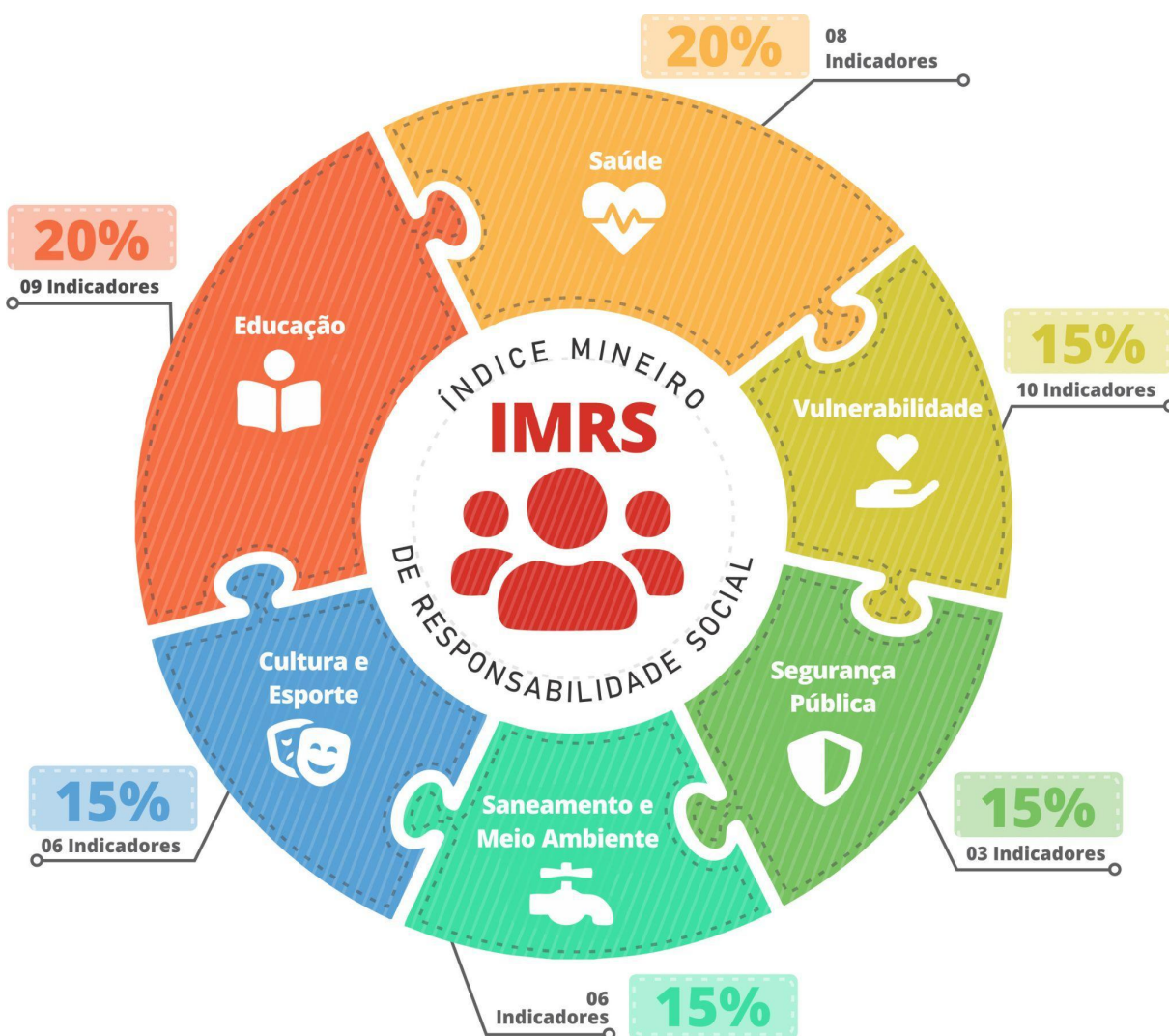
4.6 Responsabilidade social

A responsabilidade social, de forma ampla, diz respeito ao imperativo de cumprir deveres e direitos de cidadania de forma a contribuir para com a sociedade, seja por parte de entes públicos ou privados. Neste arcabouço se incluem a educação, saúde, segurança pública, cultura e demais dimensões relacionadas ao bem-estar.

⁶² “Em 2015, a cidade obteve o primeiro lugar no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM, um índice socioeconômico que avalia o desempenho dos municípios tanto no aspecto de emprego e renda quanto nos aspectos de saúde e educação. Foi a primeira vez que um município fora do estado de São Paulo atingiu o topo do ranking IFDM.” (SARDENBERG; MOURA, 2016, p. 1)

Nessa alçada, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro é calculado a cada dois anos para todos os municípios do estado de Minas Gerais, de modo a mensurar a qualidade da gestão pública no que tange ao compromisso para com a sociedade. A base de dados do IMRS conta com mais de 700 indicadores para a construção dos perfis municipais, sendo que para a sistematização mais recente, datada de 2018, foram aglutinados 42 indicadores para compor os seis subíndices e dimensões do IMRS, conforme ilustra a Figura 13. Assim, conforme os pesos atribuídos a cada dimensão, calcula-se o valor final do IMRS, entre 0 e 1, através de média ponderada.

Figura 13 - Dimensões e pesos do IMRS em 2018



Fonte: FJP (2018).

Por ser o indicador que melhor representa áreas relevantes do desenvolvimento municipal em termos de responsabilidade social, utilizando dados cujas propriedades apresentam confiabilidade, comparabilidade, abrangência e periodicidade adequadas, o IMRS será utilizado nesta seção como principal ferramenta de análise do bem-estar social em Extrema, associado à bibliografia consultada e às entrevistas realizadas.

Ao longo da série histórica do IMRS, com índices calculados entre 2000 e 2018, a escolha dos indicadores e dimensões que compoariam o índice apresentou variação, como demonstrado pela Tabela 7. Por exemplo, entre 2008 e 2014 as dimensões relacionadas à cultura, esporte, turismo e lazer foram desagregadas, enquanto que as dimensões relativas às finanças, renda e emprego deixaram de compor o índice a partir de 2016.

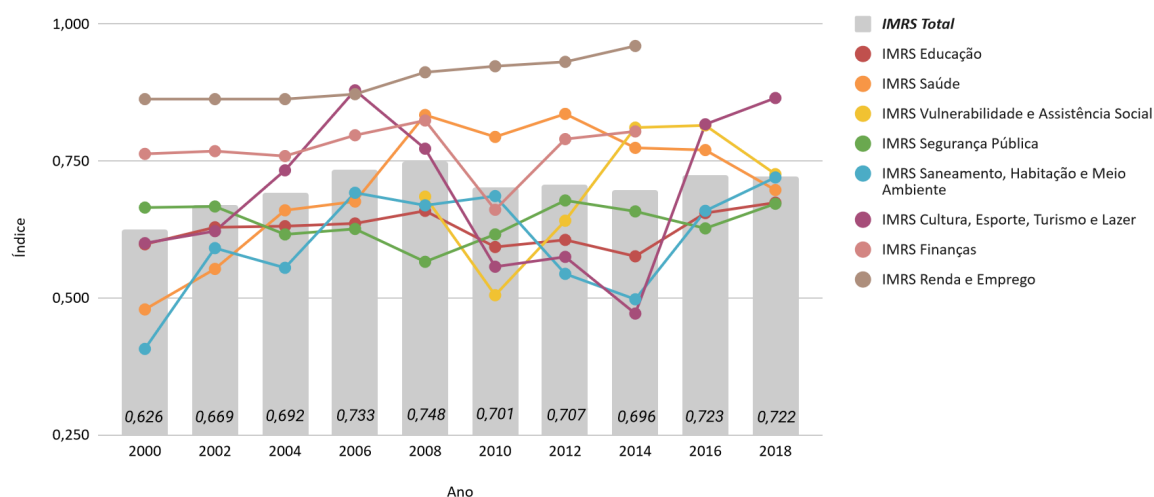
Tabela 7 - Evolução das dimensões presentes no cálculo do IMRS entre 2000 e 2018

Ano Dimensões	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
IMRS Educação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IMRS Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IMRS Assistência Social					X	X	X	X		
IMRS Vulnerabilidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IMRS Segurança Pública	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IMRS Meio Ambiente							X	X		
IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X			X	X
IMRS Saneamento e Habitação							X	X		
IMRS Cultura					X	X	X	X		
IMRS Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	X	X	X	X						
IMRS Esporte, Turismo e Lazer					X	X	X	X		
IMRS Cultura, Esporte e Lazer									X	X
IMRS Finanças	X	X	X	X	X	X	X	X		
IMRS Renda e Emprego	X	X	X	X	X	X	X	X		

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da FJP.

Dessa forma, de modo a comparar a evolução agregada de todas as dimensões já mapeadas ao longo da série histórica do IMRS, foram agregadas⁶³ oito dimensões, conforme disposto no Gráfico 18:

Gráfico 18 - Evolução do IMRS de Extrema e seus componentes entre 2000 e 2018



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da FJP.

A partir do gráfico acima, percebe-se que o município de Extrema alcança seu melhor desempenho geral no que tange ao IMRS Total em 2008, após biênios de melhoria crescente. Embora após este período a tendência de crescimento do índice tenha decaído, em 2014 o município alcançou o primeiro lugar no estado quanto à responsabilidade social. Em se tratando das dimensões que compõem o IMRS, como se pode perceber através do gráfico, há grande oscilação ao longo da série histórica, à exceção do IMRS da Renda e Emprego, de constante e positivo destaque.

Assim, de modo a mensurar a tendência majoritária das dimensões acima nos 10 anos de cálculo do IMRS (2000 - 2018), foram analisadas na Tabela 8 a média, desvio padrão e taxa média de crescimento das mesmas medidas descritivas (MOORE, 2014). A média aritmética simples, medida de tendência central, foi calculada de modo a mensurar qual das dimensões do IMRS de Extrema recebeu a maior nota média entre 2000 e 2018. Por sua vez, o desvio padrão, medida de

⁶³ Para os anos em que as dimensões de um mesmo grupo foram desagregadas, calculou-se a média entre os valores.

dispersão que dispõe sobre a variação entre os dados de uma amostra, foi calculado de modo a mensurar qual das dimensões se manteve comparativamente mais constante ao longo da série histórica. Por fim, a taxa média de crescimento foi calculada de modo a mensurar qual das dimensões obteve o maior crescimento relativo entre os anos de análise do índice.

Tabela 8 - Síntese de medidas descritivas aplicadas aos valores das dimensões que compõem o IMRS de Extrema entre 2000 e 2018

Posição	Média Aritmética Simples	Desvio Padrão*	Taxa Média de Crescimento
1º	<i>IMRS Renda e Emprego</i> 0,898	<i>IMRS Educação</i> 0,032	<i>IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente</i> 3,48%
2º	<i>IMRS Finanças</i> 0,771	<i>IMRS Segurança Pública</i> 0,035	<i>IMRS Cultura, Esporte, Turismo e Lazer</i> 2,94%
3º	<i>IMRS Saúde</i> 0,707	<i>IMRS Renda e Emprego</i> 0,038	<i>IMRS Saúde</i> 2,42%
4º	IMRS Vulnerabilidade e Assistência Social 0,697	IMRS Finanças 0,050	IMRS Renda e Emprego 1,39%
5º	IMRS Cultura, Esporte, Turismo e Lazer 0,689	IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente 0,101	IMRS Educação 0,84%
6º	IMRS Segurança Pública 0,639	IMRS Vulnerabilidade e Assistência Social 0,117	IMRS Vulnerabilidade e Assistência Social 0,82%
7º	IMRS Educação 0,626	IMRS Saúde 0,119	IMRS Finanças 0,59%
8º	IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente 0,602	IMRS Cultura, Esporte, Turismo e Lazer 0,142	IMRS Segurança Pública 0,08%

* Em ordem crescente.

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da FJP.

Conforme disposto na tabela acima, percebe-se que para os anos de cálculo do IMRS as dimensões que apresentaram as maiores pontuações foram, em ordem, Renda e Emprego, Finanças e Saúde. De fato, ao se observar o Gráfico 18, nota-se especialmente que as duas primeiras dimensões supramencionadas figuram majoritariamente acima da média das demais, inferindo-se a importância das mesmas no valor final do IMRS - afinal, o ano em que Extrema atingiu o topo do

ranking mineiro do índice coincide com o maior valor obtido para o IMRS da Renda e Emprego pelo município, dimensão posteriormente descontinuada.

Outrossim, dentre as dimensões cujos valores se mostraram mais constantes - ou seja, com menor desvio padrão - na composição do IMRS de Extrema, figuram a Educação, Segurança Pública e Renda e Emprego. No que tange às duas primeiras, trata-se de uma estabilidade não necessariamente positiva, uma vez que as referidas dimensões se mantiveram majoritariamente abaixo do valor médio do IMRS Total de Extrema ao longo da série histórica. Todavia, no caso do IMRS da Renda e Emprego, o baixo desvio padrão das notas obtidas entre 2000 e 2018 demonstra uma constância positiva, acima da média total, reforçando a maior relevância comparativa desta dimensão para o índice final em relação às demais componentes que mensuram a responsabilidade social do município.

Por outro lado, em se tratando das dimensões com maior crescimento médio relativo das notas entre 2000 e 2018, destacam-se aquelas associadas ao Saneamento, Habitação e Meio Ambiente; Cultura, Esporte, Turismo e Lazer; e Saúde. O Gráfico 18, todavia, também permite concluir que tal crescimento não se mostrou constante.

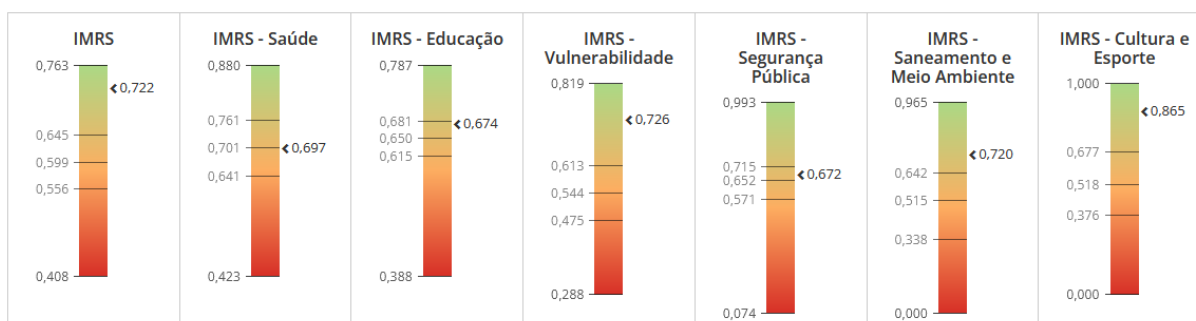
Em síntese, a análise associada do Gráfico 18 às medidas descritivas calculadas na Tabela 8 permite concluir que o IMRS do município de Extrema reflete, principalmente, os fatores de bem-estar associados à renda e à empregabilidade. Todavia, tanto em decorrência da forma de cálculo utilizada no IMRS quanto ao fato de se tratar de um índice bianual, a análise comparativa em série histórica pode encontrar vulnerabilidades e falhas. Para o valor mais recente do IMRS, divulgado em 2018 pela Fundação João Pinheiro, a Figura 14 compara a posição relativa do IMRS de Extrema aos demais municípios mineiros, bem como das dimensões selecionadas para compor o IMRS Total no referido ano.

A partir desta, nota-se que o município de Extrema dispõe de posição de destaque em Minas Gerais no que tange ao índice geral. Todavia, embora nenhuma das dimensões analisadas figure dentre a porção das menores notas no estado, chama atenção o fato de que as dimensões comumente mais associadas ao bem-estar e às áreas prioritárias de atuação do poder público na sociedade - saúde,

educação e segurança pública - representem as menores notas, tanto em termos absolutos (em relação ao IMRS de Extrema) quanto comparativos (em relação ao IMRS dos demais municípios).

Outrossim, em comparação a municípios mineiros de porte semelhante - de 30 a 100 mil habitantes -, os dados do IMRS sinalizam que Extrema não se distancia da média encontrada, obtendo, em 2018: i) para o IMRS da Educação, valores semelhantes aos de Lavras, Ouro Preto, Itajubá, Nova Lima e Diamantina; ii) para o IMRS da Saúde, valores semelhantes aos de Lagoa da Prata, Pará de Minas, Três Pontas e Monte Carmelo; e para o IMRS da Segurança Pública, valores semelhantes aos de Oliveira, Salinas, Boa Esperança e Santa Rita do Sapucaí. Desse modo, ainda que os resultados sociais aparentem comparativo desfavorecimento em relação aos resultados econômicos, os dados de Extrema não se mostram discrepantes em relação a municípios próximos ou similares em porte.

Figura 14 - Posição relativa do IMRS de Extrema e de suas dimensões em relação aos demais municípios de Minas Gerais para o ano de 2018



Fonte: FJP (2018).

No que tange à saúde, dentre os indicadores que compõem esta dimensão do IMRS, destaca-se que para o ano de 2018 o melhor desempenho se deu na proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família⁶⁴ no município, com cobertura de 100%, enquanto que o pior desempenho se deu na cobertura vacinal para menores de 1 ano em Extrema, dentre as menores do estado. Embora pesquisas acadêmicas acerca da saúde em Extrema não tenham sido

⁶⁴ “A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que vem sendo desenvolvida desde 1994, tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para a expansão e consolidação da Atenção Básica, que é a principal porta de entrada e ordenadora das ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

encontradas em maior abrangência, destaca-se que a proximidade a São Paulo se configura como possível fator de desaglomeração aos serviços de saúde. Conforme mencionado por um dos entrevistados, há a tendência de que a população residente busque pelos melhores serviços de saúde na capital paulista (CARVALHO, 2022).

Ademais, quanto à educação em Extrema, dentre os indicadores que compõem esta dimensão do IMRS, destaca-se que para o ano de 2018 o melhor desempenho se deu na taxa de atendimento à educação básica⁶⁵, com cobertura de 100%, enquanto que o pior desempenho se deu no percentual de docentes com formação de nível superior específica para os anos finais do ensino fundamental. Em movimento similar ao que ocorreria na área da saúde, acredita-se que a proximidade à área de influência paulista, com cidades de médio e pequeno porte nas quais o sistema educacional é reconhecido por sua qualidade (Bragança Paulista, Franca etc.), exerça influência na oferta educacional do município. Foram relatadas nas entrevistas duas abordagens a este respeito: a defasagem do ensino técnico⁶⁶ e a adoção de políticas públicas voltadas ao ensino superior.

No que tange a esta última menção, destaca-se que o principal programa educacional da prefeitura destina-se ao ensino superior. Trata-se do “Bolsa Estudantil”, criado em 2005 com o objetivo de conceder auxílio financeiro para jovens universitários. Atualmente, o programa também inclui: i) auxílio mensalidade para cursos profissionalizantes, técnicos, tecnológicos, graduações e pós-graduações; ii) auxílio aluguel para jovens extremenses que necessitem residir em outro município para cursar graduação ou pós-graduação em instituição pública, de natureza estadual ou federal, e em instituições de natureza privada, desde que isentas de pagamento por financiamento público, e cujas famílias continuem residindo no município de Extrema (EXTREMA, 2022). Com mais de R\$14 milhões de reais investidos, o programa já beneficiou cerca de 5 mil estudantes desde a sua criação.

Acerca da vulnerabilidade no município de Extrema, dentre os indicadores que compõem esta dimensão do IMRS, destaca-se que para o ano de 2018 o

⁶⁵ Proporção de crianças e jovens que estão matriculadas em algum estabelecimento de ensino, em qualquer nível de ensino.

⁶⁶ Por iniciativa da FIEMG, foi iniciada na cidade a construção de uma escola SESI (Serviço Social da Indústria) para cerca de 1.500 alunos (MINELLO, 2022).

melhor desempenho se deu no percentual da população residente cadastrada no CadÚnico⁶⁷, cerca de 27%, enquanto que o pior desempenho se deu na pontuação obtida pelo CRAS⁶⁸ de Extrema. Tais dados reforçam as percepções obtidas através das análises do mercado de trabalho e da economia de Extrema, em itens anteriores, quanto ao cenário de um município de baixos índices de vulnerabilidade social e alta geração de riqueza.

Outrossim, para a segurança pública, dentre os indicadores que compõem esta dimensão do IMRS, destaca-se que para o ano de 2018 não houveram aspectos em que o município de Extrema obteve notas inferiores aos padrões estabelecidos - em todos os indicadores que compõem o IMRS da Segurança Pública, o município figurou com altos índices relativos. Tal análise permite identificar que, embora no ano de 2018 a nota final desta dimensão tenha sido a menor em termos absolutos, isto não necessariamente reflete má qualidade da segurança pública no município. De fato, ao analisar a bibliografia consultada (FONSECA, 2009) e as entrevistas realizadas, há um suposto consenso acerca do caráter pacífico e interiorano da cidade, vista como um “bairro tranquilo de São Paulo” (CARVALHO, 2022).

Ademais, no que tange ao saneamento básico e meio ambiente, dentre os indicadores que compõem esta dimensão do IMRS, destaca-se que para o ano de 2018 o melhor desempenho se deu no percentual da população urbana atendida por serviços regulares de coleta de lixo domiciliar em Extrema, com cobertura de 100%, enquanto que o pior desempenho se deu no Índice de Esforço de Gestão das Políticas de Saneamento Básico⁶⁹. No entanto, Extrema possui um pioneiro e premiado programa de conservação ambiental, conforme será tratado em seção posterior.

⁶⁷ O CadÚnico, do Ministério da Cidadania, é a plataforma em que pessoas e famílias se inscrevem para se candidatar a algum tipo de auxílio ou programa do governo federal na área da assistência social.

⁶⁸ No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica às famílias nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

⁶⁹ “Uma política consistente em saneamento básico deve contemplar a existência de um plano específico, além da participação colegiada em decisões que afetam diretamente o bem-estar e a saúde da população. O Índice de Esforço de Gestão das Políticas de Saneamento Básico pontua o desempenho de Extrema em relação à gestão do saneamento básico. Esse índice é composto pelo somatório de três outros índices que pontuam: o plano, o conselho e a política municipal de saneamento básico.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018)

Por fim, acerca da cultura e esporte, dentre os indicadores que compõem esta dimensão do IMRS, destaca-se a gestão e preservação do Patrimônio Cultural, nota atribuída pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) aos municípios que são levadas em conta para o cálculo do repasse do ICMS cultural. A média das notas atribuídas a Extrema foi de 11,21, superior à média dos municípios mineiros. Em especial no que tange ao esporte associado ao turismo, Fonseca (2009) destaca o potencial de geração de renda para o município do mesmo:

As modalidades de turismo desenvolvidas em Extrema são diversas, como por exemplo, o eco-turismo, turismo em área rural, turismo de aventura e o turismo religioso. Nas águas do Rio Jaguari é possível praticar atividades esportivas, como o *raffing*, onde barcos infláveis percorrem corredeiras. Na Serra do Lopo – um dos principais atrativos da do município entre Extrema e Joanópolis – tem destaque as trilhas para caminhadas, *trekking*; ainda no Lopo existem as rampas para os vôos de Asa Delta. O turismo religioso está associado à festa para Santa Rita de Cássia, padroeira de Extrema. (FONSECA, 2009, p. 101)

As observações desenvolvidas ao longo desta seção permitem inferir as seguintes conclusões acerca da responsabilidade social no município de Extrema e sua associação ao crescimento econômico deste: i) o bem-estar geral no município está fortemente associado à geração de riqueza do mesmo, sendo a renda e o emprego as principais dimensões de destaque; ii) a proximidade ao polo de influência paulista, possivelmente, atua como fator de desconcentração dos serviços públicos básicos - não obstante, a principal política educacional do município se destinar a atender jovens que buscam estudar em outras cidades; iii) pode-se inferir que o bem-estar geral em Extrema foi potencializado pelo crescimento econômico do município, e não necessariamente o contrário.

Embora os dados do IMRS sejam apenas ilustrativos para comparar de forma geral o cenário da responsabilidade social de Extrema em relação ao crescimento econômico da cidade, cabe destacar que estudos mais aprofundados em indicadores sociais acerca do real progresso social no município devem ser realizados, de forma a identificar se o desenvolvimento econômico se converteu em uma política social factível. No que tange ao objetivo primário deste trabalho em identificar as causas e origens do crescimento de Extrema, pode-se dizer que a breve análise da responsabilidade social no município não figura, no geral, como um dos principais fatores para tal.

Na seção seguinte, será analisada a infraestrutura presente no município enquanto fator locacional, de modo a testar a hipótese de influência direta da duplicação da BR-381 nas origens do crescimento econômico de Extrema.

4.7 Infraestrutura

Os serviços de infraestrutura são formados sinteticamente pelos sistemas de saneamento, transporte, energia e telecomunicação. Em que pese o fato deste estudo de caso possuir enquanto hipótese principal para a origem recente do crescimento econômico de Extrema os impactos das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, esta breve seção possui como foco a análise ilustrativa dos sistemas de transporte.

Em estudo desenvolvido por Fonseca (2009), com foco principal nos impactos da duplicação da BR-381 no município de Extrema, destaca-se a evolução da malha urbana entre 1950 e 2003, representada na Figura 15. Nesta, observa-se que posteriormente a 1978 Extrema vivencia crescimento exponencial de suas vias públicas, coincidindo em 2003 ao período de finalização das obras.

Figura 15 - Evolução do contorno da área urbana de Extrema entre 1950, 1978 e 2003



Fonte: Fonseca (2009).

Cabe pontuar que, conforme observado no capítulo destinado à análise do Sul de Minas, a abrangência dos ganhos de bem-estar auferidos a partir de melhorias em infraestrutura alcançam não somente localidades específicas, como o município de Extrema, mas também toda a região. Assim, percebe-se um

crescimento generalizado da malha urbana das cidades próximas à área de duplicação da Rodovia Fernão Dias, especialmente no Sul de Minas (FONSECA, 2009).

Também de acordo com o material coletado pelas entrevistas, percebe-se que a melhoria na infraestrutura da cidade acompanhou a demanda por investimentos do ramo empresarial concernentes à duplicação da Fernão Dias: com a chegada de novas indústrias à cidade a partir dos anos 1990, a cidade vivenciou uma ampliação das obras públicas e a construção de novos distritos no entorno da rodovia, como ilustrado pela Figura 15.

Figura 16 - Área concedida ao Distrito Industrial I, no bairro Pessegueiro, em Extrema



Fonte: Fonseca (2009).

Destaca-se, em adendo, que o quadro da infraestrutura do município foi condicionado ao atendimento às empresas que se instalaram na região ao longo das últimas décadas, conforme aponta o entrevistado e ex-Secretário do município Adriano Carvalho:

Extrema não tem CEMIG, tem Energisa: a capacidade de resposta foi mais rápida com essa concessionária. A municipalização do licenciamento ambiental, através de convênio com a SEMAD-MG municipalizando o meio

ambiente, dá dinheiro pro município através das taxas de licenciamento ambiental e acelera processos, melhorando o serviço para as empresas. O foco da gestão na infraestrutura estava na receita e na qualidade do município. (CARVALHO, 2022)

Ademais, atualmente, o novo ciclo de desenvolvimento ensejado pelo município de Extrema no que tange à infraestrutura possui foco na habitação:

Hoje o ciclo de desenvolvimento é outro: o aproveitamento do território de Extrema é alto, as melhores áreas já foram preenchidas e agora está transbordando para outras cidades. O próximo ciclo está na habitação. Com o contingente de habitantes nos últimos anos, contratando mão de obra de municípios ao redor, tem gente que pega a Fernão Dias todo dia pra trabalhar em Extrema. É preciso prospectar empresas da área residencial, grandes construtoras. (CARVALHO, 2022)

Em síntese, o breve panorama da infraestrutura associada à duplicação da BR-381 entre as décadas de 1990 e 2000 demonstra a relação existente, de acordo com a bibliografia consultada, entre o crescimento urbano da cidade e a melhoria na infraestrutura em Extrema. A melhoria regional na infraestrutura do Sul de Minas, contudo, não pode ser analisada enquanto único fator locacional capaz de propiciar desenvolvimento:

Com a duplicação da Rodovia Fernão Dias, o município de Extrema pôde presenciar um aumento no número de estabelecimentos industriais, elevando assim a oferta de empregos para a população local e fomentando outros setores da economia. [...] O desenvolvimento de Extrema, no entanto, não deve ser justificado apenas devido à duplicação da Rodovia, pois é necessário conjugar uma série de fatores, tais como a desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo e os incentivos fiscais concedidos a algumas indústrias para atrair empregos para o município ao sul de Minas Gerais. Extrema tem um dinamismo interno que tem lhe permitido as condições necessárias para atrair as indústrias para seu território, às margens da Rodovia em distritos industriais. (FONSECA, 2009, p. 27)

Destarte, na seção seguinte serão analisados os aspectos relativos ao desenvolvimento humano e ao meio ambiente no município de Extrema, visando complementar as análises até aqui elaboradas acerca da experiência de crescimento econômico.

4.8 Desenvolvimento humano e sustentável

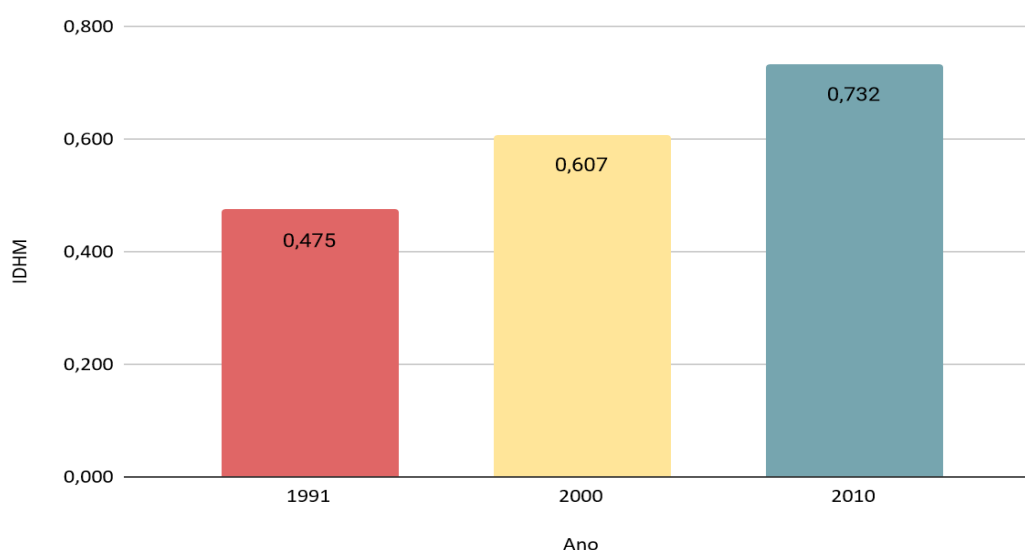
Na presente seção, busca-se analisar a experiência de crescimento econômico de Extrema sob a ótica do desenvolvimento humano e sustentável. Para

tal, além das fontes bibliográficas e das entrevistas realizadas nesta pesquisa, a principal fonte de dados utilizada foi o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Atlas Brasil), iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O Atlas Brasil retrata o desenvolvimento humano e sustentável e as desigualdades nos níveis regionais do Brasil, bem como relaciona os dados tratados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE, um dos indicadores mais relevantes na composição do desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), número que varia entre 0 e 1 - quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento de uma dada localidade. O IDHM possui cinco faixas, sendo elas: i) muito baixo, de 0,000 a 0,499; ii) baixo, de 0,500 a 0,599; iii) médio, de 0,600 a 0,699; iv) alto, de 0,700 a 0,799; e v) muito alto, de 0,800 a 1,000.

Assim, para os dados referentes ao município de Extrema, O Gráfico 19 demonstra a evolução do IDHM nos anos referentes ao Censo Demográfico. Nota-se que o IDHM do município apresentou evolução significativa ao longo das últimas décadas, saindo de um valor muito baixo (0,475) em 1991 para um patamar alto (0,732) em 2010. Em termos relativos, a evolução do índice foi de 20,59% no município entre 2000 e 2010.

Gráfico 19 - Evolução do IDHM de Extrema entre 1991 e 2010

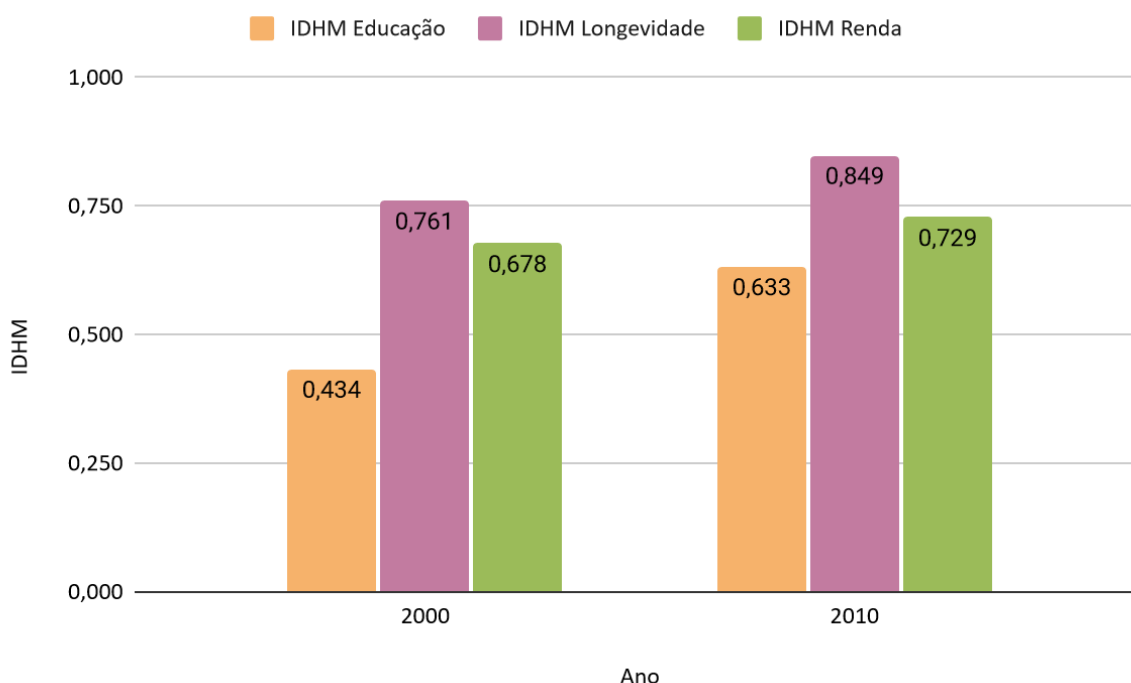


Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE).

Outrossim, os dados referentes ao IDMH de Minas Gerais demonstram que, para o ano mais recente de cálculo do índice, Extrema apresenta paridade quase idêntica em relação ao estado: o IDHM do município em questão para 2010 é de 0,732, enquanto o IDHM de Minas Gerais no mesmo ano é de 0,731. Todavia, a evolução do índice em Extrema foi maior: houve um crescimento de 20,59% do IDHM no município entre 2000 e 2010, e de 17,15% no estado. Embora tenha crescido em termos absolutos durante o período em questão, em comparação aos demais municípios de Minas Gerais, o IDHM de Extrema perdeu posições no *ranking* mineiro segundo cálculos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ocupando hoje a 75^a colocação no estado.

Ainda no que tange ao IDHM, cabe analisar os subíndices que compõem o mesmo. O IDHM é composto por três dimensões: i) Educação, tendo como parâmetro a escolaridade; ii) Longevidade, tendo como parâmetro a esperança de vida ao nascer; iii) e Renda, tendo como parâmetro a renda *per capita*. O Gráfico 20 demonstra a comparação entre as dimensões supracitadas no IDHM de Extrema para os anos de 2000 e 2010. Verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou crescimento de 11,56%; o IDHM Educação, de 45,85%; e o IDHM Renda, de 7,52%. Assim, considera-se que a escolaridade no município de Extrema apresentou taxa de crescimento significativa, saindo de um patamar considerado muito baixo para o nível médio em dez anos.

Gráfico 20 - Evolução das dimensões do IDHM de Extrema entre 2000 e 2010



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE).

Especificamente no que tange à renda *per capita* do município de Extrema, também considerada um dos principais indicadores de desenvolvimento, a análise feita pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil evidencia que a renda *per capita* mensal no município era de R\$ 543,95, em 2000, e de R\$ 745,21, em 2010, a preços de agosto de 2010 - trata-se de um aumento de cerca de 37%.

De modo geral, a análise do IDHM de Extrema nesta seção assume papel ilustrativo em contraposição à análise do desenvolvimento sustentável, uma vez que se trata de dado pouco sensível, cuja disponibilidade é limitada aos anos do Censo Demográfico, ainda sem informações recentes. Optou-se pela inclusão do IDHM neste item em conjunto à análise ambiental em decorrência da comum associação feita entre indicadores de desenvolvimento humano e indicadores de desenvolvimento sustentável.

Avançando, portanto, à análise da sustentabilidade no município de Extrema, cabe destacar, como visto na seção destinada à contextualização geográfica, que se trata de região de importante protagonismo hídrico: o Rio Jaguari, principal via fluvial da bacia hidrográfica a que pertence o município, é um dos responsáveis pelo abastecimento do Sistema Cantareira, que abastece cerca de 60% da Grande São Paulo (FONSECA, 2009; PACHECO, 2017).

Desse modo, sendo a preservação hidrográfica ponto de preocupação ambiental por parte da prefeitura, o município realizou ao longo das últimas décadas, em especial entre 1999 e 2002, uma série de análises acerca da ocupação do solo e da situação das nascentes, monitorando os cursos d'água na área de Extrema (PACHECO, 2017). Em um dos estudos elaborados recentemente, foi constatado estágio de degradação ambiental em microbacias, como a das Posses (PEREIRA, 2016). A origem principal da degradação, para além dos impactos das obras de infraestrutura na região entre 1993 e 2005, seria o uso e ocupação do solo:

Outros dois diagnósticos foram realizados, um deles, dirigido ao critério socioeconômico dos proprietários rurais da região, revelando a percepção de cada um sobre o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais, o tamanho das propriedades e o tipo de agricultor. Esta análise foi de grande relevância do ponto de vista econômico, já que permitiu compreender como eram os ganhos do produtor rural. [...] Constatou-se que mais de 70% da área destinava-se ao uso agropecuário, em especial de bovinocultura em pastos (KFOURI; FAVERO, 2011 *apud* PACHECO, 2017, p. 165).

Assim, com o objetivo geral de garantir a manutenção da qualidade das águas, em 2005 surgiu o Projeto Conservador das Águas, programa governamental pioneiro a nível nacional em promover práticas de sustentabilidade através de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O programa recebeu o Prêmio Internacional por Melhores Práticas para a Melhoria das Condições de Vida, concedido pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) (SARDENBERG; MOURA, 2016).

A partir da implantação do Projeto Conservador das Águas o proprietário rural recebe o apoio financeiro em 12 (doze) parcelas mensais, o Departamento de Serviços Urbanos e Meio Ambiente elabora um relatório mensal sobre o cumprimento das metas e, a cada seis meses, o CODEMA avalia o desenvolvimento do projeto e o cumprimento das metas. Além disso, através de convênio com a ANA, faz-se o monitoramento em pontos estratégicos: da qualidade de água da bacia (bimestral) e de sua precipitação e vazão (diariamente). Cabe ressaltar que o Projeto foi o primeiro do Brasil a promover o Pagamento por Serviços Ambientais, e sua implementação se deu com êxito reconhecido por outros

municípios que o utilizam como modelo. O reconhecimento do Projeto acarretou premiações diversas, nacionais e internacionais, como o Bom Exemplo, em 2011; o 10º Prêmio Furnas Ouro Azul; o Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local - 2011/2012; o Prêmio Internacional de Dubai 2012; o Prêmio Muriqui 2013; e o Prêmio *von Martius* de Sustentabilidade em 2014. (PACHECO, 2017, p. 166)

Atualmente, o programa atua com cobertura mais ampla, visando também a compensação de danos ambientais por parte das indústrias localizadas na região⁷⁰. Conforme pontua o ex-Secretário do município, trata-se de uma iniciativa voltada à integração do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável:

O Conservador é um programa econômico disfarçado de ambiental, que foi copiado de Nova York: a equipe responsável mede a propriedade na área que deve ser preservada, faz um contrato de longo prazo e a prefeitura cerca a nascente ali presente pra proteção ambiental. Começamos a implementá-lo com “um fusca e uma mula”, e hoje a prefeitura tem uma equipe de mais de 100 pessoas que planta várias árvores. Já são mais de 4000 nascentes preservadas! Para a empresa, é ótimo: ao invés de se responsabilizar diretamente pela compensação ambiental, ela “aluga” as árvores que o projeto plantou para comprovar que ela faz a parte ambiental dela. Todas as grandes empresas do município hoje participam desse programa. Extrema também foi o primeiro município a cobrar compensação pelos gases do efeito estufa, e essa receita realimenta o projeto: a prefeitura compensa a [emissão] do cidadão e as empresas pagam pelas delas. (CARVALHO, 2022)

Em suma, um olhar voltado ao desenvolvimento humano e sustentável no município de Extrema permite observar o avanço deste nas referidas pautas ao longo dos últimos anos. Enquanto o desenvolvimento humano demonstra crescimento dos principais indicadores, especialmente entre 2000 e 2010, a análise ambiental sinaliza para uma política de sustentabilidade com foco no retorno econômico, pioneira em metodologia e execução no estado. Acredita-se que a análise estabelecida nesta seção, em confluência àquela destinada ao planejamento governamental, sinaliza para o papel importante das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento em sentido amplo adotadas por parte da gestão municipal.

Na próxima seção serão analisadas de forma breve as finanças públicas no município de Extrema, de modo a comparar o retorno econômico aos cofres públicos no período de referido crescimento.

⁷⁰ “A parte ambiental impacta bastante a indústria, cuja principal matéria prima é plástico, e hoje a perda/resíduo na Dello é praticamente zero, tudo reciclado. Isso se deve muito ao incentivo da prefeitura.” (SIMÕES, 2022)

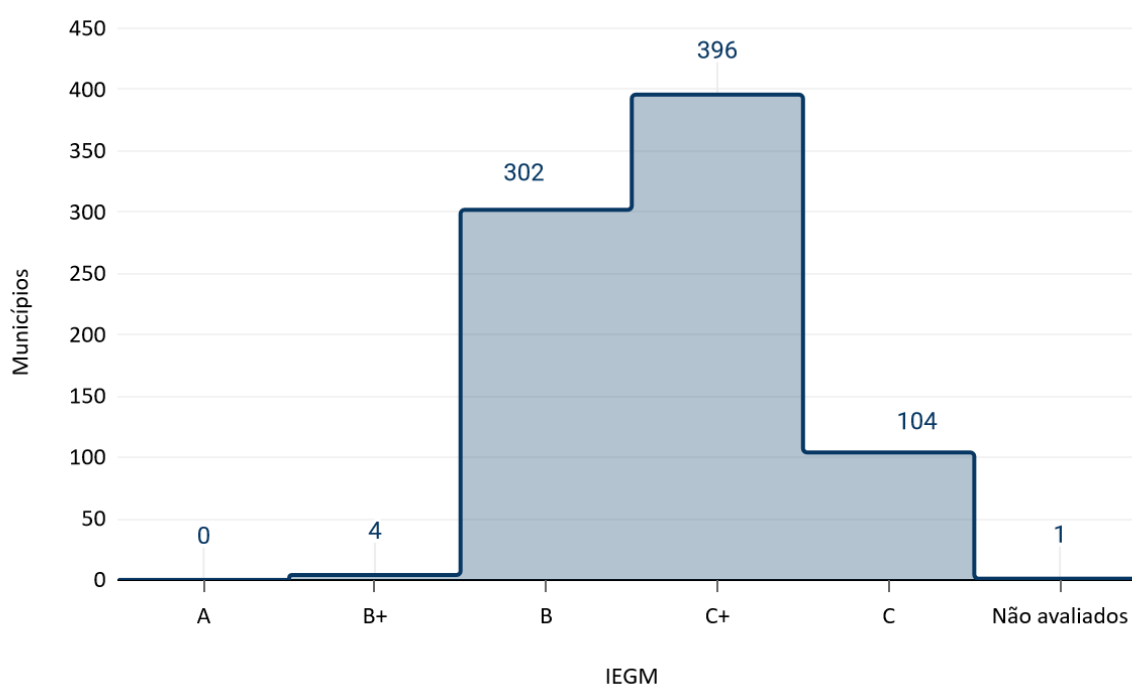
4.9 Finanças públicas

Conhecer o perfil do gasto público de um município é importante para determinar a qualidade da gestão municipal e a sustentabilidade financeira de seu desenvolvimento econômico. Assim, de modo a analisar um panorama geral das finanças públicas no município de Extrema, esta seção se utiliza do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), indicador que mensura a qualidade e responsabilidade fiscal da gestão municipal através de formulários enviados às prefeituras.

O IEGM, em Minas Gerais, é calculado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) e possui cinco categorias: i) A, concedida a municípios considerados altamente efetivos, com pontuações de 90 a 100; ii) B+, concedida a municípios considerados muito efetivos, com pontuações de 75 a 89,99; iii) B, concedida a municípios considerados efetivos, com pontuações de 60 a 74,99; iv) C+, atribuída a municípios considerados como em fase de adequação, com pontuações de 50 a 59,99; e v) C, atribuída a municípios considerados com baixo nível de adequação, com pontuações de 0 a 49,99 (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021).

Atualmente, Extrema se classifica como conceito B em efetividade da gestão municipal, de acordo com o parecer do TCE-MG. Todavia, conforme se pode visualizar a partir do Gráfico 21, tal pontuação equivale à porção de municípios mineiros com avaliação comparativamente positiva, uma vez que nenhum município foi avaliado com conceito A e apenas quatro foram avaliados com conceito B+.

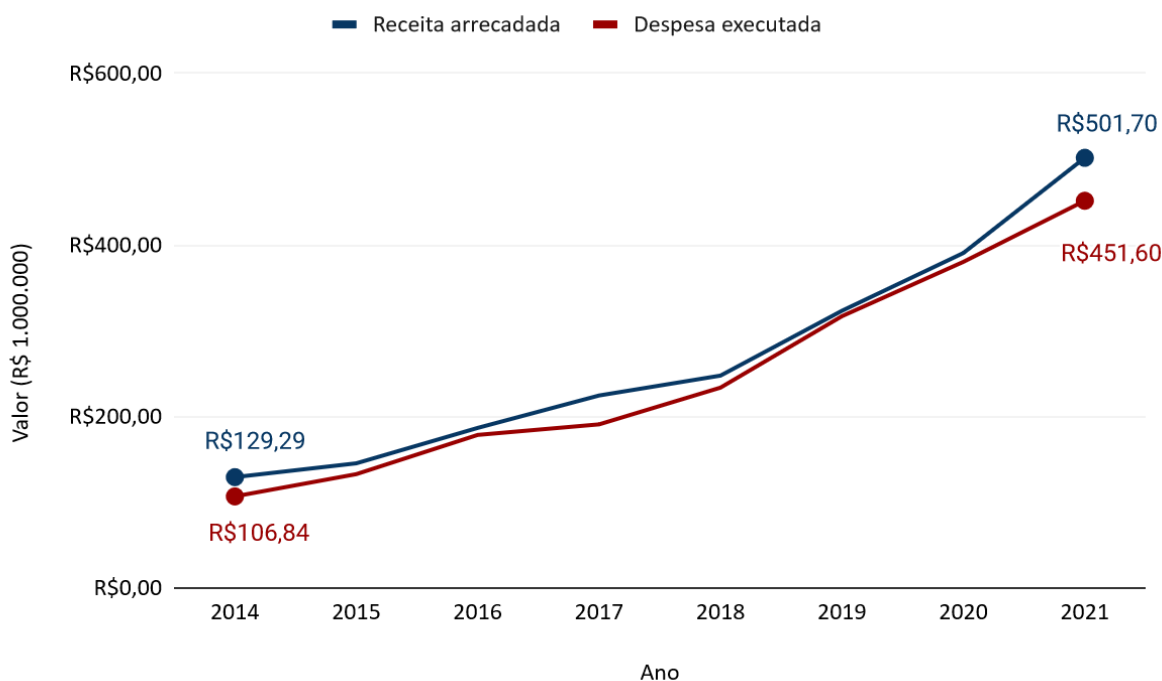
Gráfico 21 - Distribuição dos municípios mineiros quanto ao IEGM em 2021



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TCE-MG.

Outrossim, em análise direta acerca das finanças municipais, o Gráfico 22 demonstra a evolução das receitas e despesas da Administração Pública no município de Extrema entre 2014 e 2021, anos em que a sistematização dos dados se encontra disponível pelo TCE-MG. Percebe-se que ao longo destes sete anos o município apresentou constantes saldos positivos nos cofres municipais, estando a receita arrecadada no ano sempre acima da despesa executada.

Gráfico 22 - Evolução das receitas e despesas do município de Extrema entre 2014 e 2021, a preços de 2021 (R\$ 1.000.000)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do TCE-MG.

Ademais, em análise pormenorizada das finanças acima, percebe-se que a composição bruta da receita - ou seja, excluídas as deduções - para o município de Extrema no ano de 2021 inclui cerca de 91% de transferências correntes⁷¹. Em análogo, no que tange ao detalhamento das despesas do município para o ano de 2021, as secretarias responsáveis pelos maiores contingentes brutos de gastos foram, em ordem, a Secretaria Municipal de Saúde (R\$ 110 milhões), a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (R\$ 93,9 milhões) e a Secretaria Municipal de Educação (R\$ 49,9 milhões), segundo dados do TCE-MG.

⁷¹ Recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes.

No que tange aos gastos com a educação no município, este gastou em 2021 acima do mínimo exigido de 25% das receitas de impostos e transferências obrigatórias na pasta, com total de 26,51% das receitas arrecadadas. Deste percentual, a maioria se destina aos gastos com a educação especial e superior, em conformidade com a análise descrita neste capítulo acerca do protagonismo da política pública municipal referente ao Programa Bolsa Estudantil.

Ademais, na área da saúde, o município de Extrema também apresentou gastos superiores ao mínimo exigido de 15% das receitas de impostos e transferências obrigatórias na pasta em 2021, com gasto total de 24,89% das receitas arrecadadas. Deste percentual, a maioria se destina aos gastos com a assistência hospitalar e ambulatorial e com a atenção básica.

Por fim, no que tange aos gastos com pessoal, um dos principais indicativos de sustentabilidade do gasto público segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o município também respeita o limite de 60% da sua receita corrente líquida com dispêndios de pessoal, apresentando gasto total de 32,32% da receita no ano de 2021.

Em suma, a análise das finanças públicas do município de Extrema permite atestar um cenário positivo no que tange à responsabilidade fiscal e ao saldo dos cofres públicos, configurando-se enquanto uma gestão municipal financeiramente eficiente. Tal compreensão, sob a ótica do crescimento econômico do município, é de suma importância, uma vez que demonstra a responsabilidade para com o desenvolvimento local a partir da forma como os gastos públicos são executados.

Na seção seguinte, última deste capítulo, serão analisadas conjuntamente as conclusões e índices apurados, de modo a sintetizar quais fatores guardam maior relação para com o crescimento econômico no município de Extrema.

4.10 Conclusões acerca do crescimento econômico de Extrema

Para finalizar a análise *quali-quantitativa* proposta ao longo deste estudo de caso do crescimento econômico no município de Extrema, os indicadores quantitativos analisados ao longo das seções deste capítulo foram comparados ao PIB do

município de Extrema em suas séries históricas correspondentes através do coeficiente de correlação de Pearson - ou coeficiente de correlação produto-momento -, medida de estatística descritiva que calcula o grau de correspondência entre duas variáveis em um mesmo período de análise (MOORE, 2014). Tal análise busca estabelecer relação de convergência ou dispersão entre as variáveis em relação ao crescimento econômico do município. Assim, o coeficiente varia entre 1 e -1, sinalizando relação diretamente ou inversamente proporcional e o grau de correlação.

A Tabela 9 demonstra a partir do cálculo da correlação entre alguns dos indicadores apresentados neste capítulo e o PIB de Extrema os principais fatores diretamente associados ao crescimento do município. Com coeficientes entre 0,8 e 1, considerando-se alta correlação, pode-se concluir que o crescimento do PIB de Extrema nos últimos anos acompanha o crescimento: i) dos setores de serviços e indústria; ii) das receitas e despesas públicas; iii) da empregabilidade e da renda; iv) do desenvolvimento humano; e v) da população residente.

Tabela 9 - Correlação entre o PIB de Extrema e indicadores selecionados referentes ao perfil municipal entre 1999 e 2019⁷²

Indicador	Coefficiente de Pearson
Receita realizada	0,9598
Despesa executada	0,9424
Pessoal ocupado total	0,9347
IMRS Renda e Emprego	0,9271
População residente total	0,9031
População ocupada	0,8848
IDHM	0,8814
IMRS Vulnerabilidade e Assistência Social	0,5409
IMRS Educação	0,3817
IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente	0,3761
IMRS Total	0,3744
IMRS Saúde	0,3544
IMRS Segurança Pública	0,3169

⁷² As séries históricas foram comparadas na medida da disponibilidade de dados. Por exemplo, para o IDHM, disponível somente para os anos de 1991, 2000 e 2010, foram comparados os respectivos períodos aos valores do PIB nestes anos.

IMRS Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	0,2816
IMRS Finanças	0,1434

Fonte: elaboração própria.

Outrossim, amparando-se nos dados qualitativos e na pesquisa bibliográfica, pode-se dizer que o crescimento econômico do município de Extrema possui fortes indícios de possuir origem recente nas obras de duplicação da BR-381, que possibilitaram ganhos locacionais para a instalação de indústrias e empreendimentos na região. Todavia, este fator por si só não é suficiente para explicar a experiência de desenvolvimento do município nas últimas décadas, considerando-se também a presença de incentivos fiscais. Dentre as dimensões analisadas neste capítulo, chama atenção especial o papel do planejamento governamental no projeto de desenvolvimento econômico e social do município de Extrema, fruto do trabalho iniciado na década de 1990 pela gestão municipal.

A parcela de atuação da Administração Pública local enquanto ente responsável pela execução de políticas públicas estratégicas, como o Bolsa Estudantil e o Conservador das Águas, demonstra que fatores locacionais isolados ou a presença de forças aglomerativas não são suficientes para que uma região ou município se desenvolvam: é preciso que a janela locacional se converta em ação direta do Estado, em prol da promoção de crescimento e bem-estar.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou aferir, através de pesquisa *quali-quant* em estudo de caso, as origens do crescimento econômico recente do município de Extrema. A pesquisa bibliográfica acerca do campo teórico do desenvolvimento regional permitiu identificar, sumariamente, a compreensão acadêmica majoritária acerca das razões que levam um território a prosperar.

Nesse sentido, os teóricos localistas alemães possuem pioneirismo em estudar os fenômenos geoeconômicos de uma região tendo em vista identificar quais os principais fatores que levam os agentes econômicos a nela se instalarem. A partir destas análises, identificam-se os fatores locacionais, que sinalizam para os

condicionantes à escolha empresarial por um território; estes, subdivididos entre objetivos (mão de obra, transportes, infraestrutura etc.) e subjetivos (ambiente econômico, reputação do município, papel dos governos etc.), não se limitam a uma listagem específica, ampliando-se à medida que se complexificam as relações econômicas.

Os fatores locacionais *per se* não são suficientes para compreender as dinâmicas que levam uma região a se desenvolver, uma vez que se mantêm escusos aos fatores de aglomeração e desaglomeração que nela incidem. Tais conceitos partem dos estudos célebres de Alfred Marshall que, em paralelo aos conceitos schumpeterianos de inovação, sedimentam as teorias regionais posteriores. Assim, os teóricos regionais buscam compreender as dinâmicas e forças de polarização sob um território: pode-se dizer que o principal produto desse grupo de pesquisas está na percepção de que determinadas conjecturas econômicas, históricas e sociais atuam como mecanismos de dispersão ou polarização de riqueza em um dado local. Outrossim, as pesquisas recentes no campo adotam como enfoque o papel das instituições e novas tecnologias no crescimento regional.

As bases teóricas do campo de pesquisa em economia regional permitem compreender que o estudo de uma unidade local deve permear o estudo de seu entorno. Por essa razão, estabeleceu-se análise do perfil histórico e socioeconômico da mesorregião do Sul de Minas, através da qual se classificou o espaço sul-mineiro enquanto região de importância econômica ao estado. Trata-se do maior centro exportador de café a nível nacional, com raízes históricas na produção agrícola de abastecimento, marcado pela forte interligação ao estado de São Paulo, cultural e economicamente. O Sul de Minas, desde o século XIX, possui municípios fortemente interligados, com vocações econômicas díspares entre si, porém comumente influenciados pelas transformações em infraestrutura no século XX, em especial no tocante à BR-381, que converteram a região em alternativa industrial.

Assim, as bases estabelecidas para a análise do crescimento econômico do município de Extrema possibilitaram identificar como fatores locacionais de destaque, inicialmente, a mão de obra, a infraestrutura e os incentivos fiscais, presentes na região desde a década de 1970 e fruto da guerra fiscal entre os

estados brasileiros. O perfil inovador e o ambiente econômico da região do Sul de Minas como um todo também exercem forças polarizadoras sobre o município de Extrema. Assim, para compor o estudo de caso, foram selecionadas áreas que representam os principais fatores relacionados ao desenvolvimento como um todo, tomando como base os fatores locais e os fatores de aglomeração. A hipótese principal desenvolvida, levando em consideração a pesquisa bibliográfica, foi a de que o crescimento recente do município de Extrema teria suas raízes nos efeitos de polarização oriundos das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias iniciadas nos anos 1990, fortalecendo a vantagem locacional em infraestrutura e transporte, bem como no papel dos incentivos fiscais.

Após a análise da demografia, geografia, economia, mercado de trabalho, planejamento governamental, infraestrutura, desenvolvimento humano, meio ambiente e finanças do município de Extrema, pode-se confirmar a hipótese como correta. Todavia, as pesquisas bibliográficas, documentais, estatísticas e, principalmente, as entrevistas, permitiram concluir que as vantagens locais em infraestrutura e regime tributário não explicam em uníssono o crescimento recente do município. O papel da gestão municipal e dos órgãos estaduais na implementação de políticas estratégicas voltadas ao desenvolvimento através do planejamento governamental se mostrou determinante para o sucesso econômico do município.

Destaca-se que novos estudos acerca da economia extremense, bem como de seus resultados, encontram ampla margem de oportunidade para o campo do desenvolvimento regional. Esta pesquisa, portanto, não se esgota em si mesma, estando aberta a contraposições e aprofundamentos, especialmente de cunho quantitativo. Também foi possível identificar rica agenda de pesquisa acerca da avaliação das políticas de desenvolvimento ensejadas pelo município de Extrema: uma vez identificadas as origens de seu crescimento, cabe investigar se o desenvolvimento econômico da cidade foi capaz de se converter em progresso social. Ressalta-se enquanto limitações desta pesquisa: i) o perfil pouco diversificado dos entrevistados e o baixo número de entrevistas realizadas; ii) a dificuldade em estabelecer contato com a administração direta local; e iii) a difícil e tortuosa concepção de relações de causa e consequência entre dados quantitativos

de cunho econômico, certamente melhor estabelecidas em pesquisas mais aprofundadas.

Por fim, como produto deste estudo de caso, depreende-se que externalidades ou vantagens locacionais pré-estabelecidas não são uma garantia de desenvolvimento a municípios ou regiões. Os fatores locacionais e forças de aglomeração e desaglomeração devem ser contemplados pela Administração Pública enquanto oportunidades ou ameaças a serem endereçadas, de modo a promover desenvolvimento econômico e social: a visão de longo prazo das políticas públicas, bem como o compromisso para com o interesse público, configuram-se como valores essenciais. Conclui-se, portanto, que as origens do crescimento econômico do município de Extrema, para além dos fatores delimitados pela teoria econômica, estão na atuação do Estado enquanto ente capaz de interligar diferentes áreas em prol do desenvolvimento em sentido amplo.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs). **Reforma do estado e Administração Pública Gerencial**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ALBINO, Washington. Perspectivas atuais da economia mineira. In: **Segundo seminário de estudos mineiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1956
- ALMEIDA, Eduardo Simões de. A duplicação da Rodovia Fernão Dias: uma análise de equilíbrio geral. **Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (TD NEREUS)**, São Paulo, v.1, n. 8, 2004.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. In: **Encontro Nacional de Economia – ANPEC**, Belém, Pará, 1999. Belém: ANPEC, 1999.
- ANDRADE, M. F. de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ARRUDA, Maria Aparecida; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os sistemas urbanos. In: (Org.) GUIMARÃES, Tadeu Barreto *et al.* **Minas Gerais do século XXI: Reinterpretando o espaço mineiro**. Belo Horizonte: Rona Editora, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, v. 2, n. 1, 2002.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS. **Minas Gerais do Século XXI**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://www.bdmg.mg.gov.br>>. Acesso em: jul. 2022.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas. **Caderno CNH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 111-128, 2010.
- BARBOSA, Lúcio Otávio Seixas; LEAL FILHO, Raimundo de Sousa; OLIVEIRA JÚNIOR, Francisco Alves de; SOUSA, Felipe Magno Parreiras de. Ideologia partidária e crise fiscal dos estados: o caso de Minas Gerais. **Nova Economia**, v. 29, n. 2, p. 487-513, 2019.
- BARROSO, Filipe Ramos. **Fatores de localização de empresas de tecnologia da informação em parques tecnológicos do estado do Rio Grande do Sul**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BOISIER, Sérgio. **El lenguaje emergente en desarrollo territorial**. Documento preparado para sustentar uma exposição aos funcionários da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo do Ministério do Interior do Chile. [S.l.], [1999].

- BRAGA, João Vitor Dias. **Arranjos produtivos locais como política de desenvolvimento econômico no Brasil: trajetórias, limitações e perspectivas**. 2021. 118 f. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2021.
- BRASIL. Governo Federal. **Painel Mapa de Empresas**. [Brasília], 06 set. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>>. Acesso em: 06 out. 2022.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica [...]. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. [Brasília], 2022. [CAGED]. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/empregador/caged>>. Acesso em: 20 set. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV-EESP, 2008. Disponível em: <<http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/269/2020/01/TEXT0-B%C1SICO-AULA-6-Crescimento-E-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: jul. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do estado patrimonial ao gerencial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV-EESP, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>>. Acesso em: jul. 2022.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Von Thünen e o abastecimento madeireiro de centros urbanos pré-industriais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 2, p. 405-427, dez. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982011000200010>>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- CABRAL, Stephanie dos Santos *et al.* Acessibilidade aos serviços de saúde pelos chefes de família em extrema pobreza: estudo no Município de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. *In: Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde*, João Pessoa, PB, v. 8, n. 1, 2019.
- CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Villa Real. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 9, n. 1, p. 103-136, 2000.

- CAMPOS, Izabela Prímola Magalhães Zenatelli. **Crescimento econômico nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais no período entre 2000 e 2015**. 2017. 139 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017.
- CARVALHO, Adriano. Belo Horizonte, 28 set. 2022. Entrevista concedida a Maria Laura Cardoso Silveira.
- CASTRO, P.M.G. **Minas do Sul: Visão corográfica e política regional no século XIX**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 9-32, ago. 2008. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>>. Acesso em: 02 mai. 2022.
- CHRISTALLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland: eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit stadischen Funktionen*. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933.
- CLARKE, Simon. **Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State**. Aldershot and Gower, VT: Edward Elgar, 1988.
- CRUZ, Rossini. Marcos teóricos para a reflexão sobre as desigualdades regionais: uma breve revisão da literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 54-66, jan. 2000.
- DAHL, Robert. Por que mercados livres não bastam. **Lua Nova**, v. 1, n. 28, p. 227-235, 1993.
- DAOLIO, Edilberto R. *et al.* O perfil do trabalhador de Extrema. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 03, p. 10-10, 2013.
- DIAS, Ana Gabriela Caldeira. A gestão por trás do “Choque de Gestão”: um estudo da reforma gerencial no Governo de Minas Gerais (2003-2012). *In: VI Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, 2013.
- DINIZ, Clélio C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, Clélio C.; SANTOS, Fabiana B. T. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. *In: AFFONSO, Rui; SILVA, P. (Org.). Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/Unesp, cap 6, p. 195-223, 1995.
- DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades. **Revista Catarinense de Economia (RCE)**, Florianópolis, SC, v. 1, n. 1, 2017.

- DINIZ, Clélio Campolina. Economia e Planejamento em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 58, n. 1, 1984.
- DINIZ, Clélio Campolina. Global-Local: Interdependência e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. *In*: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins (orgs.). **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jul. 2000.
- DINIZ, Clélio Campolina; GONÇALVES, Eduardo. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. *In*: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, p. 131-170, 2005.
- DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.1, n.18, p. 95-107, jun. 2002.
- EVANS, Peter. *Government action, social capital and development: Reviewing the evidence of synergy*. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 119-132, 1996.
- EXTREMA. **Lei Complementar nº 003, de 31 de dezembro de 2001**. Institui o Código Tributário do Município de Extrema e dá outras providências. Extrema, MG. Disponível em: <https://www.camaraextrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/codigo_trIBUTARIO1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- EXTREMA. **Lei Complementar nº 083, de 25 de fevereiro de 2013**. Aprova a revisão do Plano Diretor do Município de Extrema. Extrema, MG. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/083-_3_.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- EXTREMA. **Lei Complementar nº 1.574, de 15 de janeiro de 2001**. Institui o Plano Diretor do município de Extrema. Extrema, MG.
- EXTREMA. **Lei Complementar nº 4.191, de 23 de junho de 2020**. Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a cidadãos carentes e dá outras providências. Extrema, MG.
- EXTREMA. **Lei Complementar nº 789, de 11 de outubro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município, das autarquias e das fundações municipais. Extrema, MG. Disponível em: <https://www.camaraextrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Lei-789-estatuto_servidor.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- EXTREMA. **Lei Complementar nº 804, de 31 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre as construções no Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camaraextrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/codigo_o bras.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

- EXTREMA. **Lei Orgânica nº 3, de 28 de abril de 2022**. Institui a nova Lei Orgânica do Município de Extrema. Extrema, MG. Disponível em: <<https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/documento/lei-organica-no-3-2022-28967/texto:consolidado>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- EXTREMA. **Plano Municipal de Cultura de Extrema-MG 2018-2027**. Extrema, MG, 2018, 77 p. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/plano_municipal_de_cultura.pdf>. Acesso em: set. 2022.
- EXTREMA. **Por que nossa cidade recebe tantas empresas?** Prefeitura de Extrema, Extrema: MG. 11 set. 2019. Disponível em: <<https://www.extrema.mg.gov.br/noticias/por-que-nossa-cidade-recebe-tantas-empresas/>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- EXTREMA. **Programa Bolsa Estudantil**. Prefeitura de Extrema, Extrema: MG. [2022]. Disponível em: <<https://www.extrema.mg.gov.br/bolsaestudantil/>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- EXTREMA. **Projeto Conservador das Águas**. Prefeitura de Extrema, Extrema: MG. [2022]. Disponível em: <<https://www.extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia. *In*: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/Etene, 1989.
- FONSECA, C. D. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FONSECA, C. E. **O crescimento e a expansão urbana e industrial no município de Extrema, Minas Gerais, a partir da duplicação da rodovia Fernão Dias, BR 381**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.
- FUGITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **The spatial economy: cities, regions, and international trade**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2000.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário Estatístico de Minas Gerais, 2000 - 2001**. Belo Horizonte: FJP, 2002. 581 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. [IMRS]. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informações Territoriais**. Belo Horizonte: FJP, 28 set. 2021. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/category/app/informacoes-territoriais-app/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Minas Gerais e Suas Regiões de Planejamento: Crescimento Populacional e Distribuição Espacial.** [Informativo CEI – Demografia]. Belo Horizonte: FJP, 2002.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais.** [Informativo - Contas Regionais]. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- FURTADO, Bernardo Alves. Evolução da divisão territorial de Minas Gerais: os limites municipais desde 1711. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 199-213, 2007.
- FURTADO, Celso M. **A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento.** Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso M. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1964.
- FURTADO, Celso M. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- GARCIA, Junior; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Pagamento por serviços ambientais em extrema, Minas Gerais: avanços e limitações. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica (REDIBEC)**, v. 29, n. 1, p. 11-32, 2019.
- GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento: um olhar sobre a geografia histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira.** 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1995.
- GOMES, Maria de Fátima A. B. *et al.* Os sistemas urbanos. Centro de Estatística e Informações, Fundação João Pinheiro. *In:* (Org.) GUIMARÃES, Tadeu Barreto *et al.* **Minas Gerais do século XXI: Reinterpretando o espaço mineiro.** Belo Horizonte: Rona Editora, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, v. 2, n. 1, 2002.
- GONÇALVES, Helena. **Pagamentos por serviços ambientais segundo a ótica da comunidade envolvida no caso do projeto Conservador das Águas, Extrema/MG.** 2013. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Interunidades em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João Del Rei no século XIX. *In:* LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade (org.). **20 anos do seminário sobre a economia mineira: história econômica e demografia histórica.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, v.2, n. 1, p.281-312, 2002.
- GUIMARÃES, Carlos M; REIS, Liana N. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *In:* **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, UFMG, p. 7-35, junho de 1986.

- GUIMARÃES, Tadeu Barreto; PORDEUS, Iran Almeida; CAMPOS, Eder Sá Alves (Orgs.). **Estado para Resultados: avanços no monitoramento e avaliação da gestão pública em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- GUSHI, Alexandre Seigi. Uma revisão das contribuições neo-schumpeterianas. **Formação Econômica: Campinas**, v. 4, n. 1, p. 49-68, 1999.
- HAGEDOORN, John. *Innovation and Entrepreneurship: Schumpeter Revisited*. **Oxford University Press: Industrial and Corporate Change**, v. 5, n. 3, p. 883-896, 1996.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. [Edição original: 1958].
- HUERTAS, Carlos. **Entrevista com Carlos Matus: o método PES**. São Paulo: Edições Fundap, 1995.
- IGLESIAS, Francisco. **Minas Gerais**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central das Empresas**. [CEMPRE]. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 06 out. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 06 out. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. [SIDRA]. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- ISARD, Walter. *Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure*. Cambridge: MIT Press, 1956.
- JARDIM, Mariana Heilbuth; BURSZTYN, Maria Augusta. Pagamento por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso de Extrema (MG). **Engenharia sanitária e ambiental**, v. 20, p. 353-360, 2015.
- KFOURI, A.; FAVERO, F. **Projeto Conservador das Águas Passo a Passo: uma descrição didática sobre o desenvolvimento da primeira experiência de pagamento por uma Prefeitura Municipal no Brasil**. Brasília: The Nature Conservancy do Brasil, 2011.
- KRUGMAN, Paul. *Development, Geography, and Economic Theory*. 4th ed. Massachusetts: MIT Press, 1998.

- KRUGMAN, Paul. *Increasing returns and economic geography*. **The Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.
- LEMOS, Maurício Borges. **Espaço versus capital**: um estudo sobre a dinâmica centro-periferia. 1988. 400 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- LESCH, Roger Delmar. Efeitos temporais e espaciais no consórcio intercalar de milho e feijão. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.37, n.1, p. 51-56, jan. 2002.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista** — Minas no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Gabriela C. *et al.* Espacialização do índice de qualidade do solo na Sub-Bacia das Posses, Extrema, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 20, p. 78-84, 2016.
- LISKA, Estevan Rodrigues. **Normas, competitividade e uso do território no município de Extrema**: Minas Gerais, pós-1990. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.
- LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento Regional**: Problemática, Teoria, Modelos. Lisboa: FGC, 1995.
- LÖSCH, Auguste. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954. (Edição original: 1940).
- MACEDO, Adriano. Economia ingressa em novo ciclo dinâmico. **Revista Gestão Minas** - Construindo um novo tempo, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jul. 2007.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Edição original: 1890).
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *In*: **Estudos Econômicos**: São Paulo, Fipe/USP, v. 13, n. 1, p. 41-53, jan./abr. 1983.
- MATAVELI, G. A. V. *et al.* O Programa Conservador das Águas e sua Relação com o Uso da Terra em Extrema-MG. **Revista do Departamento de Geografia**: São Paulo, USP [S. l.], v. 36, n. 1, p. 130-140, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/140424>>. Acesso em: 20 maio. 2022.
- MATTOS, A. de J. F. de. **Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional**. 2000. 408f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000.
- MATUS, Carlos. **Adeus, senhor Presidente**: Governantes governados. São Paulo: Edições Fundap, 1996.

- MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Geografia** [il]. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **APL em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEDE-MG, 2022. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/application/projetos/projeto/1101>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. **Valor Adicionado Fiscal**. Belo Horizonte: SEF-MG, 2021. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/vaf/nocoos.html>. Acesso em: 31 out. 2022.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Plano Diretor de Regionalização**. Belo Horizonte: SES-MG, 2012. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/parceiro/regionalizacao-pdr2>>. Acesso em: 15 set. 2022.
- MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. **Balancos, Demonstrativos e parecer do Controle Interno**. Belo Horizonte: TCE-MG, 2022. Disponível em: <<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/balanco>>. Acesso em: 15 set. 2022.
- MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal**. [IEGM] Belo Horizonte: TCE-MG, 2022. Disponível em: <<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/iegm>>. Acesso em: 15 set. 2022.
- MINELLO, João Carlos. Belo Horizonte, 20 out. 2022. Entrevista concedida a Maria Laura Cardoso Silveira.
- MIYOSHI, Takahiro. **Successes and failures associated with the growth pole strategies**. 1997. 800 f. Dissertation (Econ. MA) - Faculty of Economic and Social Studies, Department of Economic Studies, University of Manchester. Manchester, 1997.
- MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luís Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. *In*: IPEA, **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. p. 43-72.
- MOORE, David S. **A estatística básica e sua prática**. Rio de Janeiro. LTC, 2014.
- MOTTA, F. **O Manual de Localização Industrial: Uma Tentativa de Adequação da Teoria à Realidade**. Recife: BNB/ETENE, 1960.
- MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p.1-21, jan./abr. 2008. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

- MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma*. New Brunswick: Transaction, 1966. [Edição original: 1944].
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960. [Edição original: 1957].
- NICOLAS, Georges. *Walter Christaller From “exquisite corpse” to “corpse resuscitated”*. **Institut Veolia Environnement: SAPIENS**, v. 2, n. 2, dec. 2009.
- NORTH, Douglas. A agricultura no crescimento econômico regional. 1959. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 333-344, 1977.
- NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, Douglas. Teorias da localização e crescimento econômico regional. 1955. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 291-314, 1977.
- NUNES, Camila Xavier; AMORIM, Ana Paula. **Geografia da indústria, comércio e serviços**. Salvador: SMESB, 2006.
- OLIVEIRA, Alessandro Marques de; SOUZA, Caio Simões de; SANTOS, Tiago José dos. Construção do Anuário Socioeconômico de Extrema. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 1, 2012.
- OLIVEIRA, Ana Hoffmann *et al.* Caracterização ambiental e predição dos teores de matéria orgânica do solo na Sub-Bacia do Salto, Extrema, MG. **Ciências Agrárias**: Londrina, v. 33, n. 1, p. 143-154, jan./mar. 2012.
- OLIVEIRA, Nilton Marques; STRASSBURG, Udo. Revisitando o pensamento de Gunnar Myrdal e Amartya Sen sobre o Estado de bem-estar social. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 15, n. 29, p. 153-169, 2016.
- OLIVEIRA, Thiago D.; ATTÍLIO, Luccas A. Causação Cumulativa em Myrdal e seus Desdobramentos Enquanto Alternativas ao Conceito de Equilíbrio. Editora UFPR: **Revista de Economia**, v. 40, n. 3, p. 28-46, 2014.
- PACHECO, Bárbara de Oliveira Souza *et al.* O Projeto Conservador das Águas: análise de uma política pública em Extrema/MG. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 159-182, jun. 2017. Disponível em: <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5737>>. Acesso em: 01 out. 2022.
- PARÓQUIA DE SANTA RITA DE CÁSSIA. **Relação das festas religiosas da Paróquia de Santa Rita de Cássia**. Extrema, MG, 2017.
- PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no Sul de Minas no século XIX. **Economia e Sociedade**: Campinas, v. 16, n. 2, p. 259-287, 2007.

- PEREIRA, P. H. *et al.* **Projeto Conservador das Águas**. Extrema: Prefeitura Municipal de Extrema, 2016. Disponível em: <<http://www.extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/Projeto-Conservador-da-saguas-versao-fevereiro-de-2016.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2022.
- PEREIRA, P. H. **Projeto conservador das águas-Extrema**: experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil. São Paulo: SMA/CBRN, p. 29-40, 2013.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Porto: Editora Herder, 1967.
- PERROUX, François. O conceito de Pólo de Desenvolvimento [sic]. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, p. 145-156, 1977. [Edição original: *Note sur la notion de pôle de croissance*, 1955].
- PERROUX, François. *The pole of development's new place in a general theory of economic activity*. In: HIGGINS, Benjamin; SAVOIE, Donald J. (Ed.) **Regional economic development**. Boston: Unwin Hyman, p. 48-76, 1988.
- PÒLESE, Mario. **Economía urbana y regional: introducción a la relación entre territorio y desarrollo**. Cartago: LUR/BUP/GIM, 1998.
- POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes. **Choque de gestão em Minas Gerais (2003-2010)**: um exemplo de inovação no setor público? 2009. 244 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.
- RESENDE, M. E.; VILLALTA, L. C. (orgs.) **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- RIBEIRO, A. **Uma janela para a Serra**: a história de Extrema [Portal Minas]. Extrema: Sermograf Artes Gráficas e Editora, 2008.
- RICHARDSON, Harry W.; RICHARDSON, Margaret. *The relevance of Growth Center Strategies to Latin America*. **Economic Geography**, v. 51, n. 2, p. 163-178, 1975.
- RODRIGUES, Denise Andrade. O papel dos governos estaduais na indução do investimento: a experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. **Revista do BNDES**: Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 151-174, dez. 1998.

- SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. A construção econômica recente. *In:* (Org.) GUIMARÃES, Tadeu Barreto *et al.* **Minas Gerais do século XXI: O ponto de partida**. Belo Horizonte: Rona Editora, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, v. 1, n. 1, 2002.
- SARDENBERG, Breno; MOURA, Caio Viana de. O que é que o Sul de Minas tem? Os motivos que fazem a região atrair tantos investimentos. **Invest Minas**, Belo Horizonte, 23 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.indi.mg.gov.br/o-que-o-sul-de-minas-gerais-tem/>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. [Edição original: 1942].
- SCHUMPETER, Joseph A. **Ciclos de negócios**. Nova York: McGraw-Hill, v. 1, n. 1, p. 161-174, 1939.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Os Economistas) [Edição original: 1911].
- SCHUMPETER, Joseph. O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico. *In:* **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.
- SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p.347-369, 2009.
- SILVA, Altiva Barbosa da. A renovação da geografia na Alemanha nas primeiras décadas do século XX. **ACTA GEOGRÁFICA**, v. 1, n. 1, p. 29-44, 2009.
- SILVA, Andrey G. B.; SIMÕES, Rodrigo F. A dinâmica dos fatores aglomerativos e desaglomerativos para os anos da década de 1990 entre as regiões metropolitanas do Brasil: uma análise multivariada. **ANPEC: XXI Encontro Nacional de Economia**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2003>> Acesso em: 22 mai. 2022.
- SILVA, Glessia; DI SERIO, Luiz Carlos. *The sixth wave of innovation: are we ready?*. **Revista de Administração e Inovação**, v. 13, n. 1, p. 128-134, 2016.
- SILVA, Josemar Raimundo da; RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferreira de. A teoria dos pólos de crescimento de François Perroux [sic]. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 4, n. 7, p. 77-95, 2000.
- SILVA, Rafaela Ferreira da. **Reforma Ultramontana e “il tanto vantato catolicismo del Sul de Minas”**: os Carmelitas Descalços na diocese de Pouso Alegre-MG (1911-1922). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. Teorias da Localização e de Desenvolvimento Regional. **Geografia**, Rio Claro, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-23, out. 1976.
- SILVA, R. F. da. **Estado e sociedade em uma área contestada ao sul da Comarca do Rio das Mortes (1746-1808)**. Tese (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- SIMÕES, Isaac Levi Souza. Belo Horizonte, 19 out. 2022. Entrevista concedida a Maria Laura Cardoso Silveira.
- SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas, Cadernos IFCH UNICAMP, 1985.
- SOUZA, Carla Cristina Aguiar de; FRANCO, Marco Paulo Vianna; CAMPOS, Isabela Prímola Magalhães. A economia dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais: estrutura produtiva e dinâmica intersetorial. *In*: GUIMARÃES, Alexandre Queiroz (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento em Minas Gerais**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.
- STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. *In*: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p 23-63.
- STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press, 1997.
- STUTZ, Frederick P; WARF, Barney L. *The World Economy: Resources, Location, Trade and Development*. Toronto: Prentice Hall, 2004.
- TERRA, Ana Luiza Santos. **Potencialidades e gargalos da implantação do Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial em Minas Gerais sob a ótica do desenvolvimento regional**. 2014. 87 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2014.
- TOPOGRAPHIC WORLD MAPS. **Mapa topográfico de Extrema** [il]. Disponível em: <<https://pt-br.topographic-map.com/map-nrv5k/Extrema/?zoom=13¢er=-22.89452%2C-46.31802>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais, Fundação João Pinheiro, 1998.
- VON THÜNEN, Johann Heinrich. *The isolated State*. New York: Pergamon Press, 1966. [Edição original: 1826].
- WEBER, Alfred. *Theory of location of industries*. Chicago: University of Chicago Press, 1957. [Edição original: 1909].

ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**Roteiro de Entrevista**

Nome completo:	
Cargo atual:	
Breve trajetória profissional:	

OBS.: confirmar verbalmente adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

1. Qual a atuação da instituição pela qual você responde no município de Extrema?
2. Trajetória pessoal/experiência/observação do crescimento econômico no município de Extrema:
3. Na sua opinião, qual a principal razão pela qual Extrema se desenvolveu?

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Origens do desenvolvimento: um estudo de caso do crescimento econômico no município de Extrema

O presente termo visa assegurar a privacidade e ética na condução das entrevistas destinadas a atender a pesquisa acadêmica realizada pela aluna Maria Laura Cardoso Silveira, aluna da 41ª turma do Curso Superior de Administração Pública (CSAP) da Fundação João Pinheiro (FJP), sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Queiroz Guimarães, pesquisador em Economia pela Fundação João Pinheiro.

Nos últimos anos, municípios mineiros concentrados na região do Sul de Minas apresentaram resultados notórios na atração de investimentos e desenvolvimento industrial, sendo o município de Extrema frequentemente citado como exemplo de sucesso na área - segundo dados do IBGE Cidades, este possui a maior taxa ocupação da região (73,3%, dados de 2020) e o segundo maior PIB *per capita* do estado de Minas Gerais (R\$ 279.824,02, dados de 2019).

Dessa forma, apresenta-se projeto de pesquisa que tem por objetivo compreender os fatores que propiciaram o supracitado crescimento econômico do município de Extrema nas últimas décadas, em estudo de caso sob a ótica teórica do desenvolvimento regional - pretende-se analisar conjuntamente as percepções dos atores envolvidos nas políticas de desenvolvimento do município e os dados disponíveis relacionados à expansão da economia local.

1. As entrevistas a que se destinam essa pesquisa são de caráter voluntário, podendo o(a) entrevistado(a) livremente recusar o convite à participação sem qualquer dano.
2. As entrevistas não representarão qualquer gasto para os entrevistados.
3. As entrevistas serão realizadas de forma remota, através de reunião online a ser providenciada pela aluna e em horário acordado com o(a) entrevistado(a). A duração da mesma gira em torno de 01h00.

4. A pesquisa, ao finalizada e aprovada por banca competente, será disponibilizada no repositório de monografias da Fundação João Pinheiro.
5. O(a) entrevistado(a) autoriza a gravação de áudio da entrevista, a fim de coletar material a ser transcrito para a pesquisa. O material gravado ficará armazenado por, no máximo, 1 (um) ano. Todavia, caso o(a) entrevistado(a) opte pela não gravação do áudio, a mesma é assegurada.
6. O(a) entrevistado(a) poderá a qualquer momento, pausar ou interromper a entrevista, optar por não responder a uma pergunta ou mesmo desistir da participação na pesquisa, sem qualquer penalidade.
7. O(a) entrevistado(a) será identificado no corpo da pesquisa pelo nome, cargo e/ou ex-cargo de relevância. A importância da identificação do(a) entrevistado(a) para o presente trabalho decorre da intenção de mapear a percepção dos principais envolvidos no processo de desenvolvimento do município de Extrema. Todavia, caso o(a) entrevistado(a) opte pelo anonimato na pesquisa, o mesmo é assegurado.

Assim, consente com a entrevista o(a) Sr.(Sra.):

(nome)

Maria Laura Cardoso Silveira